

OS DEPUTADOS COMUNISTAS LEVAM À ASSEMBLEIA O NÃO DOS TRABALHADORES PORTUGUESES À LEI DE DESTRUIÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA



Um aspecto da adesão maciça das massas populares à luta contra o "projecto" de destruição da Reforma Agrária é documentado por esta imagem do grande comício do PCP que decorreu, no último domingo com a presença do camarada Álvaro Cunhal, em Lisboa.



Em Évora, um dos baluartes da Reforma Agrária, o povo trabalhador esteve presente no comício do PCP para condenar mais uma vez o assalto reacçãoário contra a Reforma Agrária

Álvaro Cunhal nos comícios do PCP de Lisboa e Évora

DEZENAS DE MILHARES DE PESSOAS REAFIRMARAM A SUA DETERMINAÇÃO NA DEFESA DAS CONQUISTAS DE ABRIL

Editorial

SIM, A LUTA CONTINUA!

Ninguém responsável entre nós pode ignorar a gravidade do momento português actual.

Questões primordiais do nosso processo democrático e da Revolução de Abril estão actualmente em foco. As grandes conquistas sociais e políticas do nosso Povo, até agora parcialmente submetidas ao ataque das forças reacçãoárias, tornaram-se de súbito o alvo da ofensiva global dos inimigos da Revolução.

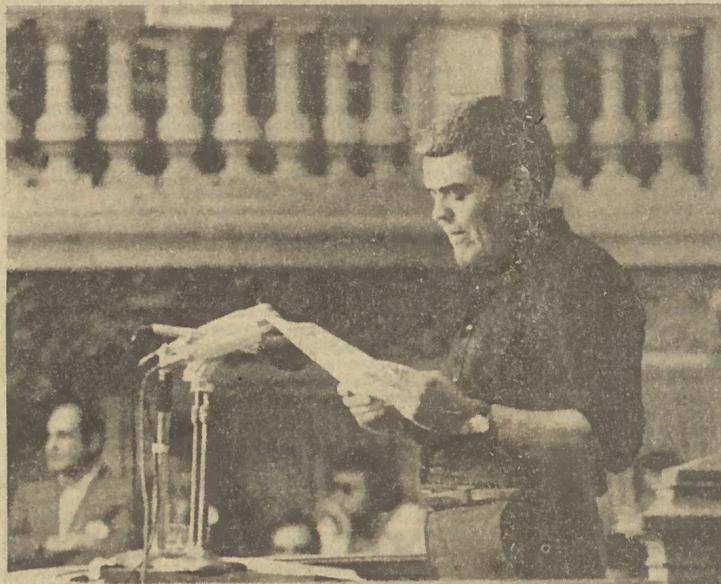
No momento que passa, a batalha tem o seu ponto agudo no terreno jurídico sobre o pano de fundo da Assembleia da República, mas para essas forças isso não significa senão um passo necessário para travar, sobre outros terrenos e em condições mais favoráveis, a batalha decisiva. Os que intentam destruir as grandes conquistas revolucionárias do Povo português, que a Constituição consagra, estão interessados em cobrir com uma falsa capa de legalidade a intensificação dos seus ataques à própria Constituição e às conquistas sociais e políticas nela inscritas.

A discussão na generalidade do celerado projecto de "lei Barreto", cujos resultados são a esta hora já praticamente conhecidos, e podem determinar a conclusão do debate na especialidade no próximo sábado, representa sem dúvida o ponto mais quente e mais importante dessa batalha jurídica.

Curiosamente, os partidos da direita — o PPD/PSD e o CDS — os mais directamente interessados, pelas suas ligações aos grandes capitalistas e agrários, no aniquilamento da Reforma Agrária nos campos do Alentejo e do Ribatejo, escondem o jogo e remetem para o PS o papel do "mau" da companhia...

Com razão disse Álvaro Cunhal em Belém que é o PS quem queima os dedos ao tirar do lume as castanhas mas são os partidos da direita quem as come.

(Continua na pág. 2)



Na Assembleia da República, a bancada do PCP focou, com grande número de dados concretos e com rigor político e económico, os perigos que acarreta a aprovação do "projecto Barreto". Na gravura, um momento da intervenção do camarada deputado Manuel Mota.

O GRUPO PARLAMENTAR DO PCP DEMONSTROU O CARÁCTER REACCIÓNÁRIO ANTINACIONAL E INCONSTITUCIONAL DO PROJECTO DE LEI BARRETO

Pág. 2

Dois importantes discursos do camarada Álvaro Cunhal

Pág. 6/7/8

A CGTP/IN AO LADO DA REFORMA AGRÁRIA

Pág. 4

Milhares de rendeiros manifestam-se e organizam-se contra a revisão da Lei do Arrendamento Rural

Pág. 4

O DEBATE NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

As intervenções dos deputados comunistas na discussão do «projecto Barreto» na Assembleia da República levaram a S. Bento a voz colectiva de dezenas de milhares de trabalhadores da Reforma Agrária, de muitas dezenas de milhares de pequenos agricultores e rendeiros. Pela voz dos deputados comunistas foi a voz dos trabalhadores do campo e da cidade que se ergueu na Assembleia da República contra o projecto de destruição de uma das principais conquistas do 25 de Abril: a Reforma Agrária.

No rigor dos dados, na firmeza das críticas, na firmeza das posições dos deputados comunistas que intervieram no debate tiveram os trabalhadores portugueses os seus aliados na denúncia daquilo que um deputado do PCP considerou como o auge da contra-revolução legislativa em curso e tiveram as forças da direita e todos os que pretendem reinstaurar em Portugal o domínio dos monopólios e dos latifúndios os mais poderosos obstáculos à realização dos seus planos.

O debate iniciou-se na passada segunda-feira, com uma longa «nota oficiosa» lida pelo ministro Barreto. Das teorias que produziu, das ameaças veladas que lançou aos trabalhadores, dos amistosos acenos de mão que, de S. Bento, dirigiu aos latifundiários, damos notícia noutro local.

Mas o debate teve uma «ante-estrela». O «leader» parlamentar do PS, Salgado Zenha, interveio no período de antes da ordem do dia para fazer uma declaração

política do seu partido sobre um tema que obviamente não estava na ordem do dia. E portanto, Salgado Zenha falou... sobre Reforma Agrária.

A direita parlamentar não precisou de intervir muito neste longo debate sobre a proposta de lei de destruição da Reforma Agrária. Os oradores de serviço do Partido do Governo lá se têm encarregado de defender, com unhas e dentes, um diploma que contraria frontalmente aquilo que prometeram ao seu eleitorado defender, caso fossem eleitos.

Pelo PCP intervieram, nos primeiros dias do debate Vífal, Moreira, Lino Lima e Veiga de Oliveira, de cujas intervenções damos um breve resumo. Interviu igualmente o deputado comunista Manuel Moita, membro da UCP «A Esquerda Vencerá» de Plas — sou um dos 44 mil trabalhadores agrícolas que hoje trabalham sem a exploração e opressão dos agrários e seus lacaios nas

cerca de 450 Unidades Colectivas de Produção e Cooperativas de Produção Agrícolas espalhadas por toda a zona de intervenção da Reforma Agrária.

Pois foi também pela voz de Manuel Moita que o ministro Barreto sofreu mais uma decepção. É que bastou este proletário agrícola denunciar cientificamente os conceitos expandidos pelo «intelectual suíço» que ocupa um cargo ministerial para que um punhado de grandes senhores.

Mas a Reforma Agrária representou também o aumento das terras cultivadas em 154 mil hectares, cerca de 24 por cento do total e cerca de 181 por cento da área sob controlo das UCPs e das cooperativas.

Mas a Reforma Agrária representou também o aumento da produção cerealífera em cerca de 200 mil toneladas, ou seja mais 26 por cento do que o anterior total.

Mas a Reforma Agrária representou também o aumento de 124 mil cabeças de gado, significando que na maioria das UCPs e das cooperativas os efectivos do gado mais do que duplicaram.

Mas a Reforma Agrária representou também aumentos de equipamento mecânico que vão dos 55 por cento aos 110 por cento.

Mas a Reforma Agrária significou também a construção de muitas dezenas de obras de regadio e instalações pecuárias e o desbravamento de grande quantidade de terras abandonadas há dezenas de anos.

Mas a Reforma Agrária representou também a possibilidade de garantir trabalho permanente a mais de 33 mil trabalhadores o que em Janeiro de 1975, além de cerca de 20 mil eventuais, cuja justificação

Uma lei ilegítima

O deputado Veiga de Oliveira centrou a sua intervenção sobretudo nas consequências sociais do latifundismo e nas transformações ocorridas com a sua liquidação.

Da sua intervenção transcrevemos a parte final:

A Reforma Agrária que o Governo do Partido Socialista tão o esforçadamente tem atacado representou o romper desta polarização de miséria e desemprego para milhares de trabalhadores da zona de intervenção e, simultaneamente, de fausto e dissipação imoral para um punhado de grandes senhores.

Mas a Reforma Agrária representou também o aumento das terras cultivadas em 154 mil hectares, cerca de 24 por cento do total e cerca de 181 por cento da área sob controlo das UCPs e das cooperativas.

Mas a Reforma Agrária representou também o aumento da produção cerealífera em cerca de 200 mil toneladas, ou seja mais 26 por cento do que o anterior total.

Mas a Reforma Agrária representou também o aumento de 124 mil cabeças de gado, significando que na maioria das UCPs e das cooperativas os efectivos do gado mais do que duplicaram.

Mas a Reforma Agrária representou também aumentos de equipamento mecânico que vão dos 55 por cento aos 110 por cento.

Mas a Reforma Agrária significou também a construção de muitas dezenas de obras de regadio e instalações pecuárias e o desbravamento de grande quantidade de terras abandonadas há dezenas de anos.

Mas a Reforma Agrária representou também a possibilidade de garantir trabalho permanente a mais de 33 mil trabalhadores o que em Janeiro de 1975, além de cerca de 20 mil eventuais, cuja justificação

não oferece dúvidas face aos aumentos de produção agrícola e pecuária e ao alargamento das áreas de cultura, à sua intensificação e aos investimentos feitos.

Mas a Reforma Agrária determinou também a salvação de dezenas de pequenas e médias empresas industriais e comerciais que, a jusante e a montante, puderam não só evitar a crise que as liquidaria, como desenvolver-se e equilibrar-se, garantindo o emprego e mesmo criando novos postos de trabalho.

Se a Reforma Agrária não for liquidada e pelo contrário se desenvolver, com a expropriação dos muitos milhares de hectares de terra ainda na posse dos agrários absentistas e dos grandes capitalistas e a sua entrega aos pequenos camponeses, às cooperativas e às UCPs, a região da intervenção pode contribuir decisivamente para acréscimos consideráveis e mesmo espectaculares da produção, no curto prazo de dois anos.

Estudos já feitos e comprovados permitem esperar no médio prazo de quatro anos um aumento do produto agrícola bruto superior a 50 por cento. Isto significaria a possibilidade de garantir directa e indirectamente dezenas de milhares de novos postos de trabalho.

Nem se diga que o aumento dos postos de trabalho corresponde a foleto emprego porque os aumentos de produção previstos conduziriam desde logo a um aumento da produtividade global do sector, para além de nos criarem as condições indispensáveis ao desenvolvimento dos outros sectores da economia e de nos libertarem da dependência externa em produtos alimentares.

A proposta de lei visa de facto a devolução das terras aos latifundiários e aos grandes capitalistas. O Governo sabe bem quais serão os resultados

imediatos prováveis se tal proposta de lei vier a ser aprovada, e por isso prevê uma importação mais que duplicada de cereais, oleaginosas e carnes.

A política do MAP reduz-se à destruição da Reforma Agrária e do conjunto de imensos progressos que as populações rurais fizeram com a revolução iniciada em Abril.

Este debate e o conjunto dos resultados da consulta feita às organizações de trabalhadores e aos pequenos e médios agricultores, são a demonstração clara e cabal das motivações que fazem correr o Senhor Ministro António Barreto.

Aqueles que pretendem legitimar a lei com eventual aprovação desta Assembleia, lembramos que o Partido Socialista fez toda a campanha eleitoral comprometendo-se claramente a defender a Reforma Agrária dentro do quadro legal então existente.

Os deputados do Partido Socialista que aqui estão comprometeram-se diante dos seus eleitores a defender o prosseguimento da Reforma Agrária no referido quadro legal. Ora, a aprovação desta lei antinacional e antidemocrática só poderá fazer-se com a quebra desse compromisso solenemente assumido e contra a vontade dos eleitores que enviaram a esta Assembleia os deputados do Partido Socialista.

Mesmo o próprio Governo, com esta proposta de lei, falta à promessa assumida através do Primeiro-Ministro perante esta Assembleia no acto de apresentação do Programa do Governo.

Afinal a lei, se vier a ser votada e aprovada, será votada e aprovada, não obstante as promessas solenemente feitas, contra a vontade dos eleitores, contra os trabalhadores e camponeses, contra os resultados das consultas à opinião pública, e enfim e só, pela vontade dos que

estão apostados no regresso ao passado, pelo punhado de latifundiários e grandes capitalistas que querem recuperar o direito de explorar e oprimir o Povo português.

O Povo português julgará e decidirá quem nesta discussão estava pelo progresso de Portugal como pátria livre e independente e quem estava pelas forças reacçãoárias e obscurantistas de um passado ainda recente.

A vida demonstrará quem nesta discussão defendeu a democracia e o bem-estar do Povo português e quem defendeu as forças fascizantes — os exploradores e os opressores.

Uma coisa fica a partir de agora clara para todos: esta lei votada neste preciso quadro, sobre ser anticonstitucional como já foi amplamente demonstrado, será também ilegítima.

Querem destruir o 25 de Abril dos rendeiros

O segundo orador do PCP a intervir no debate foi o deputado Lino Lima, que se debruçou particularmente sobre aspectos do arrendamento rural, tanto na proposta de lei do Governo como no projecto de lei do PSD sobre esta matéria.

Iniciando a sua intervenção com referência às muitas falas que se produzem sobre a necessidade de diminuir drasticamente o défice da nossa balança de pagamentos, o deputado Lino Lima salientou a dado passo:

Para diminuir o saldo negativo entre o que produzimos e o que consumimos, através do aumento da produção, fala-se muito — já se falou aqui durante este debate — da necessidade de se incentivar o investimento e de dar condições de segurança e estímulo ao produtor. Fala-se muito... mas ao analisar a secção respeitante ao arrendamento rural da proposta de lei de Bases Gerais da Reforma Agrária, apresentada pelo Governo, e o projecto de lei do arrendamento rural, apresentado pelo PSD/PPD, qualquer observador medianamente informado sobre a realidade socio-económica — histórica e actual — do minifúndio português e do regime de arrendamento rural, se interrogará justamente sobre se essas falas não são afinal um mero falatório inconsequente, que nada tem a ver com os reais interesses do povo português; um mero falatório que nada tem a ver com o aumento da produção agrícola, com os défices das nossas balanças, com o relançamento da nossa economia; um mero falatório que nada tem a ver com o produtor agrícola, com as dezenas de milhares de rendeiros que regam com o suor do seu rosto a maior parte do solo arável do nosso país e que produzem a maior parte dos bens alimentares que consumimos; um mero falatório com o qual se protegem, na realidade, os interesses inconfessáveis dos proprietários absentistas e, para além de outros, os interesses dos grandes comerciantes importadores e especuladores da batata, das frutas, etc., que, evidentemente, não estão interessados no aumento da produção agrícola nacional, porque estão interessados em que continuemos a importar se queremos comer.

O deputado do PCP dedicou grande parte da sua intervenção à descrição rigorosa do anacrónico regime de arrendamento rural através do qual têm sido trabalhadas 300 mil explorações agrícolas, isto é, mais de um terço das explorações agrícolas do nosso país.

Lino Lima passou então à análise da proposta de lei do Governo e do projecto do PPD, nomeadamente daqueles pontos que vêm alterar substancialmente a lei em vigor. Assim, o projecto do PSD, além de reduzir os prazos da lei em vigor relativamente ao prazo do arrendamento, ao permitir a denúncia do contrato pelo senhorio a partir da primeira renovação no caso do arrendamento normal e a partir da quinta renovação no caso dos cultivadores directos, retira ao rendeiro a garantia de estabilidade e segurança da sua empresa.

Quanto à forma de contrato, conforme referia Lino Lima, quer a proposta do Governo quer o projecto do PSD estabelecem

uma obrigatoriedade do contrato escrito apenas para explorações agrícolas iguais ou superiores a dois hectares, o que desde logo significa que cerca de 60 por cento dos rendeiros (dado que 60 por cento das explorações são de área igual ou inferior a dois hectares), isto é, 180 mil rendeiros, ficarão na dependência total dos senhorios quanto à forma e conteúdo das relações contratuais.

Esta solução, prevista em ambos os textos, além de acarretar o agravamento da exploração económica dos pequenos agricultores rendeiros, criará condições — notou Lino Lima — para uma maior pulverização das explorações agrícolas, dado o interesse dos senhorios em arrendarem sem contrato escrito, e que isso trará graves consequências para a produtividade do trabalho e para a produção agrícola.

Alongando a sua intervenção — de que apenas podemos dar breves extractos — Lino Lima indicou ainda outros graves atropelos aos interesses de dezenas de milhares de agricultores rendeiros, aos interesses da economia nacional. E a finalizar a sua intervenção, o deputado do PCP disse:

Quando tanto se fala na necessidade de aumentar a base social de apoio ao Governo, esta proposta de lei de bases da Reforma Agrária, pelas suas consequências nesta matéria, parece ter sido engendrada por algum espírito diabólico que quer socavar ao alcerces desse Governo e também os do regime democrático implantado em 25 de Abril. Esta proposta quer pôr contra o Governo e fazer desespetar das instituições, as centenas de milhares de trabalhadores agrícolas, de pequenos e médios proprietários, de homens progressistas que, em votações sucessivas na zona de intervenção têm votado maciçamente pela Reforma Agrária; esta proposta quer pôr contra o Governo, e fazer despetar das instituições, dezenas de milhares de rendeiros que vêm no Decreto-Lei 201/75 a sua lei, que a identificam com o 25 de Abril e com o regime democrático; esta proposta quer pôr contra o Governo e fazer desespetar das instituições todos os homens que, directamente ligados à terra, brutalmente explorados durante gerações e gerações sentiram — com as leis da Reforma Agrária e do Arrendamento Rural — que finalmente eram cidadãos e não servos e, por isso, se dispuseram a fazer todos os sacrifícios para defender a Revolução e o regime que os libertou. Diz-se que «Deus demonta aqueles a quem quer perder». Ao ver avançar a contra-revolução legislativa pela mão de um governo socialista é natural que se pense neste dizer da sabedoria popular. Nós comunistas, não queremos pôr os homens da terra, aqueles que a trabalham, contra a Democracia, não queremos que eles desespetem das instituições, que voltem as costas ao 25 de Abril.

Nós entendemos que eles têm razão, que é justo assegurar os direitos da cidadania e melhorar as condições de vida das populações rurais, que os seus interesses se identifiquem com o interesse nacional. E, por isso, estamos a seu lado — como sempre estivemos e como sempre estaremos, por isso lutamos a seu lado — como sempre lutámos e como sempre lutaremos. Por isso nos opomos à contra-revolução legislativa e à contra-Reforma Agrária. E estamos certos de que — nem uma nem outra — passará.

A questão da parceria

A questão da parceria agrícola, que interessa a muitos milhares de rendeiros nomeadamente no Centro e Norte do País, tem constituído um tema quente nos diálogos verificados nestes últimos dias na Assembleia da República.

Tanto o ministro Barreto como o subitamente muito activo Secretário de Estado do Fomento Agrário, António Campos, se insurgiram vivamente contra os deputados do PCP, particularmente contra o deputado Lino Lima quando este afirmou que tanto o projecto do PPD/PSD como o projecto do PSD mantêm os contratos de parceria agrícola — que o Decreto-Lei 201/76 tinha abolido, abolição depois consagrada no Artigo 101.º, n.º 2 da Constituição e que o próprio Código Civil fascista já não regulamentou autonomamente — estabelecendo com grande «caridade» que a divisão nunca pode fazer-se atribuindo-se ao parceiro proprietário quota superior a metade dos frutos produzidos pelo rendeiro.

O texto do projecto Barreto constitui a melhor resposta para a indignação destes membros do Governo face à acusação fundamentada feita pelos deputados comunistas em relação à manutenção institucional do regime de parceria agrícola. Na realidade, a proposta governamental chega ao ponto de definir parceria agrícola (Artigo 73-4): «Contrato pelo qual uma parte dá ou entrega a outrem um ou mais prédios rústicos para serem cultivados ou explorados por quem os recebe, em troca de pagamento de uma quota parte da respectiva produção ou da prestação de qualquer forma de trabalho».

Para o Governo PS, esta forma do sistema feudal de renda, (que define em termos mais graves do que o próprio fascismo «pois limita-se a enunciar «uma quota parte» sem a limitar sequer a metade dos frutos produzidos pelo rendeiro) não constitui violação constitucional nem sequer facto significativo na vida de milhares de trabalhadores da terra.

E porque ao ministro Barreto é caro o tema do equilíbrio entre «tradição e modernidade» exposto no seu longo discurso de apresentação da proposta, cabe aqui perguntar como se conjuga a «modernidade» a imprimir à vida agrícola com o quadro que da parceria nos é traçado pelo insuspeito de desvios de esquerda, professor Eugénio de Castro Caldas:

No Beira notam-se as parcerias divulgadas a meias nas batatas e milho de regadio; o proprietário dá metade da semente. A medida que se caminha para o Sul, em certas zonas da Beira Baixa, o contrato começa a favorecer o proprietário com dois terços da produção colhida. No Ribatejo e em especial no concelho da Colegã, a parceria imperfeita apresenta-se já em moldes muito diferentes. A fanga em terras de muito boa fertilidade chega a reservar para o cultivador apenas 1/6 ou 1/7 da produção de milho, feijão ou grão. No Alentejo, a parceria imperfeita praticada pelos seareiros é a forma de exploração muito generalizada. Em geral a contribuição do proprietário não vai além da terra e a repartição faz-se reservando ao proprietário 1/3, 1/4 ou 1/5 após a debulha («à boca da máquina») ou a seguir à colheita, juntando-se os molhos em grupos de 3,4 ou 5 dos quais o proprietário escolhe um em cada grupo.

As «seareiras» do Alentejo, entregam-se em grande parte as tarefas de desmolar as chamecas no período da campanha de trigo, dando-se-lhe de início a terra de graça (sucedeu muitas vezes que o subsídio de «arroteia» que pertencia a quem rompesse a chameca ficou na mão do proprietário em vez de ser entregue ao seareiro). Logo que as terras foram desbravadas, as melhores ficaram à conta dos proprietários, empresários ou rendeiros, e somente as de pior qualidade continuaram a ser entregues ao terço, ao quarto ou ao quinto ao «seareiro».

Em muitos casos, as grandes explorações

recorrendo a «seareiros» e dando-lhes a terra de graça nos primeiros anos, conseguiram sem despesas entregar à cultura vastíssimas áreas incultas. Certas várzeas onde se pratica a cultura do arroz foram desbravadas e niveladas e nelas se construíram os canchais à custa do trabalho gratuito de seareiros que depois passaram a pagar renda em quota ou parceria».

(«O problema sociológico das formas de exploração da propriedade rústica»).

Este exemplo de «segurança, justiça e desenvolvimento» que o Ministro Barreto promete ao mundo rural.

Mas a Reforma Agrária representou também a possibilidade de garantir trabalho permanente a mais de 33 mil trabalhadores o que em Janeiro de 1975, além de cerca de 20 mil eventuais, cuja justificação

Mas a Reforma Agrária representou também a possibilidade de garantir trabalho permanente a mais de 33 mil trabalhadores o que em Janeiro de 1975, além de cerca de 20 mil eventuais, cuja justificação

Editorial

SIM, A LUTA CONTINUA!

(Continuação da pág. 1)

O PPD/PSD aproveitou mesmo a oportunidade dos golpes do projecto Barreto contra a lei do arrendamento rural para meter na Assembleia da República a sua própria proposta de lei que, a ser aprovada, não somente restabeleceria os antigos privilégios que o regime fascista garantia aos proprietários mais ricos como agravaria ainda mais a insegurança, a dependência e as condições de vida dos muitos milhares de rendeiros nas zonas do minifúndio do Norte e das Beiras.

É inconcebível que os dirigentes e ministros socialistas não se dêem conta do inestimável serviço prestado à reacção pela sua desmedida cegueira e insensatez política.

A monstruosidade do projecto de «lei Barreto», agora depois da sua votação na generalidade, tem muitas probabilidades de ser ainda agravado na discussão na especialidade pelas propostas de alteração dos seus artigos pelos partidos da direita. Estes aumentarão as suas chantagens e pressões sobre o PS com vistas a promover a transferência do Poder a seu favor — com ou sem o PS, com ou sem a derrota parlamentar do Governo PS.

A chamada «convergência democrática» é, de facto uma armadilha reacçãoária estendida sob os pés do PS e da própria democracia.

O projecto de «lei Barreto» serve à mil maravilhas os objectivos desestabilizadores das forças da reacção que sempre tiveram como importante sector da sua base social os grandes latifundiários e senhores da terra.

Tudo o que de mais reacçãoário se opõe à Revolução portuguesa, dentro e fora de Portugal, deseja a aprovação final do projecto de «lei Barreto» contra a Reforma Agrária. Mesmo que tenha a forma fingidamente opositora da CAP. Nos últimos dias multiplicaram-se os conselhos, as entrevistas equivocadas, os conciliábulos nas costas do povo.

Sá Carneiro e Freitas do Amaral mantêm o «suspense» sobre o Governo PS ou já ultimaram compromissos que com certeza não servirão a democracia e ainda menos o socialismo.

Por outro lado, o dr. Mário Soares tem todo o direito de almoçar com o representante diplomático de qualquer país acreditado em Portugal, mas que o tenha feito no preciso momento em que o debate sobre a Reforma Agrária na Assembleia da República é mais aceso e com o embaixador Carlucci, cujos sentimentos de desamor pela Revolução portuguesa são bem conhecidos, não é positivo nem abonatório para a personalidade do Primeiro-Ministro.

O debate na Assembleia da República do projecto de lei na generalidade e a fraseologia demagógica do ministro Barreto e de alguns deputados do PS, pode dar ao observador desprevenido uma falsa noção do carácter dessa lei, no caso de receber a aprovação final no próximo sábado, sem as alterações que em nome de milhares de trabalhadores das UCPs e pequenos e médios agricultores de todo o País o PCP não deixará de propor.

Que nenhuma dúvida subsista: o projecto de «lei Barreto» é um projecto de lei de contra-Reforma Agrária destinado a favorecer, em nome de um falso cooperativismo, o restabelecimento, de facto, do latifúndio dos campos do Alentejo e do Ribatejo.

Quem ouviu o ministro Barreto nas suas intervenções públicas imediatamente anteriores à discussão do seu projecto de lei e de novo o ouviu

nos debates da Assembleia da República não pode deixar de ter verificado mais uma vez a sua expressão de ódio contra os trabalhadores.

O ministro Barreto jogou sempre no mais baixo anticomunismo para fazer valer junto dos seus amigos reacçãoários o seu projecto de destruição da Reforma Agrária.

A que propósito, por exemplo, caluniou o ministro Barreto o PCP com a sua tirada acerca do «envolvimento dos comunistas no caso de Angola»? Não seria melhor que o representante de um partido cuja hostilidade à Independência da República Popular de Angola, sob a direcção do MPLA, foi suficientemente verificada, deixasse em paz neste capítulo o único partido português — o PCP — que mais consequentemente defendeu e defende em Portugal a amizade entre os povos angolano e português e cuja fraternidade com o MPLA, dirigido pelo Presidente Agostinho Neto, é indestrutível?

Que tem isso a ver com a Reforma Agrária e com a política de defesa intransigente desta grande conquista da Revolução portuguesa praticada pelo PCP?

De facto, o PCP não poupou nem poupará esforços para defender os interesses dos assalariados agrícolas e dos pequenos agricultores organizados nas UCPs nem os milhares de rendeiros, que estão em risco de um grave atentado contra os seus interesses se o projecto Barreto e, sobretudo, a proposta de lei do PPD forem aprovados.

Do Sul da Reforma Agrária e do Norte do minifúndio chega-nos o clamor da indignação de milhares de camponeses assalariados, de pequenos e médios agricultores, rendeiros e proprietários contra a posição do ministro Barreto e do Governo PS nesta primeira fase da discussão do projecto de lei contra a Reforma Agrária.

É significativo que de 504 cartas e representações colectivas enviadas à Comissão de Agricultura da Assembleia da República apenas uma defendesse o ministro Barreto e a sua lei.

O PCP tudo fará até ao fim — «até ao último segundo» — como disse Álvaro Cunhal, para no uso de todas as prerrogativas constitucionais, impedir a aprovação da «lei Barreto», tal como foi discutida na generalidade. Os comunistas dialogarão e negociarão com todos os que estejam dispostos a encontrar uma solução favorável aos interesses dos trabalhadores e do País na questão da Reforma Agrária e da Lei do Arrendamento Rural. Negociarão com o próprio diabo se tal for necessário. Simplesmente, o PCP ainda não sabe quem é o diabo e que roupagens enverga...

Se a lei apesar de tudo acabar por ser aprovada no próximo sábado o PCP continuará a lutar contra ela dentro das instituições democráticas que regem o País. Lutará sempre, com os meios que a Constituição prescreve, para que as leis injustas sejam revistas ou revogadas.

O PCP como os milhares de trabalhadores agrícolas e pequenos agricultores da UCP sabem que a aprovação da «lei Barreto» não significará o fim da Reforma Agrária. Uma coisa são as leis injustas e outra a sua aplicação num Estado democrático, cuja Constituição aponta ao socialismo.

Interpretando o sentir de todos os trabalhadores, incluídos de milhares de trabalhadores socialistas, unindo a sua voz à voz que sobe dos campos do Alentejo e do Ribatejo os comunistas afirmam em uníssono: a luta continua!



Uma obrigatoriedade do contrato escrito apenas para explorações agrícolas iguais ou superiores a dois hectares, o que desde logo significa que cerca de 60 por cento dos rendeiros (dado que 60 por cento das explorações são de área igual ou inferior a dois hectares), isto é, 180 mil rendeiros, ficarão na dependência total dos senhorios quanto à forma e conteúdo das relações contratuais.

Esta solução, prevista em ambos os textos, além de acarretar o agravamento da exploração económica dos pequenos agricultores rendeiros, criará condições — notou Lino Lima — para uma maior pulverização das explorações agrícolas, dado o interesse dos senhorios em arrendarem sem contrato escrito, e que isso trará graves consequências para a produtividade do trabalho e para a produção agrícola.

Alongando a sua intervenção — de que apenas podemos dar breves extractos — Lino Lima indicou ainda outros graves atropelos aos interesses de dezenas de milhares de agricultores rendeiros, aos interesses da economia nacional. E a finalizar a sua intervenção, o deputado do PCP disse:

Quando tanto se fala na necessidade de aumentar a base social de apoio ao Governo, esta proposta de lei de bases da Reforma Agrária, pelas suas consequências nesta matéria, parece ter sido engendrada por algum espírito diabólico que quer socavar ao alcerces desse Governo e também os do regime democrático implantado em 25 de Abril. Esta proposta quer pôr contra o Governo e fazer desespetar das instituições, as centenas de milhares de trabalhadores agrícolas, de pequenos e médios proprietários, de homens progressistas que, em votações sucessivas na zona de intervenção têm votado maciçamente pela Reforma Agrária; esta proposta quer pôr contra o Governo, e fazer despetar das instituições, dezenas de milhares de rendeiros que vêm no Decreto-Lei 201/75 a sua lei, que a identificam com o 25 de Abril e com o regime democrático; esta proposta quer pôr contra o Governo e fazer desespetar das instituições todos os homens que, directamente ligados à terra, brutalmente explorados durante gerações e gerações sentiram — com as leis da Reforma Agrária e do Arrendamento Rural — que finalmente eram cidadãos e não servos e, por isso, se dispuseram a fazer todos os sacrifícios para defender a Revolução e o regime que os libertou. Diz-se que «Deus demonta aqueles a quem quer perder». Ao ver avançar a contra-revolução legislativa pela mão de um governo socialista é natural que se pense neste dizer da sabedoria popular. Nós comunistas, não queremos pôr os homens da terra, aqueles que a trabalham, contra a Democracia, não queremos que eles desespetem das instituições, que voltem as costas ao 25 de Abril.

Nós entendemos que eles têm razão, que é justo assegurar os direitos da cidadania e melhorar as condições de vida das populações rurais, que os seus interesses se identifiquem com o interesse nacional. E, por isso, estamos a seu lado — como sempre estivemos e como sempre estaremos, por isso lutamos a seu lado — como sempre lutámos e como sempre lutaremos. Por isso nos opomos à contra-revolução legislativa e à contra-Reforma Agrária. E estamos certos de que — nem uma nem outra — passará.

Avante!
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Propriedade
Partido Comunista Português
Av. António Serpa, 26-2.º D1 - Lisboa 1 - Tel. 76.989/6-7

Administração
Editorial Avante, SARL
Av. Santos Dumont, 57-2.º D1 - Lisboa 1 - 76.970/5

Direcção e Redacção
Av. Santos Dumont, 57-3.º D1 - Lisboa 1 - Tel. 76.972/5-76.972/2

Distribuição
CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL
Central: Rua Pedro Nunes, 9-A - Lisboa 1, Tel. 76.974-76.975-1
Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-C - Lisboa 1, Tel. 76.970/5
Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 57B - Porto, Tel. 28938
Casa da Venda: R. do Almada, 18-2.º Esq. - Porto, Tel. 29838
Centro Distribuidor do Centro: Terreiro da Erva, 6 - Coimbra, Tel. 26394
Centro Distribuidor de Santarém: R. Pedro de Santarém, 41 - Santarém, Tel. 24564
Centro Distribuidor de Setúbal: Livraria 1.º de Maio - Praceta Portugal - Baixa da Banheira, Tel. 2040653
Centro Distribuidor do Alentejo: Alarcova de Baixo, 13 - Évora, Tel. 26361
Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.º de Dezembro, 23 - Faro, Tel. 24417

Assinaturas
CDL, Departamento de Venda Directa
R. Pedro Nunes, 9A - Lisboa, Tel. 40605-41787

Publicidade
R. Pedro Nunes, 9A - Lisboa 1 - 40605-41787
Casa da Venda em Lisboa: «Capital» - Rua do Norte - Bairro Alto
Composto e Impresso na Heka Portuguesa - R. Elias Garcia, 27 - Venda Nova - Amadora

Tiragem média do mês de Junho 84 688

DO PROJECTO DE LEI BARRETO

O SENTIDO DA VONTADE POPULAR NÃO PODE OFERECER DÚVIDAS!

O quadro que junto publicamos e foi divulgado pelos competentes serviços da Assembleia da República, refere os contactos directos ou indirectos havidos com a Comissão de Agricultura da A.R., durante o período de debate público que precedeu a discussão em S. Bento do projecto Barreto. Os números falam por si. O sentido da vontade popular é inequívoco!

CARTAS, ABAIXO-ASSINADOS, MOCÇÕES E TELEGRAMAS - 531

Contra as alterações à lei do arrendamento rural	53
A favor das alterações à lei do arrendamento rural	3
Contra a proposta de lei nº. 79/I	474
A favor da proposta de lei nº. 79/I	1

AUDIÊNCIAS - 36

Contra as alterações à lei do arrendamento rural	19
Contra a proposta de lei nº. 79/I	17

Assinala-se que apenas uma opinião foi manifestada relativamente ao projecto de lei nº. 66/I, da UDP, e essa favorável.

As audiências foram assim distribuídas:

Sindicatos de Trabalhadores Agrícolas	1
Ligas de Pequenos e Médios Agricultores e delegações do	
MARN	19
Cooperativas	5
Unidades Colectivas de Produção e respectivos secretariados	
distritais e concelgos	11

VIVA A REFORMA AGRÁRIA
ABAIXO O PROJECTO BARRETO



Quem promove a proletarização?

No seu discurso de apresentação da proposta governamental sobre as chamadas Bases Gerais da Reforma Agrária, o ministro Barreto alongou-se em considerações teóricas sobre dois fenómenos a que chamou o desenraizamento e a proletarização do mundo rural. No fundamental tais dissertações constituíram apenas um pretexto para atacar o PCP, as formas de exploração colectiva da terra pelos trabalhadores rurais consagradas na Constituição, os trabalhadores das UCPs e os sindicatos agrícolas.

Para o ministro Barreto o desenraizamento não seria resultado da política fascista de protecção dos interesses dos latifundiários e capitalistas exploradores. O desenraizamento não se manifestaria através do êxodo dos campos em busca de

trabalho e de pão por proletários e camponeses aruinados, mas antes através de um estado actual que se revela em "momentos de recusa da própria história, no recrudescer de complexos de culpabilidade perante o próprio passado e os antepassados". Como este "próprio passado e antepassados" não aparecem identificados no tempo ou no seu carácter, quase poderíamos concluir que o dirigente do PS pretende dignificar um passado odioso que os portugueses devem ter presente apenas para lutarem contra os seus resíduos que ameaçam a democracia.

Do mesmo modo a proletarização é-nos apresentada pelo ministro Barreto como um resultado não da "própria natureza do capitalismo e do seu desenvolvimento mas como "um dos infames resultados da evolução da indústria e da economia".

compreende-se que os trabalhadores das UCPs que por serem membros da UCP passam a ser proprietários dos meios de produção (não da terra que é nacionalizada e da qual detém a posse útil) mas dos meios de produção que nela utilizam, continuam a ser "proletários" para o ministro Barreto.

Mas o ministro não fica por aqui e leva o seu confusionalismo até à deliberada tentativa de meter as classes sociais (definidas pelo seu papel no processo produtivo) no mesmo saco das classes profissionais (cuja definição resulta da divisão social do trabalho). Assim para o ministro Barreto, o trabalhador da UCP que se dedique ao trabalho administrativo da mesma e o dirigente sindical são meros patrões... enquanto como vimos, todo o trabalhador que recebe salário é sempre proletário.

O ministro falou e muito dos males da proletarização rural "como retrocesso histórico", como estado em que "o homem está separado de si próprio". Barreto ataca a promoção da proletarização onde ela não só não existe como retrocedeu para tentar esconder o facto de a proposta governamental conter em si mesma, se fosse aplicada, uma intensificação brutal da proletarização das camadas trabalhadoras do campo.

De que modos se vai processar esta proletarização acelerada? Enunciemos apenas alguns dos mais evidentes: a concessão de reservas de área muito mais elevada que podem ir até 161 000 pontos e 700 hectares, em áreas que são das UCPs, a reservatório que vão desde o ex-proprietário ao rendeiro, e ao sub-rendeiro conduziriam à liquidação da quase totalidade das UCPs. Qual o destino dos trabalhadores das UCPs destruídas senão a proletarização? Mais do que a proletarização espera-se ainda o desemprego pois como se sabe além da proposta admitir seis anos de incultura das terras apenas obriga o reservatório a empregar a totalidade ou parte dos trabalhadores que trabalhavam nessas propriedades em Janeiro de 1975 (época de grave desemprego intenso). O mesmo sucede com os pequenos e médios agricultores que constituíram cooperativas nas propriedades que ocuparam e expropriaram (veja-se o caso "Pioneiros" e outros). Acrescente-se ainda que a proposta exclui de expropriação e nacionalização todos os latifúndios e explorações capitalistas pertencentes a Fundações ou associações cujo "alto interesse na sua acção cultural ou social" seja reconhecido por despacho do MAPI.

Por outro lado com as alterações à Lei do Arrendamento Rural pretende-se voltar ao esquema em que o rendeiro era lançado na proletarização ou porque lhe era impossível pagar as rendas que o senhorio aumentava a seu bel-prazer ou porque era simplesmente despedido.

Mas não é apenas a proletarização da população trabalhadora na agricultura, que Barreto pretende. Barreto projecta ainda diminuir o número de trabalhadores na zona de intervenção, prometendo emprego na indústria, construção civil e serviços.

Será que nestes sectores não há proletários? quem promove afinal, a proletarização?

Que prof. Henrique de Barros inspirou Barreto?

Justificando a alteração da pontuação de 50 000 pontos para 70 000 pontos (formulação enganadora como salientou o deputado Lopes Cardoso pois nem de longe nem de perto os 70 000 pontos do Projecto Barreto são idênticos aos 70 000 pontos da tabela actualmente em vigor), o responsável do MAP adiantou, no seu discurso, que tal modificação se devia à necessidade de tornar viável a empresa assim constituída, salientando "permitir a subsistência de um sector privado, não lhe dando os meios necessários para o seu desenvolvimento e prosperidade, significa de facto permitir-lhe a vida a prazo, asfixiá-lo".

No mesmo sentido argumentaria com grande calor o deputado do PS José Luís Nunes: "queremos que os proprietários privados tenham um mínimo de lucro razoável", adiantando para quem tivesse dúvidas que a categoria do lucro não é nem marxista nem leninista e justificando-se com a afirmação de que "não há diferença nenhuma entre pequenos agricultores e agricultores capitalistas".

Até aqui não existe contradição, e difícil seria que ela se verificasse, entre os dirigentes do PS António Barreto e José Luís Nunes. Só que no mesmo seu discurso António Barreto presta homenagem veemente ao professor Henrique de Barros "cujo ensino e exemplo inspiraram e orientaram uma boa parte da elaboração desta lei". Qual a parte inspirada, eis o que levanta dúvidas. Isto porque relativamente à questão da pontuação, que constitui ponto axial da proposta governamental, o professor Henrique de Barros declarou explicitamente num texto publicado a nível ministerial e denominado "É indispensável consolidar a Reforma Agrária".

"A observação que tem sido possível efectuar a posteriori sobre as poucas explorações já oficialmente atribuídas a título de reserva mostrou que tal pontuação corresponde a áreas de estabelecimento agrícola que permitem constituir empresas economicamente viáveis de média dimensão com receita líquida suficiente para manter o agricultor e a família em níveis de vida dignos..."

Quando Barreto confessa que utiliza a GNR para violar a lei

O deputado José Luís Nunes afirmou acaloradamente que a intervenção da GNR no Alentejo não constitui uma violência. Bem, pelo contrário, ela tem-se verificado para fazer cumprir a lei actualmente em vigor. Também aqui é total o acordo com o ministro Barreto que recentemente classificou a intervenção da GNR como uma "intervenção patriótica".

No entanto, inesperadamente no discurso do ministro Barreto, pela primeira vez, assistimos a que o responsável do MAP reconhece que a lei actual não só não tem sido cumprida como é impossível cumpri-la. Assim, enquanto todos os decretos-leis, ainda em vigor, determinam que a marcação da reserva não pode afectar a viabilidade da UCP legalmente constituída, o ministro Barreto profere no seu discurso esta eloquente afirmação:

"... Não entrego reservas caso estas venham a pôr em causa a viabilidade económica duma cooperativa, como é desejo de alguns, equívoca pura e simplesmente a não dar reservas praticamente em nenhum caso."

Donde se conclui por A mais B, que afinal a intervenção da GNR não tem sido efectuada com o objectivo de cumprir a lei mas de assegurar na prática e pela força o seu não cumprimento.

A diminuição proporcional, a diminuição absoluta - e o dislate definitivo

Na sua sanha de combate ao que denomina por proletarização rural, o ministro Barreto propõe-se diminuir o número de assalariados na agricultura transferindo-os para a indústria, os serviços e a construção civil. Esta uma linha definida na sua intervenção com clareza. Só que esta clareza deu lugar a explicações embaraçosas e embaraçosas quando um deputado do CDS lhe chamou a atenção para o facto de tal projecto de diminuição da população activa na agricultura representar uma contradição com o Plano a Médio Prazo que considera imperiosa a manutenção do nível de emprego na agricultura pelo menos nos próximos três anos. Confrontado com uma contradição bem difícil de assumir, o ministro Barreto tentou explicar as subtis diferenças entre uma diminuição da população activa em termos proporcionais e a mesma diminuição em termos absolutos...

José Luis Nunes reconhece que o PS traiu os eleitores!

O deputado José Luís Nunes ficou visivelmente chocado quando o presidente do Grupo Parlamentar do PCP, Carlos Brito, referiu que ao defender e apresentar a proposta governamental, os deputados do PS e o Governo PS faltam aos seus princípios programáticos e citou, como prova, um trecho do texto apresentado pelo PS na Campanha Eleitoral para a Assembleia da República sob o título "Programa para um Governo PS: Vencer a Crise, Reconstituir o País", no qual se afirmava o compromisso de "aplicação da legislação já aprovada sobre as normas de expropriação e de nacionalização dos latifúndios e promulgação de legislação complementar".

Protestando o respeito do PS e do seu Governo por uma legislação que a proposta governamental se propôs totalmente revogar (artigo 75 - "Disposição revogatória"), o deputado José Luís Nunes adiantou, no entanto, que se o PS falta ao seu programa programático tal é assunto que diz respeito apenas aos seus militantes... o que o mesmo é dizer que o PS acha que pode (e além de achar, praticar) obter o voto dos eleitores com um programa e tratá-lo depois!

Processo de transferência progressiva da terra daqueles que a trabalham para aqueles que nunca a trabalharam

O Partido Comunista Português iniciou a sua participação no debate parlamentar do «projecto Barreto» através de uma intervenção do deputado Vital Moreira que, logo de início, considerou este diploma como sendo aquele que, no conjunto da contra-revolução legislativa em curso, mais profundamente atenta contra a Constituição, mais directamente visa destruir uma das principais conquistas do 25 de Abril, mais claramente se dirige à restauração do domínio capitalista na economia, mais expressamente se traduz na satisfação das exigências das forças reacçãoárias e dos seus partidos. O projecto Barreto é aquele em que mais exuberantemente se exprime a capitulação perante as pressões da direita interna e do capitalismo internacional.

Ao longo da sua intervenção, o deputado do PCP demonstrou como os aspectos fundamentais da Reforma Agrária que se encontram contemplados na Constituição estão totalmente ausentes daquelas «Bases Gerais» apresentadas pelo Governo. Conforme demonstrou Vital Moreira, o «projecto Barreto» não é uma lei de bases gerais - exactamente pela ausência de grande número de aspectos que, constitucionalmente, deviam fazer parte das Bases Gerais da Reforma Agrária - mas o pretexto e uma abusiva tentativa de revogar precisamente os principais instrumentos jurídicos que permitiram a Reforma Agrária.

O deputado comunista acentuou: Daqui resulta claramente que quando o ministro Barreto e toda a direita repetem a necessidade de uma lei da Reforma Agrária, não é para regular aquelas matérias que efectivamente carecem de regulamentação nem para desenvolverem a Reforma Agrária, e a produção agrícola, mas sim para revogar as leis que existem e para liquidar a Reforma Agrária.

Respondendo a todos aqueles que acusavam a anterior legislação de não serem leis da Reforma Agrária, mas apenas «leis das expropriações», o deputado Vital Moreira disse: Ora, a presente proposta é ainda menos uma lei global sobre a Reforma Agrária. É uma contra-lei das expropriações, é uma lei das reservas, é uma lei das devoluções. É uma contra-lei do arrendamento rural, recuando aqui, em alguns pontos, ao Código Civil fascista e até em relação a este.

Vital Moreira indicaria, seguidamente, as implicações que teria esta lei no caso de ser aprovada e que são as mesmas que o PCP e todos os trabalhadores têm insistentemente demonstrado. Mas a dado passo, o deputado comunista salientou: Os grandes beneficiários desta lei são os agrários. As reservas são o seu principal objecto. Os interesses e os direitos dos trabalhadores surgem sistematicamente subordinados aos dos reservatórios.

E mais adiante: A proposta, é certo, não prima pela clareza e pela transparência. Há preceitos que remetem para outros e estes para outros, numa teia nem sempre extricável. Há conceitos não definidos, ou definidos de tal modo que não se alcança o sentido. Contudo, uma coisa é certa: a cada nova leitura se descobrem novos alcapões para privilegiar os agrários. A cada nova leitura se descobre mais um meio de lhes dar mais terra. Dir-se-ia que se procurou meticulosamente prever todas as possibilidades reais ou imaginárias e esgotar todos os pretextos para lhes deixar a terra, para lhes dar reservas, para lhes majorar as reservas, para «desculpar» o abandono das terras ou o absentismo.

Depois de ter salientado e demonstrado que esta proposta de lei significa uma afronta à vontade popular e uma violação flagrante de todos os compromissos assumidos - nomeadamente pelo PS em sucessivas campanhas eleitorais - Vital Moreira acusou o projecto Barreto de constituir um flagrante atentado à Constituição.

Na verdade - salientou o deputado comunista - a única relação que existe entre o texto e o projecto constitucional, por um lado, e o texto e o projecto desta proposta de lei, por outro lado, é a de uma absoluta contradição.

Após ter desenvolvido denunciado e contrapontado várias disposições do «projecto Barreto» com alguns dos preceitos constitucionais, o deputado Vital Moreira concluiu: É grave que a proposta de lei não avance no sentido proposto pela Constituição de transferência progressiva da terra e dos meios de produção para aqueles que a trabalham. É grave que a proposta de lei mantenha a delimitação de uma «área de intervenção», fora da qual ficam totalmente imunes os latifúndios e as grandes explorações capitalistas. É grave que não se avance no sentido do redimensionamento das explorações minifundiárias.

Mas muito mais grave - acrescentou - muito mais preocupante é que a proposta de lei se proponha retroceder enormemente em relação ao caminho já percorrido; que deixe de ser expropriável aquilo que agora o é; que se expropriem os trabalhadores para dar aos agrários; que se diminuam as garantias e os direitos dos rendeiros, que se restaure a parceria. Enfim, que em vez de se avançar no caminho da transformação socialista da agricultura, se retroceda no caminho da restauração do capitalismo e do latifundismo. Que em vez de uma transferência progressiva da posse útil da terra para aqueles que a trabalham se instaure um processo de transferência progressiva da terra daqueles que a trabalham para aqueles que nunca a trabalharam.

E a este respeito, Vital Moreira disse ainda: As normas directivas da Constituição não exigem apenas que se avance na direcção por ela indicada, e não é isso que nós exigimos neste momento; proibem sobretudo que se retroceda naquilo que já se avançou naquele caminho, e é apenas isso que nós exigimos.

Mais adiante, o deputado do PCP expôs a clara contradição existente entre o projecto constitucional e a proposta de lei:

A diferença essencial entre os dois projectos económicos, políticos e sociais - o da Constituição e o da proposta - está em que o projecto constitucional da Reforma Agrária assenta numa perspectiva socialista, enquanto que a proposta assenta numa perspectiva capitalista, no quadro da manutenção do essencial do regime latifundiário. Enquanto o projecto constitucional concebe a Reforma Agrária não apenas como uma transformação económica mas também como uma transformação das relações de poder económico, social e político, a proposta concebe-a como uma «correção» das estruturas fundiárias no quadro do regresso às relações de poder existentes há dois anos.

Noutro passo da sua intervenção, Vital Moreira referiu o atentado que a proposta de lei constitui ao próprio regime democrático, afirmando nomeadamente: Existe uma ligação orgânica entre a Reforma Agrária e o regime democrático-constitucional. Os latifúndios e a grande exploração capitalista na terra constituíram uma das principais bases económicas e sociais do fascismo. A sua eliminação é um pressuposto do regime democrático. A sua restauração arrastará consigo a perda do regime democrático.

A proposta - acrescentou ainda Vital Moreira - significa um enorme retrocesso histórico, um atentado qualificado à Constituição, uma ofensiva sem disfarces contra as conquistas populares. A firme e poderosa oposição dos trabalhadores agrícolas e dos pequenos camponeses a esta proposta não traduz apenas a defesa dos seus interesses de classe. Está em causa também a defesa da Reforma Agrária, da economia nacional, das conquistas de Abril, da Constituição e do regime democrático.

E a finalizar a primeira intervenção do PCP no debate parlamentar do «projecto Barreto», Vital Moreira concluiu:

Contra os interesses dos trabalhadores e dos pequenos agricultores, contra o poderoso movimento de oposição desencadeado em todo o País, esta proposta de lei poderá ser aprovada; a contra-revolução legislativa poderá dar mais um grande passo em frente; a contra-Reforma Agrária poderá avançar no plano legislativo; o projecto de restauração e de desenvolvimento do capitalismo poderá ir em frente.

Mas as suas consequências serão tão nefastas no plano dos interesses dos trabalhadores e dos pequenos agricultores, no plano da recuperação económica e da produção agrícola, no plano de estabilidade social e política; que acabarão por levantar contra a lei toda a oposição constitucionalmente legítima dos trabalhadores, dos camponeses, de todo o povo trabalhador.

Por nossa parte, deputados do PCP, ao definirmos a nossa frontal oposição a esta proposta de lei, mantemos-nos fiéis à luta do proletariado agrícola do Sul durante o meio século do regime fascista, à sua luta pela efectivação da Reforma Agrária após o 25 de Abril, enfim à luta do povo português pela garantia e realização da Constituição, pela consolidação de um regime democrático, ao serviço das classes trabalhadoras e pelo seu desenvolvimento a caminho do socialismo.

Omitindo qualquer referência ao regime fascista (num discurso de 90 minutos, Barreto age como se também para ele "o fascismo nunca tivesse existido"...), o responsável do MAP, considera que se assiste à "promoção da proletarização rural no Portugal de hoje, o que significa que se pretende continuar a contar com homens alienados, que melhor sejam capazes de envergar uniformes ideológicos" (exceptos, presume-se, os adeptos, se é que existem, da Carta Aberta nos campos, e ainda, evidentemente os que envergam o uniforme ideológico do PS...)

"Para nossa surpresa - declarou na sua intervenção o deputado comunista Manuel Moita e membro da UCP 'Esquerda Vencerá' -, o senhor ministro pretende atacar as Unidades Colectivas de Produção. O senhor ministro fala em proletarização, quando pela primeira vez dezenas de milhares de proletários agrícolas passam a dirigir eles mesmos o seu próprio trabalho, a ser donos do produto do seu próprio trabalho, deixam de ter de vender a sua força de trabalho por salários de fome e os agrários, deixam de ser mercadorias, deixam de ser instrumento de acumulação capitalista. Isto senhor ministro é o contrário de proletarização. As UCPs são a mais importante realização no sentido da transformação de proletários explorados em trabalhadores colectivamente organizados, responsáveis pelo seu próprio trabalho, beneficiários do seu próprio esforço."

(Intervenção efectuada na AR na madrugada de ontem).

O raciocínio tortuoso do ministro Barreto, o seu pavor pelas massas proletárias, as suas alucinações quanto à "promoção" da proletarização, constituem afinal produto de ignorância inadmissível num dirigente de um Partido Socialista. É que para o ministro Barreto, o que define o proletário não é de modo nenhum a natureza deste enquanto despojado dos meios de produção. O que define o proletário, é ter um salário e horários de trabalho mais ou menos fixos! Deste modo compreende-se que o ministro Barreto, observando que nas áreas das UCPs aumentou em 50 mil o número de trabalhadores permanentes e eventuais, deite mãos à cabeça pois que com actual política do seu Governo não restam dúvidas que cada vez mais vastas camadas do proletariado fortalecem as fileiras da oposição revolucionária.

Deste modo:

Jornada memorável

2500 AGRICULTORES-RENDEIROS DEFENDEM APLICAÇÃO DA LEI ACTUAL



A sala era pequena e os rendeiros tiveram que reunir-se noutra local

A defesa do disposto no Decreto-lei 201/75, que estabelece a Lei do Arrendamento Rural, a unânime condenação dos projectos de lei do PPD e do ministro Barreto e a extraordinária participação de cerca de 2500 cultivadores directos e pequenos e médios agricultores, foram as notas mais salientes do IV Encontro de Rendeiros do Norte, realizado no passado domingo, na Escola Infante D. Henrique, no Porto.

No manifesto aprovado por uma comissão, dirigida à Presidência da República, ao Governo e ao povo português, são salientadas as grandes responsabilidades que caberão aos órgãos de soberania que derem o aval aos problemas anticonstitucionais e contra a recuperação da economia do País, presentes na Assembleia da República.

A realização deste grande encontro de rendeiros, o maior até agora realizado no Norte, culmina uma intensa campanha de esclarecimento, organização e mobilização dos cultivadores directos em defesa da Lei do Arrendamento Rural, definida no D.L. 201/75 que é justamente considerado pelos pequenos e médios agricultores (PMA) como o 25 de Abril nos campos.

Nas últimas semanas, milhares de rendeiros participaram em cerca de 20 reuniões concelhias e de freguesia, convocadas pelo MARN, por Comissões de Rendeiros e por Ligas, aprovando moções e exposições, endereçadas aos órgãos do poder, de apoio à Lei do Arrendamento e de repúdio pelos projectos PPD e do Barreto. Milhares de telegramas, moções e abaixo-assinados foram

enviados com idêntico propósito àqueles órgãos. Nas paredes e nas estradas de aldeias, vilas e cidades do Norte surgiram, da noite para o dia, milhares de inscrições de apoio à Reforma Agrária, à LAR e de repúdio pelo ministro Barreto e o projecto PPD.

Em Chaves, em Vila Real e na Régua, entre a multidão que aguardava a chegada do Presidente da República, encontravam-se cartazes contra a lei Barreto e reclamando a aplicação das leis dos baldios e do Arrendamento Rural. Enquanto o MARN dirigia uma saudação ao general Ramalho Eanes apelando para o cumprimento da LAR, a Liga dos Pequenos e Médios Agricultores de Chaves entregou pessoalmente uma exposição ao PR denunciando o estado caótico da comercialização de carnes na região.

No domingo, provenientes de freguesias e aldeias dos distritos do Porto, Braga, Vila Real e Viana do Castelo, milhares de rendeiros convergiram para o local do IV Encontro do Norte. A breves instantes do início da reunião, tornou-se clara a exiguidade da sala para onde estava prevista. No exterior encontrava-se uma multidão que não conseguia entrar

na sala cuja lotação estava já esgotada.

Improvando um palco na caixa de um tractor estacionado no recinto, onde foi colocada a mesa da presidência para onde foram chamados, alguns dirigentes do MARN e rendeiros dos principais concelhos, os promotores da histórica reunião prepararam com mais uma contrariedade: a falta de instalação sonora que foi reparada mais tarde. Mesmo assim os trabalhos foram iniciados com uma saudação lida por António Sousa, membro do secretariado do MARN.

Sublinhando que não foram as violências dos senhorios ricos e dos caciques praticadas em Braga, Barcelos, Calorico de Basto e, mais recentemente, em Arcos de Valdevez, que fizeram recuar os rendeiros e os levarão a «amochar a cabeça e a dizer que «sim» aos que querem que nós continuemos a tirar-lhes o chapéu e a encher-lhes os bolsos à custa do nosso suor, do das nossas mulheres e dos nossos filhos», aquele dirigente do MARN concluiu a sua intervenção, frisando que os rendeiros do Norte «não querem que se mexa na Lei do Arrendamento».

«OS RENDEIROS NÃO ESTÃO SÓ NA SUA LUTA»

Traduzindo o amplo movimento de solidariedade com a luta dos rendeiros foram enviadas aos participantes no grande encontro cerca de seis dezenas de saudações subscritas, designadamente por destacados

antifascistas (Ruy Luís Gomes, Virginia Moura, José Morgado, Lobão Vital, Oscar Lopes, entre outros), por comissões de trabalhadores e de moradores, por sindicatos, pela Comissão distrital do Porto do MDP e pelo Comité Local do Porto e outras organizações do nosso partido.

A saudação entregue pela delegação do Comité Local do Porto do PCP salientava que estará firme e inabalavelmente ao lado da justa luta dos rendeiros do Norte, sempre ao lado dos explorados, contra os exploradores.

Por outro lado, além de repudiar os projectos de lei Barreto e do PPD, o Comité Local do Porto do PCP exprimiu a sua confiança de que a unidade dos trabalhadores do campo e de todo o povo português assegurará a defesa dos legítimos interesses e direitos dos rendeiros.

A finalizar uma vibrante saudação dirigida a todos quantos se têm solidarizado com a luta dos rendeiros e dos PMA, António Araújo, membro do secretariado do MARN declarou:

Os rendeiros não estão só na sua luta, porque a Lei do Arrendamento Rural é uma necessidade que serve os interesses económicos e sociais de toda a nação portuguesa. A nossa luta continuará até à vitória», assegurou a terminar a sua intervenção.

Durante a reunião foi patente o clima de unidade, confiança e entusiasmo dos milhares de agricultores rendeiros presentes que sublinhavam determinadas passagens das intervenções gritando várias palavras de ordem, designadamente: «Barreto para a rua!», «cumprimento da Lei do Arrendamento!», «não às alterações!», e «estamos fartos de coisas tortas do Barreto e do Portas!».

A LUTA CONTINUA

Após terem sido aprovadas várias moções condenando o arranque de propaganda, a ausência da televisão e apoiando a Reforma Agrária e de terem sido analisados os projectos Barreto e do PPD usou da palavra o rendeiro Albino, de Fafe que, num estilo vivo e mordaz, analisou vários aspectos da vida, dificuldades e anseios dos cultivadores directos e denunciou a ofensiva contra o PMA. A finalizar Albino, de Fafe declarou: «Não mais escravos, somos todos cidadãos iguais desta pátria que é Portugal», exigindo: «fora a CAP da nossa terra!».

No seguimento desta intervenção, vários

agricultores-rendeiros usaram da palavra para denunciarem situações de injustiça e arbitrariedades praticadas pelos caciques e grandes proprietários absentistas. Depois, foi lido e aprovado, num ambiente de grande entusiasmo, um manifesto dirigido à Presidência da República, ao Conselho da Revolução, à Assembleia da República, ao Governo e ao povo português.

Neste documento, os cerca de 2500 rendeiros presentes, além de historiarem as diversas fases de luta pela aplicação e cumprimento do Decreto-lei 201/75, denunciam veementemente as tentativas de pôr em causa aquele diploma por parte dos caciques e absentistas que não hesitaram em recorrer, tantas vezes (a maioria...) impunemente à violência.

Considerando graves ameaças para a economia nacional e para a própria democracia portuguesa

as tentativas de liquidação da Lei do Arrendamento Rural em vigor e a promulgação de nova legislação a partir dos projectos Lei do Barreto e do PPD, o manifesto alertava:

Grandes responsabilidades caberão aos órgãos de soberania que derem o aval aos projectos anticonstitucionais e contra a recuperação da economia do País, presentes na Assembleia da República. No entanto, tarde ou cedo a nossa lei, a Lei do Arrendamento Rural será uma realidade. O desenvolvimento da nossa agricultura exige-a. Os interesses de muitos milhares de agricultores impõem uma lei como esta.

Tarde ou cedo a economia nacional e os interesses do Povo português permitem afirmar e juramento e certeza a necessidade de um regime de arrendamento e o estabelecido na nossa lei.

Revogar a Lei do Arrendamento é uma monstruosidade!

No passado dia 15 do corrente, a Direcção da Organização Regional do Norte do nosso Partido emitiu o seguinte comunicado:

Revogar a Lei do Arrendamento Rural é uma monstruosidade.

A chamada lei Barreto, assim como o projecto de lei do PPD, é a lei dos grandes proprietários que passam a vida nas cidades, dos ricos e latifundiários, dos intermediários e dos caciques fascistas seus amigos, isto é, é a lei dos verdadeiros parasitas dos campos.

A chamada lei Barreto, assim como o projecto de lei do PPD, é um crime contra os rendeiros, contra os pobres, contra o progresso das nossas vilas e aldeias, contra o progresso e o desenvolvimento de Portugal.

A chamada lei Barreto, assim como o projecto de lei do PPD, se for aprovada e aplicada, irá aumentar a miséria dos agricultores, irá aumentar o jugo dos pequenos pelos grandes, irá provocar mais e mais emigração e o abandono do cultivo das terras.

No Norte como no Sul, a chamada lei Barreto é a lei dos ricos contra os pobres, dos parasitas contra os que trabalham, dos grandes contra os pequenos.

O Partido Comunista Português, a classe operária e os trabalhadores estão convosco, estão e estarão com a vossa luta por uma vida melhor nos campos de Portugal.

Por mais que façam os caciques e os parasitas a história não anda para trás. A luta dos agricultores e dos rendeiros será vitoriosa. É e será cada vez maior o número dos agricultores que compreende quem são os seus inimigos e quem são os seus amigos.

O Partido Comunista Português tudo fará pela vitória da justa luta dos agricultores portugueses.



Assalariados agrícolas do Norte e Centro

UMA SITUAÇÃO INSUSTENTÁVEL QUE EXIGE MEDIDAS URGENTES

Sindicalistas apresentam em Lisboa uma proposta de portaria de regulamentação de trabalho

Os assalariados agrícolas do Norte e Centro do País, que se contam entre os trabalhadores mais explorados durante o fascismo, continuam a lutar para verem satisfeitas reivindicações mínimas que a maioria dos trabalhadores portugueses já alcançou.

Entre essas reivindicações está o salário mínimo nacional de 4500 escudos (para eles continua a ser de 3500 escudos) a atribuir aos permanentes e 180 escudos diários para os eventuais.

A situação desses 200 mil trabalhadores das províncias do Norte e Centro é de tal ordem e agrava-se de tal maneira que levou um dos seus representantes sindicais a perguntar, em Lisboa, durante uma conferência de Imprensa, «que 25 de Abril tivemos nós?»

Sem pôr em causa a validade geral do derrubamento do fascismo, para todos os trabalhadores portugueses, razão assiste ainda assim àquele trabalhador para fazer tal pergunta, pois:

«Para os trabalhadores dos campos do Norte e Centro não

há legislação que os proteja. Apenas existe o Decreto-Lei n.º 49-B/77, de 12 de Fevereiro do ano corrente, que acentua a diferenciação entre o campo e a cidade ao decretar, em termos de aplicação ambígua, um salário de 3500 escudos para o trabalhador rural permanente, ao mesmo tempo que estabelece 4500 escudos como salário mínimo nacional. Os trabalhadores agrícolas sentiram essa discriminação como uma afronta, sentimento esse que foi aumentado ao tomarem conhecimento de que o Governo Regional dos Açores decretava, para esse espaço nacional, o salário de 4000 escudos para o mesmo trabalhador rural».

Foi esta, resumidamente, a situação que os representantes dos Sindicatos Agrícolas do Porto, Braga, Vila Real, Viseu, Coimbra, Castelo Branco e Leiria apresentaram em Lisboa, numa conferência de Imprensa, ao divulgarem as bases de uma proposta de portaria de regulamentação de trabalho (PRT), a cuja aprovação, em reunião de Sindicatos, nos referimos recentemente.

A PRT, entregue no MAP e no Ministério do Trabalho, destina-se a pôr o Governo perante as realidades que afectam 200 mil trabalhadores e a levá-lo a assumir as suas responsabilidades, abandonando de vez as promessas que não cumpre.

Trata-se de «regalias mínimas» que não podem ser recusadas. Assim as entendem os trabalhadores que enfrentam diariamente situações inconcebíveis com atentados flagrantes ao direito

ao trabalho, terras abandonadas, constantes ameaças de desemprego, coacções e brutalidade perante a mínima reivindicação, a mínima intenção de que um direito seja cumprido.

Os assalariados agrícolas não podem esperar mais. A Portaria de Regulamentação de Trabalho tem de ser aprovada urgentemente e efectivamente aplicada em todo o Norte e o Centro do País.

VEREADORES DO PS VOTAM CONTRA PROJECTO BARRETO

A vereação da Câmara Municipal de Almada aprovou, com dez votos a favor e um contra, uma moção de repúdio pelo projecto de lei Barreto.

Os vereadores do Partido Socialista, Artur Cortez, Domingos Jacinto e Feliciano Neves, afirmaram em declaração de voto que votaram a favor desta moção porque, fiéis à sua consciência, ao programa e vocação do seu Partido, não podem deixar de manifestar a sua solidariedade pelo povo trabalhador do campo, entendendo esta atitude como um apelo à unidade dos trabalhadores face ao avanço das forças reaccionárias e não como um contributo para qualquer acção partidária ou anti-socialista.

Plenário da CGTP-IN

FIRMEZA INQUEBRANTÁVEL NA DEFESA DA REFORMA AGRÁRIA

O Movimento Sindical concretizou, no último sábado, em plenário na Voz do Operário em Lisboa, a afirmação indubitável de que se o projecto Barreto for aprovado o será contra a vontade livremente expressa da maioria esmagadora dos trabalhadores portugueses.

Ficou também assente, sem lugar a dúvidas, que «a Reforma Agrária será defendida contra todos os seus inimigos», pondo em campo «a determinação inquebrantável de impedir que os direitos já conquistados sejam destruídos».

Bem claro ficou ainda, pela voz unânime dos representantes de mais de um milhão e trezentos mil trabalhadores, que «a Constituição não será anulada e a democracia será defendida».

Alli se proclamou, com a legitimidade democrática e patriótica da Central única dos trabalhadores portugueses, que «todos juntos saberemos manter abertas as vias que não de conduzir a uma sociedade mais justa e mais fraterna, a uma sociedade socialista».

Cento e sessenta e nove associações sindicais — entre elas 15 não filiadas — estiveram presentes, através de mais de quinhentos dirigentes sindicais, no plenário da CGTP-Intersindical Nacional

aberto a todos os Sindicatos. Uma moção em cinco pontos sobre a questão mais importante do plenário — a tentativa de destruição da Reforma Agrária — salienta mais uma vez que os projectos

de recuperação capitalista e latifundiária «nada podem, se os trabalhadores e as massas populares estiverem dispostos, como estão, a lutar contra eles, a não os deixar passar».

O documento, aprovado por unanimidade e aclamação após a análise do «projecto Barreto», marca uma posição de firmeza inquebrantável na defesa da Reforma Agrária, que não interessa apenas aos trabalhadores alentejanos e ribatejanos, representados no plenário pelas suas associações sindicais.

A unanimidade e aclamação não foi um voto parcial ou de pura forma. Foi uma das manifestações mais nítidas da vontade dos trabalhadores da cidade e do campo, dos trabalhadores organizados de todo o País. E essa vontade está bem esclarecida.

Ninguém dela duvidará, tendo em vista o que está em jogo e a consciência que disso os trabalhadores têm demonstrando.

O que está em jogo é a salvaguarda e o avanço de uma Reforma Agrária constitucional, «democrática, não capitalista e visando o socialismo» contra a restauração das relações de produção capitalista e do próprio latifúndio nos campos alentejanos.

O que está em jogo são os interesses mais legítimos dos trabalhadores rurais, dos pequenos agricultores, dos rendeiros e de todos os que trabalham a terra contra o desemprego e a miséria no Alentejo.

O que está em jogo é a construção do socialismo contra a recuperação dos privilégios fascistas.

VIVA A REFORMA AGRÁRIA

Em apoio da Reforma Agrária contra o «projecto» que pretende destruí-la, a SIP do CC, a SIP da DORL e o «AVANTE!» promoveram, na sexta-feira e no sábado da semana finda, uma grandiosa festa popular no Pavilhão dos Desportos, em Lisboa.

O espectáculo, calorosamente aplaudido pelos milhares de pessoas que encheram completamente o recinto, teve a assinalável vibração das canções de luta e de protesto, bem como o entusiasmo colectivo perante a qualidade dos artistas e a mensagem de firmeza que transmitiram para salvaguarda e avanço das conquistas da Revolução com os trabalhadores e o seu Partido.



REUNIÕES EM LISBOA COM EMIGRANTES

A Comissão para o trabalho entre a emigração, do PCP promove a realização, durante o período de Verão, de reuniões com os trabalhadores emigrantes comunistas que se encontram em Portugal.

Nestas reuniões serão debatidos: a situação actual dos emigrantes portugueses nos diferentes países onde se encontram, os principais problemas com que se debatem e propostas para a sua resolução.

Estão já marcadas as seguintes reuniões:

— Dia 26 de Julho, às 10 horas, com os camaradas emigrantes na Holanda;

— Dia 27 de Julho, às 10 horas, com os camaradas emigrantes na RFA.

As reuniões terão lugar no Centro de Trabalho de Alcântara.

A parte da manhã será preenchida com um ponto sobre a situação política no nosso país, seguindo-se-lhe, depois do almoço, o debate sobre os problemas da emigração portuguesa.

Os camaradas que desejem convidar simpatizantes do Partido a assistir às reuniões podem fazê-lo.



GRANDE JORNADA DE SOLIDARIEDADE EM LISBOA COM A REFORMA AGRÁRIA E OS SEUS OBREIROS

Milhares e milhares de pessoas da zona de Lisboa, homens, mulheres e jovens que estão com a Revolução e que conhecem o profundo

significado da solidariedade, manifestaram, no passado domingo, o seu apoio militante aos heróicos trabalhadores da Reforma Agrária, no decorrer

de uma grandiosa jornada política e de convívio promovida pelo PCP, em Belém, e na qual esteve presente o camarada Álvaro

Cunhal, secretário-geral do Partido.

Tal como estava previsto, a jornada começou logo de manhã com a realização de diversas iniciativas para crianças. Num palco improvisado no relvado que se estende frente à Torre de Belém, actuaram o Grupo Folclórico da Casa do Povo de Alparça e os Pioneiros de Benfca e dos Olivais, que interpretaram peças de teatro infantil, canções e poemas.

Durante toda a manhã chegavam ao local centenas e centenas de pessoas, muitas das quais almoçaram à sombra das árvores, num ambiente de confraternização e amizade.

Às 17 horas, já na presença de uma grande multidão, actuou o Grupo 25 de Abril, que seria vibrantemente aplaudido, seguindo-se a intervenção do camarada Álvaro Cunhal, que publicamos à parte e na íntegra.

Ao longo do seu discurso, atentamente seguido por milhares e milhares de pessoas, o secretário-geral do Partido seria frequentemente interrompido por vibrantes aplausos e por várias palavras de ordem.

MOÇÃO APROVADA

No final do comício foi aprovada por aclamação uma moção de repúdio pelo "projecto de lei Barreto", que foi enviada à Assembleia da República, Presidência da República, Conselho da Revolução e Governo. É o seguinte texto da referida moção:

Considerando que a proposta de lei da Reforma Agrária apresentada pelo Governo PS, a ser aprovada e aplicada conduziria à restauração dos latifúndios e das grandes empresas agrárias capitalistas; teria como consequência a diminuição da produção agrícola, dos efectivos pecuários, o desemprego e a miséria para milhares de trabalhadores rurais; liquidaria a Lei do Arrendamento Rural e levaria à ruína centenas de milhares de pequenos agricultores rendeiros; considerando que é um projecto de lei

anticonstitucional e antidemocrático; as dezenas de milhares de pessoas presentes no comício de 17 de Julho de 1977 em Belém, rejeitam vivamente esta proposta de

lei e manifestam firme solidariedade aos assalariados rurais, aos camponeses e rendeiros, na sua luta em defesa da Reforma Agrária e da Lei do Arrendamento Rural, para

bem do nosso Povo e da nossa Pátria.

Após o comício, prosseguiu o Canto Livre com o camarada José Jorge Letria, que interpretou várias canções de intervenção.



Para onde caminhamos?

A anunciada venda de produtos da Reforma Agrária incluída no programa da jornada política e de convívio promovida pela DORL do Partido, no passado domingo, em Belém, acabou por não se realizar: a Câmara Municipal de Lisboa não autorizou...

Entretanto, por ordem da CML e da CMP, os panos e dísticos com inscrições de repúdio pelo "projecto de lei Barreto" afixados em Lisboa e no Porto por trabalhadores e democratas solidários com os operários agrícolas e pequenos e médios agricultores da Reforma Agrária, têm sido arrancados e destruídos por elementos das forças militarizadas, nomeadamente, pela PSP.

A título de exemplo, recorde-se que ainda na passada segunda-feira, foi retirado, com grande aparato, e sem que os trabalhadores

tivessem sido previamente avisados, um pano com inscrições de apoio à Reforma Agrária, que se encontrava numa janela do Sindicato da Indústria e Comércio Farmacéuticos. Para o efeito, deslocou-se ao local uma carinhina da PSP com seis elementos, e uma grua. Surpreendidos pela ocorrência, os trabalhadores do Sindicato pediram explicações: a única resposta que obtiveram foi que se tratava de "uma ordem da CML"...

No passado dia 16, um militante do nosso Partido que escrevia numa parede velha da Batalha uma frase de repúdio pela "lei Barreto", foi abordado por um elemento da GNR que o conduziu ao posto, onde esteve detido durante três horas. Foi libertado após um contacto telefónico entre o posto e a GNR de Leiria.

Também nesta cidade, na noite do passado domingo, foram retirados três panos com inscrições de repúdio pela ofensiva contra a Reforma Agrária.

Estas acções, que, tal como o Partido tem vindo a denunciar estão integradas numa política de crescente repressão contra os trabalhadores, servem abertamente os objectivos das forças contra-revolucionárias; atentam contra a estabilidade da democracia e as liberdades; demonstram que os dirigentes do PS, em aliança com a direita, estão dispostos a recorrer a tudo — mesmo à repressão — para destruir a Reforma Agrária, grande conquista do 25 de Abril, e para abafar a solidariedade e o amplo apoio das populações das cidades aos trabalhadores das Cooperativas e das UCPs. Para onde caminhamos?

«NÃO MEXAM NA LEI DA REFORMA AGRÁRIA!» EXIGIRAM EM ÉVORA DEZENAS DE MILHARES DE ASSALARIADOS E PEQUENOS AGRICULTORES

Combatividade e entusiasmo foram certamente as características mais marcantes do grandioso comício que no passado sábado reuniu em Évora largas dezenas de milhares de pessoas. Malgrado o calor abrasador que se fez sentir, o Rossio de S. Brás encheu-se de gente firmemente disposta a prosseguir na luta pelo que por direito lhe pertence — a terra que trabalha.

A terra que frutificou com a Reforma Agrária nas mais belas searas de sempre. Essa mesma terra que o projecto de lei Barreto pretende agora devolver de novo aos latifundiários absentistas e sabotadores.

Durante criticado por todos os oradores que intervieram no comício, o projecto de lei Barreto foi alvo durante toda a tarde de vivas manifestações de repúdio. "Não mexam na lei da Reforma Agrária", "Barreto para a rua" e "A terra a quem a trabalha", foram algumas das palavras de ordem mais gritadas.

E à denúncia dos planos do MAP sucederam-se os exemplos concretos do que tem sido a sua política destruidora.

Recordou-o João José Pinheiro, da UCP "Unidade de Trabalhadores", de Campo Maior, que salientou que no distrito de Portalegre, tal como nos restantes distritos da Reforma Agrária, são as melhores herdades que são entregues aos agrários, aquelas onde os trabalhadores realizaram mais investimentos. As ilegalidades acumulam-se: gados que pertencem aos trabalhadores são entregues pelo MAP para as reservas dos agrários, como aconteceu na

UCP "Liberdade de Seda"; há casos de reservas que atingem os 200 000 pontos, como é o caso da "Herdade d'Ordem", em Fronteira, onde o CRRA de Portalegre pontuou oliveiras como se fossem azinheiras; etc, etc, etc.

E sempre que os trabalhadores protestam contra as ilegalidades cometidas, a resposta do MAP é dada com cargas da GNR e da polícia de choque, sublinhou aquele trabalhador, que se referiu depois longamente

à ocupação, ordenada pelo MAP, da UCP "Unidade de Trabalhadores" e da "Cooperativa Agro-Campo Maior".

E, a terminar, afirmou: Hoje, em Campo Maior, vive-se um ambiente de autêntica repressão, que só tem paralelo nos tempos do fascismo. A polícia de choque, vinda de Lisboa, nunca mais saiu de Campo Maior desde o dia 30 de Junho e até já montaram quartel na vila. As raus são patrulhadas de noite, e muitas vezes policiais à paisana tentam infiltrar-se no seio dos trabalhadores.

A presença da polícia de choque é um insulto a todos os democratas e visa, através da intimidação e da repressão, manter um clima de constante instabilidade e dar cobertura às provocações dos agrários contra os trabalhadores, contra os pequenos agricultores, contra o Povo de Campo Maior.

As dificuldades com que se debatem os pequenos agricultores do distrito de Beja, nomeadamente nos concelhos de Odemira, Beja e Serpa, e o que para eles significará a alteração à actual Lei do Arrendamento Rural — mais fome e miséria para todos —, foram problemas abordados pela intervenção do camarada Baptista, pequeno agricultor e membro da Comissão Distrital de Beja.

Também as mulheres dos trabalhadores da UCP "Margem Esquerda" tiveram uma palavra a dizer. Numa moção, aprovada por aclamação, aquelas mulheres repudiam o procedimento do MAP que, através do CRRA de Beja, tem tentado por todos os

meios destruir aquela UCP, contribuindo assim para que os seus maridos e filhos vão para o desemprego e para que em suas casas volte outra vez a fome e a miséria.

Após uma crítica à política do MAP e ao projecto de lei Barreto, as mulheres alentejanas afirmaram-se dispostas a lutar ao lado dos maridos e filhos para que esse destruidor e criminoso projecto não seja aplicado.

O MINISTÉRIO DA AGRICULTURA É O MINISTÉRIO DA MENTIRA

O camarada Dinis Miranda, do Comité Central do nosso Partido, recordou em seguida a dura luta dos trabalhadores alentejanos contra a repressão e o fascismo, manifestando a sua convicção de que saberão resistir hoje, tal como no passado, aos inimigos do povo trabalhador.

Criticando duramente a política do MAP, que considerou um crime contra a economia nacional e o povo português, pois não só provoca o desemprego de milhares de trabalhadores como também desorganiza a produção e aumenta em milhões de contos o volume das importações de produtos agrícolas que podiam e deviam ser produzidos no nosso país, o camarada Dinis Miranda deu depois alguns exemplos elucidativos de até onde pode chegar a vileza dos responsáveis do MAP, que não hesitam em mentir e caluniar para procurarem vencer os que se lhes opõem.

Assim, as vítimas da repressão seriam pura invenção; notificações de reservas que não foram apresentadas a ninguém

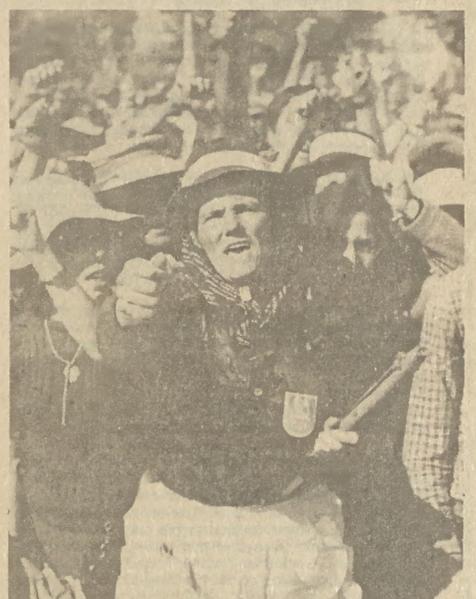
"existem" apenas porque o MAP o afirma; o debate na TV a que o MAP se furtou não se teria realizado por "recusa" dos trabalhadores; os trabalhadores passaram a ser ladrões e os agrários as suas "vítimas"; e tudo o mais que o MAP tem inventado para mascarar o seu isolamento face aos trabalhadores e tentar enganar a opinião pública.

Mas, como afirmou Dinis Miranda, as manobras do MAP não têm conseguido nem conseguirão tirar a força dos trabalhadores, diminuir a sua combatividade e a sua firme disposição de defender as suas conquistas. Pelo contrário. A unidade e combatividade das massas trabalhadoras tem crescido e continua a crescer.

Os Barretos e Portas deste país terão a mesma sorte que a História reserva a todos os inimigos dos trabalhadores.

Durante o comício, que encerrou com a intervenção do camarada Álvaro Cunhal, a que fazemos referência em separado, foram ainda recebidas diversas moções de apoio à Reforma Agrária e repúdio pelo projecto de lei Barreto. Está neste caso, por exemplo, a subscrita por trabalhadores de Castelo Branco e membros das Cooperativas Agrícolas de Produção da Beira-Baixa, que, saudando os trabalhadores alentejanos e ribatejanos, dizem não ao projecto de Barreto e manifestam a sua activa solidariedade e firme decisão na defesa das conquistas alcançadas depois do 25 de Abril.

Ao combativo comício seguiu-se uma sessão de canto livre.



LIVRO NEGRO DO MAP

Acabado de imprimir no próprio dia em que começava a Assembleia da República a discussão do "projecto Barreto", o Livro Negro do MAP, trabalho colectivo editado pelas "Edições Avante!" representa mais um esforço, ao lado de tantos outros abnegados esforços, para preservar a Reforma Agrária da tentativa de destruição que esse projecto representa.

Resultado do esforço de uma colectiva da Comissão Técnica de Apoio às Comissões da Reforma Agrária e de Pequenos e Médios Agricultores junto do CC do PCP, conjugado com o trabalho meritório e consciente de todos os trabalhadores que colaboraram na confecção do livro, foi possível que este ficasse terminado num tempo record, de

modo a cumprir oportunamente a sua missão que, por ser de esclarecimento, não deixa de ter o seu lugar na batalha pela defesa do que tanto custou a criar e que com razão é reconhecida e afirmada como a grande conquista, se não a maior, da revolução de Abril.

Destinado a "dar à opinião pública uma visão objectiva e de certo modo global do que tem sido a actuação do MAP", o livro refere na sua introdução: "Estamos certos de que, quem ler sem ideias preconcebidas este conjunto de informações, sentirá como nós um profundo ansio de que justiça seja feita aos que trabalham a terra, aos heróicos trabalhadores rurais e pequenos e médios agricultores — os obreiros da Reforma Agrária em Portugal".



DISCURSO DE ÁLVARO CUNHAL EM BELÉM



Recuperação capitalista e restauração do poder do capital

Pode parecer estranho que continuando a ser a situação de crise económica e financeira um dos problemas centrais da vida nacional, tenha de súbito caído o silêncio sobre ela por parte do Governo e Instâncias oficiais.

O Governo falou muito na crise quando levou a cabo a malfadada campanha para a integração no Mercado Comum. Falhada por agora essa grande operação política, parece que o problema desapareceu.

A realidade é que a situação económica e financeira continua a degradar-se, vai-se gastando o dinheiro empenhado e corremos o risco de acordar de um dia para o outro com a revelação de que o País está à beira da bancarrota e que o Governo, para obter novos empréstimos externos, aceita imposições do FMI, que tornará Portugal um paraíso dos capitalistas, um inferno para os trabalhadores e uma semi-colónia do imperialismo.

A Conferência Nacional do nosso Partido realizada em 4 e 5 de Junho revelou com toda a objectividade a situação, apontou caminhos e apresentou numerosas propostas, ideias e sugestões para sair das dificuldades.

Mas que faz o Governo? Qual é no fim de contas a essência da sua política económica?

Em matéria económica e financeira o Governo mostra-se incapaz de definir uma política patriótica e de promover o esforço nacional indispensável na hora presente. Não faz literalmente nada de sério para a recuperação económica e financeira. Mostra ter apenas como preocupação fazer viver o País com os balões de oxigénio de empréstimos e de satisfazer as reclamações dos grandes capitalistas, dos agrários e dos imperialistas.

O que o Governo faz é entregar fábricas e empresas ao patronato sabotador, entregar terras aos grandes proprietários, aprovar leis que põem em causa as nacionalizações dos sectores básicos e as expropriações de terras dos latifundiários, e preparar-se para entregar milhões e milhões de contos com indemnizações aos exploradores do Povo e da Nação portuguesa.

A recuperação capitalista e latifundista não significa do forma alguma a recuperação económica do País, a saída das dificuldades económicas e financeiras. A recuperação capitalista e latifundista contraria e impede de facto a recuperação económica.

Tal política está já a causar e causará mais de futuro profundos prejuízos à economia nacional.

Fábricas e empresas entregues ao patronato sabotador estão paradas ou com a sua produção gravemente afectada. A maior parte das terras entregues arbitrariamente aos agrários estão novamente abandonadas. Numa conjuntura em que o aumento da produção nacional é essencial para se sair dos numerosos défices da economia nacional e da balança de pagamentos, a política do Governo impede o aumento da

produção nacional, em alguns sectores, provocará mesmo a sua diminuição.

O PCP alerta para os efeitos que teria para a produção agrícola a aprovação e aplicação do projecto de lei Barreto, com a restauração dos latifúndios e as tentativas de destruição de Cooperativas e UCPs.

Em toda a zona da Reforma Agrária isso poderá significar uma quebra de produção agrícola e pecuária em muitos milhões de contos, obrigando a mais elevadas importações de produtos que com a defesa da Reforma Agrária se podem perfeitamente produzir.

Como se explica que o Governo não tenha em conta tão graves consequências da sua política na situação económica do País?

Só se pode explicar porque o objectivo do Governo não é defender os interesses do Povo português e da economia nacional, mas satisfazer as exigências dos capitalistas, agrários e imperialistas.

O prosseguimento e a escalada da recuperação capitalista e latifundista mostra que não se trata apenas de correção de «injustiças» ou de correção de «excessos» e desvios (como muitas vezes o Governo afirmou), mas de todo um plano de restituição dos sectores fundamentais e das alavancas da economia nacional ao grande capital e aos grandes proprietários.

Por isso, a expressão «recuperação capitalista» já não é bastante para traduzir as consequências da série de leis aprovadas ou em discussão na Assembleia da República. Não se trata apenas de recuperação de meios de produção pelos capitalistas e agrários. Trata-se da restauração, embora lenta, da base económica e social da reacção e do fascismo. Trata-se de uma política de restauração do poder económico dos capitalistas e latifundiários, que, a consumar-se, acabaria por conduzir à restauração do seu poder político.

O que nós perguntamos é se era isto que queriam e esperavam aqueles que votaram no PS.

Estamos certos de que não. E estamos certos porque cada dia aumenta o número de socialistas e eleitores socialistas que se aproxima de nós, que se entende connosco numa luta que é, comum.

Nós sempre manifestámos apreensões por uma queda vertical do PS. Mas o que socava a base de apoio do PS não é a actividade do PCP, mas a sua própria política.

Defenda o Governo os interesses dos trabalhadores, assegure a defesa das liberdades e das conquistas da Revolução, deixe de cozinhar alianças e coligações com o PPD e o CDS, procure entender-se com os trabalhadores, com os sindicatos, com as organizações camponesas, com o único grande Partido de esquerda — o nosso Partido — e logo alargará a sua base de apoio popular, e até se tornará possível que em grandes iniciativas de massas se não grite apenas P-C-PI mas se grite também P-S!

O que socava a base de apoio do Governo PS é a sua própria política cujos objectivos já estavam bem claros pela sua actuação e que agora se revelam em todo o seu alcance com esta série de leis e projectos de lei.

Limitações às liberdades e política repressiva

Não é ocasional que a política do Governo e as propostas e aprovação de uma série de leis que têm como objectivo a recuperação capitalista, latifundista e imperialista, sejam acompanhadas por uma outra série de medidas práticas e propostas e aprovação de leis que restringem as liberdades democráticas.

Assim, o Governo procura liquidar o controlo operário, pelo o projecto de lei sobre o controlo de gestão (como a Constituição o designa) tem em vista destruir precisamente o controlo de gestão, impedindo os trabalhadores de interferirem de facto na vida económica e financeira da empresa e visando que a recuperação capitalista das empresas signifique o restabelecimento da tirania da exploração capitalista, sem admitir qualquer controlo por parte dos trabalhadores.

Temos de dizer claramente que os trabalhadores não renunciarão a um direito fundamental conquistado pela luta e reconhecido pela Constituição e lutarão para que ele lhes seja efectivamente assegurado.

O Governo procura também através do mesmo projecto de lei, limitar o direito dos trabalhadores organizarem as suas comissões nas empresas, obrigando a um sistema rígido de voto, limitando taxativamente o número dos membros das comissões, estabelecendo um processo que pode levar meses até as comissões serem reconhecidas.

Este projecto é tão absurdo, mostra tão profunda ignorância da vida das empresas, despreza de tal forma a experiência histórica do movimento operário, a realidade viva e as tradições gloriosas das comissões e a consciência e vontade dos trabalhadores, que, mesmo que fosse aprovado, acabaria por não poder ser aplicado.

O Governo PS pretende destruir as comissões de trabalhadores, como forma de organização autónoma e independente. Mas é absolutamente certo que um Governo do Portugal democrático não conseguirá fazer aquilo que a ditadura fascista não conseguiu ao longo de dezenas de anos.

O Governo procura também limitar os direitos sindicais dos trabalhadores, declarando ridiculamente pela boca do seu ministro do Trabalho que a CGTP-Intersindical não é uma central sindical, negociando com o grupo insignificante da Carta Aberta, continuando a agir para dividir o movimento sindical a criar sindicatos dóceis à política de recuperação capitalista e latifundista, sindicatos de laçaios submetidos às ordens e imposições do patronato, dos grandes senhores, do Governo e do PS.

É também absolutamente certo, camaradas, que no Portugal democrático de hoje, nem o Governo, nem a reacção conseguirão destruir a organização sindical, livre, democrática e independente dos trabalhadores portugueses que estes criaram, construíram, fortaleceram, reconhecem como sua, têm defendido e que continuarão defendendo com êxito.

O Governo procura também limitar o direito à greve, fazendo aprovar uma lei que só permite a greve declarada pelos sindicatos, que obriga a um excessivo pré-aviso, que admite sérias restrições à greve na função pública e que dá ao Governo discricionário poder de mobilização dos Trabalhadores quando resolve afirmar que a greve afecta a economia nacional ou serviços essenciais que não são taxativamente discriminados na lei.

É absolutamente certo camaradas, que os trabalhadores nunca renunciarão a este direito essencial.

O Governo procura também limitar o direito de informação, impondo ao País uma política de monopolização dos grandes meios de comunicação social e procurando conter a voz dos trabalhadores, das suas aspirações de classe e do seu Partido.

Os defensores do pluralismo político revelam-se praticantes do monopolismo minoritário da informação.

A TV e a Rádio tornaram-se instrumentos de uma política partidária sectária, amplamente aberta aos aliados da direita e aos representantes da reacção, do grande capital e dos agrários, e quase completamente fechada aos trabalhadores e à oposição de esquerda.

A Televisão aceita e lança para a publicidade dos livros de Kaúlza e do MIFRN, de livros provocatórios contra o PCP, mas recusa a publicidade do volume da nossa Conferência Nacional.

Neste momento político particularmente importante, a Televisão dá horas e horas aos chefes dos partidos reaccionários, mais de uma hora a Barbosa de Melo, duas horas a Freitas do Amaral, serve aos telespectadores Barreto cozido, Barreto frito, Barreto assado, mas não facilita o direito de antena aos dirigentes do PCP e às organizações representativas dos trabalhadores e dos pequenos e médios agricultores.

O esforço de manipulação da opinião pública é tal, é tal a necessidade que sentem de impedir que se eleve a voz livre e a afirmação livre do povo trabalhador e do seu Partido — o PCP, que, como retaliações mesquinhas, prendem camaradas que distribuem manifestos ou fazem inscrições, mandam forças policiais pela calada da noite arrancar em Lisboa e Porto os dísticos de pano contra

o projecto Barreto e proibiram a venda nesta nossa festa de produtos vindos da Reforma Agrária.

Voltando aos meios de comunicação social e quanto à imprensa, o Governo PS violando os preceitos constitucionais relativos à independência dos meios de comunicação social estatizados, não satisfeito por se ter apropriado do «Diário de Notícias» e de outros jornais tornando-os órgãos do PS e do Governo e fazendo pagar os défices de muitas centenas de milhares de contos com os dinheiros públicos do Orçamento Geral do Estado, avança projectos de alargamento e aperto do controlo e da manipulação.

O plano Roque Lino põe preto no branco o propósito de um controlo, dirigismo e utilização partidária e sectária da imprensa estatizada pelo partido no Poder. Aponta para a reentrega ao grande capital de vários jornais entre os quais «O Século» admitindo a consolidação dos passivos em 15 ou 20 anos e despedimentos em massa. Admite a venda a grupos estrangeiros de empresas públicas do sector da informação. E o partidarismo é elevado a tal ponto que propõe a suspensão de «A Capital» nacionalizada com o argumento de que concorre e tira freguesia à «Luta» do PSI!

A par destas práticas e desta política de limitação ilegítima das liberdades, o recurso a métodos repressivos contra os trabalhadores e contra os democratas vão-se generalizando.

Uma política democrática tem o apoio do Povo e medidas democráticas de um Governo são recebidas e aplicadas pelas massas sem necessidade de intervenção das forças repressivas.

Uma política que, para ser aplicada, necessita sistematicamente de recorrer às forças repressivas e à violência, demonstra por esse mesmo facto o seu carácter antidemocrático e antipopular.

Não só o Governo dá rédea solta aos patrões sabotadores regressados às empresas para despedir trabalhadores, apenas por defenderem os interesses da sua classe, e para utilizarem grupos de caceteiros e rufias para agredirem e espancarem — como o próprio Governo recorre à repressão para fazer aplicar as suas decisões antioperárias e antipopulares, as suas medidas de recuperação capitalista e latifundista.

Nenhum trabalhador, nenhum antifascista poderá deixar de reprovar vivamente uma política tão contrária aos interesses e aspirações do Povo, que necessita de lançar contra os trabalhadores centenas de homens armados até aos dentes, com grande aparato militar, espancando e espedeando, isto para impor a arbitrária restituição ao patronato sabotador de empresas intervenionadas salvas da ruína e do encerramento pelo esforço, pelo sacrifício, capacidade e competência dos trabalhadores, isto para impor a arbitrária e ilegal restituição aos agrários, a capitalistas e a afilhados, de terras abrangidas pela Reforma Agrária, terras expropriadas, muitas das quais estavam incultas e que os trabalhadores desbravaram, semearam, fizeram produzir investindo ali os seus magros recursos e toda a sua entusiástica energia, e que agora lhes são arrancadas com searas e culturas.

Todos estes factos mostram bem que, nas condições do nosso País, criadas pela Revolução antifascista, a recuperação do poder económico pelos seus antigos detentores caminha a par e passo com limitações às liberdades e direitos dos cidadãos.

Uma política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista é de tal forma contrária aos interesses e aspirações do Povo trabalhador de Portugal que não tem qualquer apoio de massas. Não é pelo convencimento, pela persuasão, pela acção política, que o Governo e a direita pretendem aplicar uma tal política.

A política do Governo provoca sem dúvida os aplausos da CAP e da CIP, de todas as forças da reacção. Mas provoca ao mesmo tempo cada vez mais largo descontentamento, reprovção, inquietação e protestos do Povo e dos democratas e antifascistas de todos os quadrantes, incluindo vastos sectores do próprio Partido Socialista.

Por isso, para aplicar a sua política, o Governo, à falta de apoio das massas, encontrando pela frente a resistência do Povo, procura limitar as liberdades e direitos dos cidadãos para impedir a oposição organizada à sua política e recorre cada vez mais a processos administrativos e repressivos.

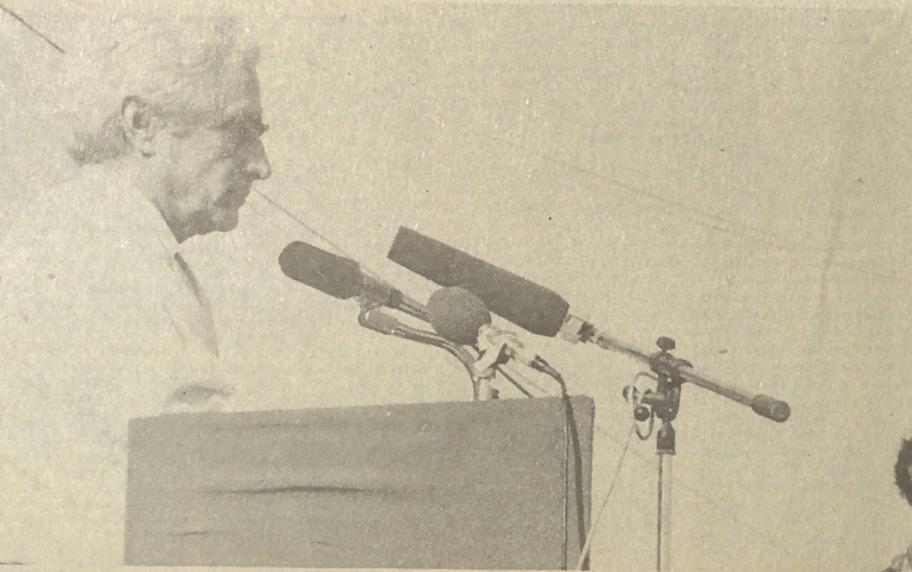
A democratização da vida política nacional foi, na Revolução portuguesa, inseparável da democratização da vida económica e social.

Inversamente, na actualidade, o processo de destruição das conquistas democráticas de carácter económico e social é inseparável de um processo de limitação progressiva das liberdades e direitos democráticos dos cidadãos.

A recuperação capitalista, agrária e imperialista, no seu desenvolvimento conduziria à liquidação da democracia.

A luta em defesa das liberdades democráticas identifica-se com a luta em defesa das grandes conquistas de carácter económico e social da Revolução portuguesa.

A luta contra a recuperação capitalista, agrária e imperialista, a luta contra os projectos de lei que visam criar novos instrumentos jurídicos para apressar essa recuperação, a luta contra o projecto Barreto, a luta em defesa das nacionalizações, do controlo operário, da Reforma Agrária, é, ao mesmo tempo, a luta em defesa das liberdades democráticas, dos direitos dos cidadãos, da democracia portuguesa.





O PCP face ao Governo PS

Em relação ao Governo PS sozinho o nosso Partido insistiu numerosas vezes em que o Governo do PS sozinho, governo minoritário, não correspondia ao voto do eleitorado, pois o Povo português, derrotando o CDS e o PPD nas eleições para a Assembleia da República e dando maioria ao PS e ao PCP, votou por uma solução democrática.

O Governo do PS propôs-se governar sozinho, mas nunca governou realmente sozinho; tem governado assente numa aliança com a direita, com o CDS e o PPD, nas questões essenciais.

Em muitos casos o Governo PS tem sido para os capitalistas e agrários o instrumento ideal para levar a cabo certas medidas contra as conquistas da Revolução portuguesa. É o Governo PS que as propõe e as adopta e é a reacção que colhe os frutos, económicos e políticos.

Na recuperação capitalista e latifundista, o Governo PS tira as castanhas do lume. Mas quem se prepara para comê-las é o CDS e o PPD e, perfilando-se atrás, o MRN e as redes clandestinas fascistas.

O PCP numerosas vezes declarou duas coisas essenciais em relação ao Governo PS: a primeira — que o PCP nunca seria a muleta de uma política de direita do Governo PS. A segunda — que o PCP não participaria em manobras e operações que visassem a queda do Governo PS para o substituir por um Governo do PPD e do CDS.

Parece que alguns dirigentes do PS interpretaram mal esta posição, convencendo-se de que poderiam, com o apoio do PPD e do CDS, levar por diante uma política antioperária e antipopular, de recuperação capitalista, agrária e imperialista, mas que, se se visse em apuros por uma tentativa de assalto ao Governo por parte do PPD e CDS, então o PCP daria ao Governo PS o apoio parlamentar necessário para o salvar.

Ora bem. É necessário fazer o ponto da situação e tornar mais clara a posição do PCP. A política do Governo PS, no essencial, é a política da direita; é uma política de destruição das conquistas da Revolução, é uma política de recuperação capitalista e latifundista.

O projecto Barreto tem uma monstruosidade jurídica, inconstitucional pela sua natureza e objectivos, e sinistro nos resultados que teria caso fosse aprovado.

O nosso Partido tem esgotado todas as possibilidades de diálogo e de negociação. Delegações do nosso Partido falaram largamente com o Primeiro-Ministro e com delegações do Governo. Apresentámos discordâncias e reservas. Adiantámos bases de entendimento. Embora tendo em conta que o projecto Barreto é errado de princípio ao fim, fizemos numerosas propostas de emendas (sobre reservas, sobre a pontuação, sobre os frutos pendentes, sobre a gestão e sobre outras questões essenciais), a fim de tentar diminuir o alcance destruidor do projecto, caso venha a ser aprovado.



O nosso Partido não desprezou nem despreza ainda nenhuma possibilidade de discussão e de negociação. Amanhã voltaremos ainda a discutir, voltaremos a insistir, voltaremos a propor, junto do Governo e na Assembleia. Tudo fazemos e faremos no quadro dos direitos e liberdades que a Constituição nos confere, para que este projecto não seja aprovado, e se for aprovado, tudo faremos para que seja suspensa a sua aplicação para que seja alterado e revogado o mais depressa possível e que sejam rectificadas todas as arbitrariedades e injustiças que à sua sombra se venham a cometer.

Os dirigentes do PS têm ainda, nos dias próximos, uma oportunidade de se libertarem da pressão das forças reacçãoárias e de procurarem soluções que tenham em conta as novas realidades criadas pela revolução portuguesa e os interesses, as aspirações e a vontade dos trabalhadores e das massas populares.

Mas se o Governo, nesta questão crucial da democracia portuguesa que é a Reforma Agrária, se alia às forças reacçãoárias contra o povo trabalhador, contra a democracia, contra os interesses nacionais, se mantém o seu propósito de destruição da Reforma Agrária e da restauração dos latifúndios com o seu cortejo de desemprego, miséria e fome, que sentido terá salvar eventualmente de apuros este Governo com a falsa ideia de que não é tão mau como outros o seriam?

O Povo português deve ter plena noção de que certos dirigentes do PS, insistindo na aliança com a direita e no seu anticomunismo primário, estão a abrir à reacção as portas do Poder.

É completamente claro, embora não pareça sê-lo para alguns socialistas, que o PPD e o CDS empurram e exigem maiores cedências, e propõem pactos e a formação de um Governo de coligação, apenas como trampolim para depois formar um Governo de que alijariam, como carga incómoda, o Partido Socialista.

O PCP insiste na necessidade para a recuperação económica e financeira de manter os limites entre os vários sectores da economia (nacionalizado, intervencionado, capitalista, cooperativo, autogestionado e da Reforma Agrária), e de manter o statu quo, pois tais alterações provocam profundas e graves perturbações de carácter social e económico, com reflexos negativos na solução dos graves problemas económicos do País.

O PCP insiste na necessidade de um grande esforço nacional para a recuperação económica, esforço de que é parte fundamental o trabalho e a intervenção criadora e confiante das massas trabalhadoras, mas que será somente possível desde que seja sustida a recuperação capitalista, agrária e imperialista, desde que haja garantias de que o poder económico e político dos monopólios e latifundários não será restaurado.

O PCP insiste na necessidade de uma alternativa democrática, resultante de uma vasta aliança sem discriminações de forças sociais e políticas interessadas na defesa e construção da democracia.

O PCP continua sempre pronto a examinar na Assembleia da República e junto dos outros órgãos de soberania a possibilidade de soluções negociadas para os graves problemas nacionais.

Mas diálogo e negociação não se podem entender com conversa fiada para ganhar tempo ou encontros em que se pretende não uma base de entendimento e uma solução negociada, mas que os trabalhadores ou o nosso Partido se submetam às condições e deixem de opor-se a uma política que contestam, pois que, se não se submetem, interrompem-se as negociações, como aconteceu com a CGTP-Intersindical.

Insistimos no diálogo e na negociação mas não neste falso diálogo e nesta falsa negociação.

Não há, porém, que ter ilusões. Muitos dirigentes do PS estão maduros para uma coligação aberta com o CDS e o PPD.

Esse perigoso caminho só poderá ser evitado na medida em que os trabalhadores portugueses, os democratas e antifascistas de todas as tendências, incluindo os socialistas, façam ouvir firmemente a sua voz, e se unam com determinação e confiança para a defesa da democracia portuguesa.

Uma tal unidade é possível? Sim, é possível e os factos demonstram ser cada vez mais forte a unidade dos trabalhadores e haver cada dia um número maior de democratas das mais variadas tendências, que compreendem a necessidade de esquecer litígios, de unir-se e de lutar ombro com ombro, numa única frente de combate.

Apelo à unidade

A luta contra o projecto de lei Barreto é um exemplo da tomada de consciência por massas cada vez mais amplas da urgência da unidade.

O movimento de protesto e de indignação contra o plano de destruição da Reforma Agrária e de restauração dos latifúndios tornou-se um grande movimento nacional, na mais importante frente de luta política no momento actual.

Mas as frentes são muitas e em todas é necessário dar combate e em todas é indispensável a unidade de trabalhadores, a unidade de democratas.

Mas para que a unidade dos trabalhadores e dos democratas possa sustentar a ofensiva de recuperação capitalista, agrária e imperialista, possa provocar um reexame da sua política pela direcção do PS e possa vir a determinar uma alternativa democrática para o Governo actual, é necessário que ela se expresse no esforço das organizações e movimentos das classes laboriosas, e no desenvolvimento das mais variadas formas de acção unitária.

É indispensável, nesta perigosa curva da Revolução portuguesa, e particularmente ante as novas ameaças que o projecto Barreto comporta, a unidade inabalável dos trabalhadores agrícolas e dos pequenos e médios agricultores da zona da Reforma Agrária, a unidade nas UCPs e Cooperativas, a solidariedade de um para todos e de todos para um.

Ontem em Évora não cederam para um comício do nosso Partido o recinto onde tradicionalmente, desde o 25 de Abril se realizaram grandes comícios e iniciativas de massas.

Quero porém informar-vos, camaradas e amigos, que esse comício se realizou noutra local, que foi talvez o maior comício de sempre realizado em Évora e que dezenas de milhares de trabalhadores, unidos como um só homem, exuseram com firmeza e indignação a sua oposição ao projecto Barreto e a sua determinação em defenderem a Reforma Agrária, conquista da Revolução portuguesa e a grande realização patriótica.

Queremos daqui saudar em nome do nosso Partido os heróicos trabalhadores da Reforma Agrária, e creio que estareis todos de acordo em que lhes enviemos deste grande comício a certeza do nosso apoio e activa solidariedade com a confiança de que as dificuldades e perigos serão ultrapassados e que, por muito acidentado que seja o caminho, a Reforma Agrária será defendida e realizada para bem do nosso Povo e da nossa Pátria.

É indispensável o reforço constante do movimento sindical, que constitui uma arma essencial da defesa dos interesses dos trabalhadores e um dos maiores obstáculos à recuperação capitalista e latifundista.

É tempo de os dirigentes do PS, se deixarem de iludir a si próprios.

Não é impunemente que o Governo de um partido que se afirma democrático, socialista e dos trabalhadores adopta uma política que se revela servir inteiramente os interesses dos capitalistas e agrários.

Os trabalhadores, esclarecidos pela vida, voltam-lhe as costas. E não são sondagens de opinião fabricadas pelo «Expresso» para a circunstância que modificam seja o que for esta realidade.

Em vez de se iludirem e procurarem iludir com tais sondagens, melhor seria que os dirigentes socialistas acompanhassem com atenção os resultados das eleições sindicais.

O Governo vangloria-se dos despropósitos de Gonetilha e mete a cabeça atrás de uma pedra para não ver a realidade. Se tivesse a coragem de olhar os factos de frente compreenderia o significado das eleições sindicais nos últimos tempos.

Depois de todo o rompante da ofensiva divisionista contra a Intersindical, a Carta Aberta esvaziou-se como um balão, o PS perde posições atrás de posições, vê as direcções sindicais apoiadas pelo PS serem afastadas em mais de uma dúzia de sindicatos desde o princípio do ano e as listas unitárias ganharem uns sindicatos atrás dos outros.

Queremos aqui saudar em nome do PCP os trabalhadores que em numerosos sindicatos elegeram listas unitárias, na maior parte dos casos com altas votações e altas percentagens.

Queremos daqui saudar os trabalhadores dos sindicatos dos TLP, dos jornalistas de Lisboa, dos empregados de comércio, dos professores, dos ajudantes-

-despachantes, dos barbeiros, dos trabalhadores da indústria de bebidas, todos igualmente de Lisboa, dos rodoviários de Faro e de Viana do Castelo, da Construção Civil de Coimbra, da Hotelaria de Aveiro e Funchal, dos Ferroviários do Norte, da Função Pública do Norte e do Centro, das actividades cinematográficas, e quaisquer outros que tenha esquecido, que, elogiando desde o princípio do ano listas unitárias, demonstraram a sua determinação em se oporem à recuperação capitalista, agrária e imperialista, em defender os interesses de classe e as conquistas da Revolução e a democracia portuguesa.

É indispensável, nesta perigosa curva da Revolução portuguesa, o alargamento e reforço constante das ligas, movimentos e organizações unitárias dos pequenos e médios agricultores, que constituem armas essenciais de defesa dos seus interesses e, no momento actual, de luta contra os projectos PPD e Barreto que visam a revogação do arrendamento rural.

Queremos daqui saudar, em nome do PCP, os pequenos e médios agricultores e em particular os que, no Centro e no Norte do País, defrontando com coragem as ameaças e violências da reacção, desenvolvem as suas organizações, ganham o apoio das populações dos campos e serranias e constituem já hoje uma grande frente de luta na construção da democracia portuguesa.

É indispensável, nesta perigosa curva da Revolução portuguesa, que se unam, se organizem e actuem todas as classes e camadas da população interessadas em que não regresse o domínio dos monopólios, que finalmente se organizem e defendam eficazmente os seus interesses, que se identifiquem com a defesa da democracia portuguesa, os pequenos comerciantes e os pequenos industriais, os quadros e as profissões liberais.

É indispensável, nesta perigosa curva da Revolução portuguesa, que os intelectuais intensifiquem as formas de intervenção na vida nacional, desenvolvam as suas organizações unitárias e dêem à defesa das conquistas progressistas alcançadas e da democracia portuguesa a contribuição digna das magníficas tradições de luta dos intelectuais portugueses, antes e depois do 25 de Abril.

É indispensável, nesta perigosa curva da Revolução portuguesa, que a juventude trabalhadora e estudantil se mantenha firmemente nas primeiras linhas da batalha política e aqui queremos expressar aos nossos valentes camaradas da UJC e da UEC a certeza do Partido em que tudo farão para esbater e vencer divisões no seio da juventude e para unir a juventude na luta pela democracia e o progresso social.

É indispensável, nesta perigosa curva da Revolução portuguesa, que as mulheres portuguesas compreendam que o Povo e o País têm necessidade da sua acção, que não só é necessário unirem-se na defesa do seu bem-estar e do bem-estar dos seus filhos, como é necessário unirem-se e juntarem a sua vontade à vontade de todo o Povo na defesa das liberdades e das transformações democráticas alcançadas desde o 25 de Abril.

É indispensável, finalmente, que democratas e antifascistas de todas as tendências, sem exclusões nem discriminações, irmanados pelo objectivo fundamental de defender as liberdades e as outras conquistas da Revolução, de defender a democracia e a independência nacional, esqueçam divisões e ressentimentos, procurem aproximar-se e entender-se, estabelecer acordos e agir em comum.

Nós, os comunistas, fazemos um apelo à unidade porque na unidade dos trabalhadores e dos democratas está a salvação da democracia portuguesa.

A reacção ataca furiosamente o PCP porque o PCP é o único grande partido que se opõe resolutamente sem quaisquer vacilações à recuperação capitalista e latifundista que a prosseguir significaria num prazo mais ou menos curto a restauração do poder económico e político do grande capital.

Neste momento difícil, o PCP é o único Partido que mostra ser de facto, conforme com o seu compromisso assumido ante o Povo português, o Partido da classe operária e de todos os trabalhadores, o Partido da liberdade e da democracia, o Partido da Reforma Agrária e dos pequenos e médios agricultores, o Partido de uma nova economia rumo ao socialismo, o Partido da democratização da instrução e da cultura, o Partido da Independência Nacional.

Neste momento difícil o PCP continua a ser o Partido da verdade, da esperança e do futuro.

DISCURSO DE ÁLVARO CUNHAL EM ÉVORA

Um projecto de destruição da Reforma Agrária

O Governo PS e designadamente Barreto & Portas têm o desplane de afirmar que este projecto de lei tem como objectivo a consolidação da Reforma Agrária.

Mas qual é a verdade? A verdade é que este projecto é **inconstitucional** porque tem como objectivo destruir a Reforma Agrária que está consignada na Constituição como parte integrante do regime democrático português.

A Reforma Agrária significa, antes de mais (e ninguém poderá negá-lo) a liquidação dos latifúndios, a entrega da terra a quem a trabalha.

E foi isso que aconteceu no Alentejo e no Ribatejo, com as ocupações e expropriações dos latifúndios e com a criação de cooperativas e UCPs, dirigidas com completa autonomia pelos trabalhadores e pequenos e médios agricultores.

O que quer agora o projecto de lei Barreto? Quer precisamente o contrário. Quer entregar a terra expropriada a quem a não trabalha, quer restituí-la aos agrários sabotadores da economia e a capitalistas que a ela não tinham qualquer direito.

Quer dar como reserva aos agrários, aos familiares, aos capitalistas rendeiros, e a toda a casta de apaniguados nos 50 000 pontos estabelecidos pela Lei da Reforma Agrária de 1975. Portas tem o arrojo de afirmar numa entrevista a um jornal que 50 000 pontos (isto é o máximo autorizado para as grandes explorações pela Lei da Reforma Agrária) são pequenas explorações agrícolas!

Não, não são 50 000 pontos que quer entregar. Quer entregar 70 000 pontos que o próprio Barreto admite que possam subir a 180 000 pontos e calculados com novos critérios que não contam na pontuação nem culturas, nem benfeitorias, nem plantações florestais. Em resumo: as reservas concedidas pelo Barreto poderiam subir a áreas maiores do que aquelas que tinham os antigos latifundiários.

E não se satisfaz em dar-lhes a terra. Quer dar-lhes máquinas e gados, mesmo quando não lhes pertenciam na altura das expropriações.

Isto é: enquanto a Reforma Agrária tem por fim a expropriação dos grandes agrários em benefício dos trabalhadores, o projecto Barreto tem por fim a expropriação dos trabalhadores em benefício dos grandes agrários e capitalistas.

A Reforma Agrária significa (e ninguém poderá negá-lo) **por fim à terra por cultivar ou mal aproveitada e aumentar a produção num processo de desenvolvimento e intensificação cultural.**

E foi isso que aconteceu no Alentejo e Ribatejo com a Reforma Agrária. Terras abandonadas há longos anos ou destinadas a caçadas dos grandes senhores, foram desbravadas e cultivadas pelos trabalhadores das Cooperativas e UCPs, deram belas searas que permitiram uma das maiores produções de sempre, e permitiram um notável aumento do número de cabeças de gado.

O que quer agora o projecto de lei Barreto? Pois quer permitir de novo que os agrários conservem as terras abandonadas, uma vez que só admite que o Estado intervenha no caso de as terras estarem 5 anos seguidos abandonadas e mesmo então ainda o agrário teria um ano para semear meia dúzia de metros quadrados e evitar que a terra fosse expropriada. Isto é: o projecto Barreto permite de novo aos agrários manter as terras ao abandono.

A Reforma Agrária significa (e ninguém poderá negá-lo) **acabar com o desemprego, a miséria e a fome, velhas pestes da agricultura dos latifúndios.**

E foi isso que aconteceu no Alentejo e Ribatejo com a Reforma Agrária. Organizando-se em cooperativas e UCPs, os trabalhadores e pequenos e médios agricultores puseram praticamente fim ao desemprego em numerosos concelhos, aumentando em muitos milhares os postos de trabalho e garantindo a todos o pão, necessário para si e para os seus.

O que quer agora o projecto Barreto? Pois quer nem mais nem menos despedimentos em massa e reintroduzir o desemprego, a fome e a miséria nos lares alentejanos e ribatejanos.

A quem serviria uma tal lei no caso de ser aprovada? Não é aos trabalhadores. Não é aos pequenos e médios agricultores. Não é a Portugal.

Uma tal lei só serviria aos grandes proprietários e aos grandes capitalistas, a um pequeno número de exploradores e parasitas e meia dúzia de laçaios que se deixaram corromper ou comprar.

Seria uma lei de destruição, uma lei contra a economia nacional, uma lei antidemocrática e antipatriótica.

É preciso desprezar completamente os interesses do povo português e do país para propor uma tal lei e ainda por cima propô-la a pouco tempo das sementeiras do Outono. Nós alertamos para o facto de que, se esta lei fosse aprovada, significaria um sério golpe na produção agrícola e pecuária.

Nós alertamos o país para o facto de que o projecto Barreto, ainda antes de aprovado, está já a causar sérias perturbações nas explorações agrícolas.

Quando a situação económica do país exige o rápido aumento da produção, a diminuição de importações e a poupança de divisas, como é possível que um Governo procure fazer agora uma lei que porá em perigo as próximas sementeiras e será ruínoza para o próximo ano agrícola?

O MAP está tão cego pelo ódio aos trabalhadores e pela vontade de servir os grandes agrários e capitalistas, que esconde ao país os resultados catastróficos que teria esta lei para a agricultura e para a economia nacional.

Mas aquilo que o MAP esconde acabará por ficar claro aos olhos de todos aqueles que, nos órgãos do poder ou na acção popular, nas suas atitudes e actuações, são inspirados por sentimentos democráticos e patrióticos.

E por isso, confiamos ainda que este sinistro projecto de destruição não irá por diante, que a destruição da Reforma Agrária não passará!

Há ainda uma parte deste projecto de lei que, não dizendo propriamente respeito à Reforma Agrária, fere profundamente os interesses de centenas de milhares de pequenos e médios agricultores. É a parte relativa ao **Arrendamento Rural**.

O projecto Barreto tem em vista revogar a Lei do Arrendamento Rural e condenar novamente mais de 200 000 pequenos rendeiros à brutal exploração pelos senhores ricos que existia nos tempos do fascismo.

Segundo o projecto Barreto deixa de ser obrigatoriamente escrito o contrato de arrendamento rural. A renda deixa de ser obrigatoriamente fixada em dinheiro. As benfeitorias passam a aproveitar os senhores. O rendeiro deixa de poder dirigir a própria exploração. Desaparecem as Comissões Arbitrais. E, para cúmulo, o projecto Barreto restaura a **parceria agrícola** (os terços, os meios, os quintos), forma medieval de exploração que ninguém, salvo os senhores ricos, ousam defender.

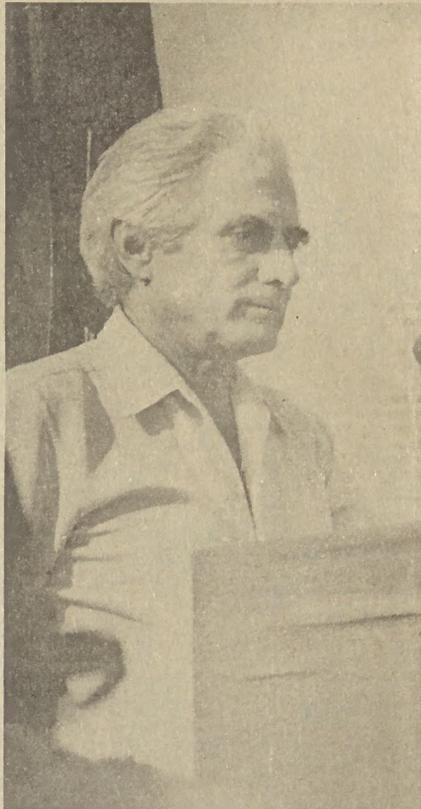
Com estas disposições relativas ao Arrendamento Rural, mostra-se bem como são falsas as afirmações de Barreto & C.ª, quando se armam em defensores dos pequenos agricultores.

Eles servem os grandes agrários e capitalistas tanto contra os assalariados rurais, como contra os pequenos e médios agricultores.

E por isso na luta contra o projecto de lei Barreto se encontram unidos, tanto os trabalhadores agrícolas e os pequenos e médios agricultores da zona da Reforma Agrária, como os rendeiros do Centro e do Norte, também gravemente ameaçados.

Por isso, esta grande frente social de luta tem condições para levar finalmente à derrota o sinistro projecto Barreto.

(...)



Campanha de massas e negociações

Quero aqui informar os obreiros da Reforma Agrária no Alentejo que nas outras regiões do país, por toda a parte se erguem vigorosos protestos contra o projecto de lei Barreto.



A luta continua

A aprovação eventual do projecto de lei Barreto representaria um sério golpe na Reforma Agrária e na economia nacional. Por isso, devemos lutar até ao último minuto e lutaremos até ao último minuto para que não seja aprovado.

Mas, mesmo que venha a ser aprovado, a luta continua. Uma coisa é o objectivo de destruir a Reforma Agrária, outra coisa é conseguirmos destruí-la.

O Governo e todas as entidades com responsabilidades no país devem tomar plena consciência das transformações radicais que se deram na zona da Reforma Agrária nos últimos dois anos e meio. Devem tomar consciência de toda a nova riqueza que as UCPs e as Cooperativas criaram. Devem tomar consciência da vontade e da determinação do povo trabalhador do Alentejo e Ribatejo. Devem tomar consciência de que cada vez será maior a indignação contra uma lei que não só visa reconstruir o poder dos latifundiários, como representa um sério golpe na agricultura e na economia nacionais.

Por isso, mesmo que o projecto Barreto venha a ser aprovado na Assembleia da República pela aliança do PS com os partidos reaccionários, mau seria concluir desde logo que a Reforma Agrária estará perdida. Não, camaradas, a Reforma Agrária não está perdida.

Sem dúvida que, se for aprovado o projecto, os perigos aumentarão, intensificar-se-á a ofensiva dos agrários, da UCP e do Governo contra a Reforma Agrária, contra as Cooperativas e Cooperativas.

Se o projecto Barreto for aprovado, o Governo procurará, ao abrigo da lei, arrancar ainda mais terras às UCPs e Cooperativas, procurará dar ainda maiores reservas aos agrários, procurará entregar-lhes instalações, máquinas e gados.

Mas que se desenganem se pensam que uma tal lei é uma alcatra para os agrários passarem. A experiência já mostrou que a recuperação latifundista não é um caminho fácil para os inimigos do povo trabalhador.

A luta continua e a Reforma Agrária será defendida. Em primeiro lugar, os trabalhadores e os pequenos e médios agricultores, utilizando todos os meios

Por toda a parte se realizam sessões de esclarecimento, encontros, comícios, onde é explicado o significado deste sinistro projecto. Por toda a parte são aprovadas moções contra o projecto e em defesa da Reforma Agrária.

Inscrições, cartazes, dícticos, autocolantes, grandes faixas de pano com palavras de ordem, vêm-se de Norte a Sul do país e inundaram literalmente Lisboa.

Incomodado pela verdade, o Governo, numa reacção mesquinha, ordenou que forças policiais andassem de noite a arrancar propaganda. Proibiu também que na grande Festa-Comício de amanhã, em Lisboa, promovida pelo nosso Partido em apoio da Reforma Agrária e contra o projecto de lei Barreto, fossem vendidos produtos das UCPs e Cooperativas.

E depois do ministro anunciar um debate na TV, acabou por querer impor a presença da CAP e de alguns laçaios e recusar a participação condigna de representantes dos trabalhadores e dos pequenos e médios agricultores. O ministro queria um falso debate com quatro vozes por e uma voz contra. A manobra não resultou e o ministro mostrou ter medo de discutir cara a cara com os trabalhadores, perante milhões de telespectadores, o seu projecto maldito.

Mas com estas medidas o Governo não conseguirá abafar a voz da verdade nem enfraquecer o movimento de apoio à Reforma Agrária e da solidariedade para com os trabalhadores e pequenos e médios agricultores do Alentejo e Ribatejo.

Quero aqui confirmar-vos, camaradas e amigos: O movimento de protesto contra o projecto de lei Barreto é já hoje um grande movimento, que mostra a compreensão e a solidariedade de amplas massas da população e de vastos sectores democráticos, incluindo no próprio PS.

Os trabalhadores da Reforma Agrária podem estar seguros: podem contar com o apoio e a activa solidariedade dos trabalhadores de todo o país.

Conosco está a vontade, a luta e a coragem de todos os trabalhadores e pessoas de sentimentos democráticos e progressistas porque a causa da Reforma Agrária é a causa de todo o povo português, a causa da liberdade, da democracia, a causa da independência nacional.

Além da grande campanha de propaganda e agitação contra o projecto, o nosso Partido procurou todas as formas de esclarecimento, de diálogo e de negociação com os órgãos do poder.

Falámos largamente sobre o projecto de lei Barreto com o Presidente da República. Falámos também, e mais de uma vez, com o Primeiro-Ministro. Debatesmos o problema na Comissão da Agricultura da Assembleia da República e tivemos numerosos encontros com deputados e membros do PS.

Para defesa dos interesses dos trabalhadores, para defesa da Reforma Agrária, estamos dispostos a discutir com quem quer que seja, estamos dispostos a falar, se necessário, até com o próprio diabo.

E, na verdade, camaradas, alguma coisa fizemos que

não anda longe disso. Delegados do nosso Partido, membros da nossa direcção e técnicos agrícolas, fazendo das tripas coração, mas animados pela suprema preocupação de tudo fazer e de tudo tentar em defesa da Reforma Agrária, tiveram vários encontros com membros do Governo, incluindo com Barreto e Portas, apresentaram e justificaram a nossa profunda discordância e fizeram, em nome do nosso Partido, numerosas propostas de emendas ao projecto de lei.

Podem alguns dizer, camaradas, que não valia a pena falar a essa gente, que se tem revelado cheia de ódio aos trabalhadores. Mas pareceu-nos que foi justo fazê-lo, para que não se dissesse que não tínhamos feito tudo quanto estivesse ao nosso alcance para impedir que o projecto fosse por diante ou, não podendo impedi-lo, para que sofresse modificações e alterações de forma a diminuir o seu alcance.

Creemos, camaradas, que aprovareis o termos feito e continuarmos fazendo os possíveis e os impossíveis contra o projecto de lei Barreto.

É depois de amanhã que o debate começa na Assembleia da República. Os deputados comunistas elevarão a sua voz, mostrarão uma vez mais à Assembleia e ao país o que significa esta lei e proporão emendas aos artigos.

Até ao último momento, batalharemos para que o sinistro projecto não seja aprovado. Até ao último momento nos esforçaremos para que sejam modificadas as disposições mais graves do projecto.

Podem perguntar-se o que têm a ver com a Reforma Agrária o CDS e o PPD, que tão pouca influência têm no Alentejo, que só num caso ou noutro apresentaram candidatos nas eleições? E se não é verdade que o PS, se tivesse uma política realmente democrática, se respeitasse a vontade do povo, não tinha por obrigação, para definir uma política em relação à Reforma Agrária, de procurar um acordo com o partido que, como mostraram as eleições e mostram os acontecimentos de todos os dias, é indiscutivelmente aquele que tem maior influência e apoio no Alentejo — o PCP?

Sim, camaradas. Isso é verdade. Assim deveria proceder o PS para ser digno do nome que tem. Mas os dirigentes do PS mostram pela sua política que a sua única preocupação é defender e servir os interesses dos capitalistas e agrários contra o povo trabalhador.

Negociaremos ainda até ao último momento e se o Governo PS quiser pode desmentir pela sua atitude a nossa apreciação. Mas não devemos alimentar ilusões. É muito provável que o Governo PS, uma vez mais, se alie ao PPD e ao CDS e que, por isso, talvez com algumas alterações, o projecto Barreto venha a ser aprovado contra os votos dos 40 deputados comunistas.

(...)

O PCP com a Reforma Agrária

Na sua justa luta em defesa da Reforma Agrária, os trabalhadores e os pequenos e médios agricultores do Alentejo e Ribatejo terão contra eles toda a reacção, o PPD e o CDS. Terão também contra eles o Governo actual e a maior parte dos dirigentes do PS. Terão contra eles os esquerdistas, que se afirmam amigos, mas que só sabem lançar actividades provocatórias.

Mas têm e terão sempre a seu lado a classe operária, os trabalhadores das cidades e dos campos, todos os homens, mulheres e jovens verdadeiramente democratas de Portugal.

Terão sempre a seu lado, sempre, nas horas boas como nas horas más, empenhado na mesma luta, o único partido que, pela sua actuação se mostra digno do nome de partido dos trabalhadores portugueses, de partido da liberdade e da democracia, de partido defensor da Reforma Agrária — o Partido Comunista Português.

Os trabalhadores alentejanos e ribatejanos sabem bem, já dos tempos do fascismo, quem são os seus verdadeiros amigos e defensores. Nos dias negros do terror fascista só um partido estava organizado, só um partido congregou esforços e deu a vida dos seus militantes na defesa dos interesses dos trabalhadores. A luta dos trabalhadores do Alentejo e Ribatejo está marcada na vida e no corpo de milhares de comunistas com anos de prisão e longas torturas, com a vida e com o sangue de numerosos assassinados.

Os comunistas nunca renegarão o glorioso passado do Partido.

Sempre lutámos, lutamos hoje e lutaremos sempre em defesa dos interesses dos trabalhadores e de todos os explorados e oprimidos, pela liquidação da exploração do homem pelo homem.

Lutaremos sempre convosco na defesa da Reforma Agrária, em defesa das UCPs e das Cooperativas, em defesa daquilo que, com a Reforma Agrária, criastes com o vosso trabalho e o vosso suor.

Lutaremos sempre convosco para que a terra pertença duma vez para sempre a quem a trabalha.

Lutaremos sempre convosco para que seja organizada uma nova agricultura sem exploradores nem explorados, uma agricultura florescente ao serviço do povo e do país.

Lutaremos sempre convosco para que no Alentejo não volte a haver terras abandonadas e trabalhadores desempregados.

(...)



Os Comunistas na Assembleia da República

Controlo operário: Governo cede à CIP e ao PPD/CDS

O Grupo Parlamentar do PCP votou contra a proposta do Governo sobre comissões de trabalhadores e controlo de gestão, transformada em texto da Comissão com os votos do PS, PPD/PSD e CDS, porque ela representa uma tentativa, por via legal, de restringir e limitar gravemente o direito constitucional dos trabalhadores criarem comissões de comissões de trabalhadores, de domesticar e esvaziar de conteúdo e praticamente anular uma das conquistas fundamentais da revolução constitucionalmente consagrada — o controlo operário.

Foi com estas palavras que o presidente do Grupo Parlamentar do PCP Carlos Brito, iniciou a declaração de voto no final da discussão na generalidade da lei das comissões de trabalhadores e do controlo de gestão, efectuada na passada semana.

Entre parêntesis refira-se que a Assembleia da República — ou antes, os partidos da direita parlamentar com o apoio expresso do partido do Governo — com a aprovação desse diploma e com a discussão sobre o projecto «Barreto» completa o ciclo dos ataques às principais conquistas da Revolução, ciclo esse iniciado com a lei de delimitação dos sectores público e privado — que mais não é do que um grave atentado às nacionalizações.

Foi aliás nesta base que Carlos Brito colocou o problema, denunciando-o como mais um exemplo flagrante da política de recuperação capitalista.

Votamos contra desde logo e em primeiro lugar, porque ela limita e restringe um direito — o de constituir comissões de trabalhadores — direito conquistado e exercido pelos trabalhadores portugueses, particularmente nos últimos trinta anos e que, tornando-se num dos traços mais característicos do movimento operário português, nem o fascismo e o seu brutal aparelho repressivo conseguiram abafar ou destruir — justificou o deputado comunista.

Proseguindo a declaração de voto, Carlos Brito indicou as razões pelas quais a presente legislação visa a domesticar e esvaziar de conteúdo as comissões de trabalhadores e pretende espartilhar a sua actividade, apontando todo o conjunto de artigos que vêm excluir a eleição por plenário, a impôr um regime eleitoral e de elaboração de estatutos particularizado até à exaustão, a impôr um método eleitoral único, a prever uma única comissão de trabalhadores por empresa em sentido jurídico, a construir um complexo sistema de impugnação que permite a paralisação da actividade das Comissões, normas que, além de violarem a Constituição, se traduzem afinal numa grave restrição do direito de constituir comissões de trabalhadores.

Voto de pesar pelo falecimento do prof. Mário Silva

A Assembleia da República aprovou por unanimidade um voto de pesar pelo falecimento do eminente professor, cientista, intelectual e antifascista Mário Silva. Proposto por um grupo de deputados socialistas e prontamente acolhido pela generalidade

Condenadas agressões a um grupo de jornalistas

A Assembleia da República aprovou na segunda-feira, por unanimidade, um voto de protesto apresentado por iniciativa dos deputados do PCP e a que se associaram deputados do PS e um do PSD/PPD, no qual são vigorosamente condenadas as agressões de que um grupo de jornalistas foi alvo em Mirandela por parte de um grupo de caceteiros, quando aqueles ali se encontravam a cobrir a visita do Presidente da República ao Nordeste Transmontano.

E o seguinte o teor do voto de protesto: Considerando que no passado dia 13, em Mirandela, foram agredidos por conhecidos arruaceiros e fascistas locais quatro jornalistas — João Ogando de «O Diário», Carneiro Jacinto do «Diário Popular», Armanda Passos da «Opção» e Pereira Pinto do «Jornal de Notícias» — que integravam a comitiva presidencial aquando da visita ao Nordeste Transmontano.

Considerando que esta agressão a jornalistas atenta contra a liberdade de imprensa, a garantia de sigilo de informação e a própria condição de jornalista;

Considerando, ainda, a necessidade de garantia efectiva do exercício das liberdades, particularmente da liberdade de informação; a Assembleia da República protesta contra tais atentados às liberdades democráticas e aguarda que sejam tomadas medidas para a punição dos responsáveis.

Como dissemos no início, este voto foi aprovado por unanimidade. Mas que unanimidade tão enganadora: o PSD/PPD, sabendo que é o partido maioritário naquela região — e noutras onde os atentados aos mais elementares direitos e liberdades democráticas são constantes — pretendeu sacudir a água do capote e alijar responsabilidades, chegando ao cúmulo de também se apresentar como vítima do clima antidemocrático que reina naquelas paragens...

Claro que o CDS — o outro convergente maioritário naquela região — não teve o arrojo de se armar em vítima. Serenamente, lá foi deixando andar o voto. E quando chegou a altura de o aprovar, a sua bancada parlamentar apresentava-se prática e significativamente deserta: apenas nas duas filas da frente se encontravam alguns dos altos dirigentes, enquanto os seus outros pares se mantinham prudentemente no corredor de acesso ao hemiciclo e até fora da própria sala das sessões. Aprovado o voto pela Assembleia, lá regressaram aos seus lugares. Foi assim que o CDS condenou publicamente na Assembleia os ataques fascistas de que foram vítimas quatro jornalistas!

Justificando a apresentação do voto de protesto, o deputado comunista Jorge Lemos perguntaria à Assembleia: Como se pode compreender que um bando de energúmenos entre impunemente dentro de um hotel, retire de lá um jornalista, o traga para a rua e o agrida a pretexto de pretender saber as fontes de informação a que teria recorrido para escrever um artigo sobre a região? Não será isto um claro atentado à Lei de Imprensa e ao sigilo de Informação?

Mais adiante, o deputado do PCP salientando não ser a primeira vez que factos desta ordem ocorrem em Mirandela, acentuou: Não serão estes factos exemplos significativos do clima de terror, caciquismo e medo a que se encontram submetidas as populações da região? Podemos efectivamente dizer que passados que são três anos da Revolução de Abril esta não só ainda não chegou a Trás-os-Montes, como é impedida de lá chegar por meia dúzia de indivíduos, discípulos de Salazar e Caetano, que a todo o custo pretendem entrar a roda da História.

Se a estes factos — concluiu Jorge Lemos — juntarmos o clima de insegurança que se vive nos Açores e na Madeira onde não estão asseguradas as mais elementares liberdades democráticas, e o protesto por parte desta Assembleia face ao feriado decretado pela Câmara de Rio Maior para comemoração da data da destruição da sede de um partido progressista, compreender-se-á perfeitamente a apreensão dos democratas face à escalada dos atentados às liberdades por parte das forças reacçãoárias.

Mais adiante, o deputado Carlos Brito acrescentou: O Grupo Parlamentar do PCP votou contra o texto da Comissão porque ele torna inócua e irrelevante o direito à informação e restringe drasticamente o seu âmbito.

Aduzindo ainda outra razão para o voto contrário dos deputados comunistas — que é a expressão parlamentar do voto contrário de muitas centenas de milhares de trabalhadores portugueses — Carlos Brito acusou ainda o texto de inverter o sentido do controlo de gestão, roubar-lhe totalmente a eficácia, reduzir drasticamente a sua área, limitar e descaracterizar o seu exercício.

Acusando a proposta de lei apresentada pelo Governo de representar uma cedência clara às exigências e chantagem da CIP e um atentado aos legítimos interesses e direitos dos trabalhadores, Carlos Brito acrescentou:

Votando contra a proposta de lei, do Governo, transformada em texto da Comissão com o apoio do CDS e PSD, o Grupo Parlamentar do PCP vota contra a tentativa de debilitamento por via legal do movimento dos trabalhadores e contra a limitação dos seus direitos, que afinal se visam desde logo quando, instituindo um período transitório de perto de 6 meses para eleições e elaboração de estatutos, se permite e cria as condições, num momento particularmente importante para a defesa do projecto democrático inscrito na Constituição, para uma larga ofensiva das forças de direita e do patronato.

Concluindo que mais uma vez o PS, em matéria de legislação sobre conquistas da revolução, optou pela aliança à direita, e que tal facto tem estado na origem do ataque às conquistas da revolução — nomeadamente as nacionalizações, a reforma agrária e o controlo operário — Carlos Brito chamou a atenção para o facto de serem a liberdade e a democracia que cada dia correm mais riscos.

E o presidente do Grupo Parlamentar comunista terminou a declaração do voto do PCP no final do debate na generalidade — em que intervieram ainda os deputados Domingos Abrantes e Vital Moreira — acentuando:

Pela nossa parte, estamos dispostos a esgotar todas as possibilidades de diálogo, de discussão, de negociação com o Governo e o partido do Governo, para que seja travada a ofensiva de recuperação capitalista, agrária e imperialista, para defender os interesses dos trabalhadores, para salvar as conquistas da revolução e garantir a consolidação da democracia, para que se concretize plenamente a esperança e a vontade realfirmadas dos portugueses de edificação de um Portugal próspero, livre e independente e a caminho do socialismo.

da câmara, o voto de pesar acentuava:

Tendo falecido em Coimbra, no pretérito dia 12, o ilustre conimbricense, antifascista consequente, cidadão exemplar e cientista de renome mundial, Professor Mário Silva, os deputados socialistas pelo círculo de Coimbra testemunham publicamente o alto apreço pelo insigne Mestre e propõem à Assembleia da República a aprovação de um voto de pesar pelo desaparecimento da grande figura de democrata e cientista que muito honrou a Universidade e a Pátria.

Após a aprovação por unanimidade do voto, a Assembleia guardou respeitosamente um minuto de silêncio em memória do destacado democrata falecido.

RTP: DECISÃO ARBITRÁRIA PREPOTENTE E DISCRIMINATÓRIA

1. A Radiotelevisão Portuguesa acaba de proibir a publicação, através daquele meio de comunicação, dum filme publicitário sobre a 2.ª edição do livro «A Saída da Crise», compilação dos textos da Conferência Nacional do PCP para a recuperação económica.

Trata-se duma decisão arbitrária, prepotente e discriminatória, sem qualquer fundamento, e que entra em contradição com a orientação que tem sido seguida pela RTP.

O PCP faz notar que o critério utilizado pela administração da RTP para censurar a publicidade a um livro de conteúdo patriótico, que constitui um valioso contributo para a resolução dos mais prementes problemas nacionais, não tem sido seguido para impedir que a RTP propagandeie edições que defendem teorias derrotadas pela história, e expressamente condenadas pela Constituição da República Portuguesa, como o fascismo, o colonialismo, o racismo e o belicismo. É o caso de livros de Franco Nogueira, Kaulza de Arriaga, Bentencourt Rodrigues, Silvino Silvério Marques, Galvão de Melo e outros abencerragens do regime fascista e conspiradores contra a democracia portuguesa. No próprio dia em que comunicou esta sua decisão arbitrária, a RTP promovia o livro com o «programa» do MIRN para a liquidação do regime constitucional.

O PCP faz igualmente notar que, embora se permita censurar um filme publicitário alegando tratar-se de propaganda ao Partido Comunista, a RTP permite toda a sorte de propaganda anticomunista. O PCP recorda, a título de exemplo, que durante largos meses a RTP propagandeou um livro reacçãoário intitulado «O PCP Visto Por Dentro», utilizando para tal, abusiva e provocatoriamente, uma imagem do VIII Congresso do PCP.

2. O PCP considera este acontecimento tanto mais grave quanto não se trata dum caso isolado, antes se insere numa acção que de forma crescente vem pondo em causa o exercício das liberdades.

A monopolização pelo partido do Governo dos órgãos de comunicação do Estado, as práticas de manipulação e censura, o sucessivo protelamento da atribuição dos tempos de antena na Rádio e na Televisão nos termos da Constituição, as dificuldades de toda a ordem levantadas contra o exercício de direitos constitucionais, nomeadamente as dificuldades e impedimentos para a utilização de recintos, constituem autênticos atentados contra as liberdades duramente conquistadas pelo povo português, revelam uma tendência crescente para o recurso a métodos autoritários e arbitrários que em tudo contrariam as normas de convivência democrática definidas pela Constituição.

3. O PCP considera, por outro lado, que a decisão da Administração da RTP se insere na campanha de silêncio com que os órgãos de comunicação do Estado procuram minimizar a Conferência Nacional do PCP, ocultando a sua importância e significado.

O Povo português não deixará de apreciar devidamente estes dois comportamentos: o do PCP, realizando uma grande iniciativa e pondo à disposição do País as conclusões do seu trabalho, e o daqueles que, por sectarismo e em defesa de jogos e interesses partidários, têm procurado impedir a divulgação da riqueza, profundidade e seriedade das conclusões da Conferência Nacional do PCP.

Lisboa, 15 de Julho de 1977

A Secção de Informação e Propaganda do Partido Comunista Português

COMERCIANTES COMUNISTAS REPUDIAM MANOBRAS DA «UNIÃO»

O Organismo dos Pequenos e Médios Comerciantes, do PCP, perante uma circular distribuída em 23 de Junho findo pela União das Associações Comerciais, herdeiras dos ex-grêmios fascistas do Comércio, afirma, num comunicado, que os seus pretensos representantes nos corpos-gestores da União pretendem «criar problemas entre os pequenos comerciantes e os seus trabalhadores», tentando envolvê-los em manobras que apenas favoreçam o grande patronato.

«Nós, pequenos e médios comerciantes — refere o comunicado — precisamos de usufruir do crédito bancário que nos é negado; necessitamos de seguro de insolvência; de previdência adequada; de escolas de formação profissional; de escritas simples, mas funcionais e uniformizadas; de lutar pelo seguro de velhice quando comprovados os escassos meios de fim de vida; precisamos, enfim,

de nos identificar como classe válida e trabalhadora, com direito à cidadania completa. É por estas razões que os nossos pretensos representantes deviam pugnar. Em vez disso, tentam envolver-nos em manobras que apenas favoreçam os grandes».

As manobras denunciadas pelo Organismo do PCP referem-se fundamentalmente à recomendação dos dirigentes da União das Associações no sentido de os comerciantes seus filiados recusarem às comissões de trabalhadores e aos delegados sindicais a assinatura do mapa do quadro do pessoal, pretendendo desautorizar, com essa e outros processos, a intervenção legal dos trabalhadores organizados na vida das empresas.

A direcção da União é dominada, segundo o comunicado, por «afamados representantes do capitalismo mercantil, arautos e saudosistas da ditadura derrubada, que temem o diálogo

com os trabalhadores» e preferem manobrar na sombra com desígnios inconfessáveis.

Os pequenos e médios comerciantes comunistas, certos de terem a seu lado todos os comerciantes honestos, recusam os métodos preconizados pela União e não estão dispostos a atentar contra os direitos conquistados pelos trabalhadores.

O VERDADEIRO INIMIGO

Os pequenos e médios comerciantes sabem que os problemas que verdadeiramente os afligem não foram nem são criados pelos trabalhadores. Como foi realfirmado na Conferência Nacional do PCP para a Recuperação Económica e consta dos textos editados sob o título A Saída da Crise, «a experiência do nosso país, ao longo de dezenas de anos, mostrou claramente como

o capitalismo monopolista, apoiado no poder estatal, ou menor ou domina as empresas de menor dimensão, através do manejo arbitrário da política de preços, do fornecimento das matérias-primas e da colocação dos produtos.

«As dificuldades dos pequenos patrões não resultaram do nível dos salários, que eram extremamente reduzidos, nem do nível de trabalho que assentava nos longos horários, na instabilidade do emprego e na total ausência de regalias para os trabalhadores.

«Não foram os assalariados, mas sim os monopólios, os causadores e os grandes beneficiários das dificuldades dos pequenos e médios comerciantes, bem como de outros pequenos empresários.

«A liquidação dos monopólios veio libertar o sector privado não monopolista e permitir a criação de condições mais favoráveis ao desenvolvimento da sua actividade».

Que não queira agora a União das Associações Comerciais voltar ao tempo antigo! A maioria dos comerciantes não o consentirá, por mais pequena que seja a manobra nesse sentido.

A experiência foi dolorosa para a parte mais extensa do sector privado durante o fascismo. O que se precisa agora é apoiar a todo o momento e em todas as circunstâncias as medidas básicas que assegurem condições de garantia e estímulo a uma participação activa da iniciativa privada na recuperação democrática da economia.

E quanto a isso é bem claro o Programa do PCP quando nele se preconiza a «manutenção, a par da acção do sector nacionalizado, da iniciativa das empresas privadas que participem no desenvolvimento geral do País, respeitando as leis e os interesses do Estado democrático».

Em Montargil

1.ª ASSEMBLEIA DE ORGANIZAÇÃO DA CÉLULA DA UCP «12 DE MAIO»

Os militantes comunistas da UCP «12 de Maio» levaram a efeito a sua 1.ª Assembleia de Organização, no decorrer da qual foram ouvidas várias intervenções relacionadas, nomeadamente, com a actividade da célula, a organização, a acção da Juventude Comunista e das mulheres e a luta sindical.

Falando em nome da Comissão de Freguesia de Montargil do Partido, o camarada Augusto Silva sublinhou a necessidade de promover na zona mais iniciativas

para a recolha de fundos que possibilitará a abertura de um novo Centro de Trabalho do PCP em Montargil. Durante a sua breve intervenção, Augusto Silva salientou, também, a importância do recrutamento para o reforço do Partido.

Depois de terem eleito o novo Organismo de Direcção, os participantes na Assembleia aprovaram uma moção de repúdio pela «Lei Barreto».

Os militantes do Partido

Comunista Português da UCP «12 de Maio», reunidos em Assembleia de Organização, exigem que seja cumprida a Lei da Reforma Agrária e a Constituição; que seja posto fim à ofensiva contra a Reforma Agrária e que sejam expropriados os 700 mil hectares de terra, dos quais 500 mil continuam nas mãos dos agrários. Assim como exigem a garantia do Crédito Agrícola de Emergência — assinala a referida moção.

1.ª ASSEMBLEIA CONCELHIA EM SALVATERRA DE MAGOS

Os militantes comunistas de Salvaterra de Magos promoveram no passado domingo, no Cine-Teatro Conde d'Arcos, a sua 1.ª Assembleia de Organização. Participaram nos trabalhos muitos camaradas das várias organizações locais, além de membros do Comité Central do Partido, da DOROR, da Comissão Distrital de Santarém, das Comissões Concelhias, da UEC e da UJC. Também presentes militantes sindicalistas, trabalhadores da UCP de Figueiras e membros do MDP/CDE e da FEPU.

As intervenções dos delegados referiram-se, nomeadamente, à participação das mulheres e da juventude no processo democrático; ao trabalho camponês; e à actividade das autarquias locais.

O Relatório apresentado pelo

Comissário Concelhia cessante



abordou os seguintes temas: organização, o Partido no processo revolucionário, o trabalho da organização concelhia nas tarefas do Partido, a política de fundos da Comissão Concelhia, a formação ideológica e perspectivas para o desenvolvimento e consolidação da organização do Partido no concelho.

A abertura de Centros de Trabalho do Partido na Glória do Ribatejo e noutras freguesias, e a formação de células nas empresas IDAL, Casas Agrícolas e de Francisco Ribeiro e de Jorge de Melo e Faro Seramagos, são algumas das tarefas a realizar a curto prazo, apontadas pelo Relatório.

O mesmo documento sublinha que a formação destes organismos intermédios de direcção evidencia a necessidade de uma boa formação de quadros.

Outras das grandes deficiências — refere o Relatório — é o mau funcionamento da informação e propaganda. Tal facto levou à constituição de uma secção de Informação e Propaganda, estando já a demonstrar a possibilidade de, a curto prazo, resolver o problema.

No decorrer dos trabalhos, caracterizados pela participação

entusiástica e pela análise objectiva das questões abordadas, foi eleita a nova Comissão Concelhia, que passa a ser constituída por 15 elementos, com idades que vão dos 22 aos 55 anos.

ASSEMBLEIA EM QUELUZ

Subordinada ao tema Fortalecer o Partido, Alargar a Unidade, Defender as Conquistas da Revolução, decorreu recentemente a 1.ª Assembleia de Organização da Freguesia de Queluz do Partido.

A sessão, que registou a presença de um elevado número de delegados, convidados e representantes de organizações democráticas, iniciou-se com a leitura e discussão do Relatório de Actividade, apresentado pelo organismo de direcção cessante. Em seguida, ouviram-se intervenções de vários delegados.

Durante a discussão do Relatório, foram lidos diversos documentos de apoio e saudação à Assembleia, enviados por organismos do Partido e por outras organizações presentes.

A proposta para a constituição da nova Comissão de Freguesia foi aprovada após diversas intervenções. Os vinte camaradas eleitos para aquele organismo de direcção foram depois apresentados à Assembleia, que os aplaudiu calorosamente.

A intervenção final esteve a cargo do camarada Carlos Pereira, membro suplente do Comité Central do Partido.

PROFESSORES COMUNISTAS PREPARAM CONFERÊNCIA

Decorreu recentemente em Leiria, no nosso Centro de Trabalho, uma reunião de professores comunistas e de outras tendências democráticas, no âmbito dos trabalhos preparatórios da Conferência — Encontro Nacional Sobre Educação e Ensino, que o Partido vai efectuar a curto prazo.

Várias dezenas de professores dos distritos de Leiria e Santarém, em actividade na Marinha Grande, Caldas da Rainha, Nazaré, Peniche, Alcobaça, Abrantes, Santarém e Leiria, procederam a um primeiro levantamento de um problema que a nível nacional se colocam ao sector do Ensino.

No decorrer da reunião foram abordados aspectos relacionados com a definição de uma política de esquerda, visando a democratização das estruturas do Ensino, e com as medidas concretas para a levar a cabo.

A jornada de trabalho — cujo debate se dividiu por cinco grupos: Primário, Secundário, GPES, Movimento Sindical e Gestão Democrática — iniciou-se com um plenário, presidido pelo camarada Vítor Marques, membro da Comissão Distrital de Leiria do PCP. Nesta sessão de abertura usaram da palavra os camaradas Osvaldo de Castro, suplente do CC do Partido; Rogério Fernandes, responsável pelo GPES; e Manuela Queirós, responsável pelos trabalhos preparatórios da Conferência a nível da Organização Regional do Oeste e Ribatejo do Partido.

No plenário de encerramento Rogério Fernandes apresentou as conclusões dos cinco grupos de trabalho, e Carlos Pinheiro, membro da DOROR, analisou a situação política, detendo-se em particular na ofensiva da direita

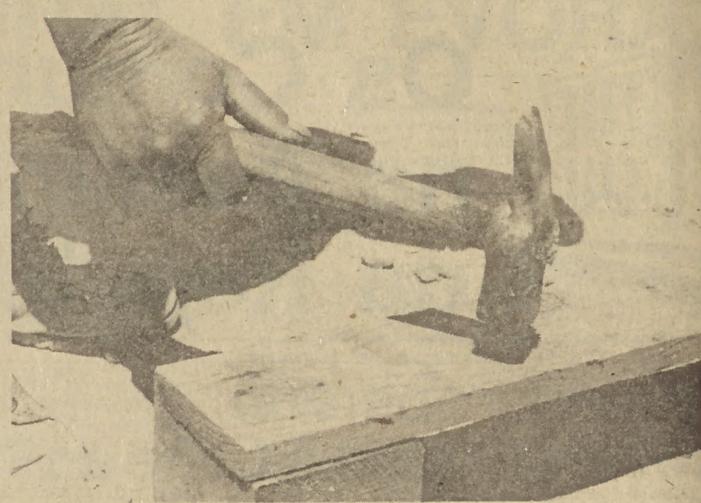
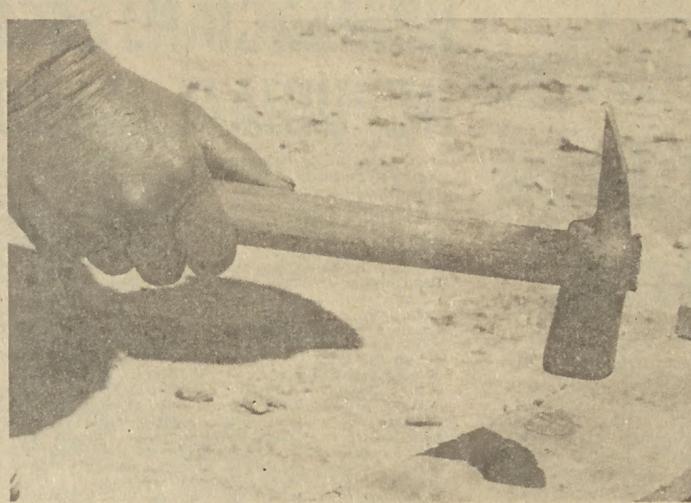
contra as conquistas do 25 de Abril, nomeadamente contra a Reforma Agrária.

CAMARADA FALECIDO NA HOLANDA

O corpo do camarada Benjamin Nunes da Silva, morto por acidente na Holanda, onde trabalhava, veio para Portugal, para a sua terra natal, Vila Franca de Xira, por iniciativa e por subscrição de trabalhadores e camaradas portugueses emigrados naquele país. No sábado, alguns destes, em representação de todos os amigos de Benjamin Nunes na Holanda, e acompanhados por outros camaradas e amigos de Vila Franca foram em romagem à campa do falecido que era profundamente estimado no seu local de trabalho e na sua terra.

O «AVANTE!» associa-se ao pesar da família de Benjamin Nunes da Silva.

FESTA do AVANTE!
9.10.11 de SETEMBRO
VALE do JAMOR



«ONDE É QUE ESTÁ O MARTELO?» ou algumas questões sobre como é que vamos pôr a nossa Festa de pé!

— Oh camarada, não trouxer um martelo, não tens aí um?! Ora aqui está uma coisa que não pode de facto acontecer este ano, não propriamente na Festa do "Avante!" mas em todo o trabalho a fazer!...

Explicuem-nos! Já está dito que a nossa Festa será este ano ao ar livre, que a sua montagem terá de ser feita num tempo bastante curto, que as condições de trabalho têm de ser diferentes das do ano passado. E, no que se refere a esta história das condições de trabalho, o que é que há de diferente?

O ano passado, como todos se lembram, muitas centenas de camaradas passaram as suas noites, os seus fins de semana na FIL durante o mês de Agosto e parte do mês de Setembro e, pouco a pouco, com grande esforço de todos e uma grande arrancada final, erguemos a nossa primeira Festa. Os camaradas de tal ou tal sector, conhecido que era o local onde iriam instalar o seu stand, organizavam as suas idas e esta noite iam dois amigos que pintavam uma parede, amanhã mais três terminavam a pintura, no fim de semana colocavam-se as letras e parte dos painéis, (isto não falando daquela tragédia de a meio da noite faltar a tinta encarnada, "eh pá não faz mal, traz-se amanhã e acaba-se isto"!).

Como será este ano?

Ora muito bem: este ano temos de trabalhar de uma forma diferente! Para falarmos claro, temos de fazer um grande esforço para começar numa ponta e acabar na outra, de uma penada só e muito depressa!

Este ano temos de organizar muito melhor o trabalho. E uma preocupação dominante dessa organização tem de ser a de levar para o local da Festa a maioria dos materiais de

forma que seja apenas colocá-los.

E para sermos muito claros vamos dar um exemplo.

Como é que esta organização deverá ser feita? Um camarada da Federação do "Avante!" assistiu a duas reuniões de uma célula em que foi discutida a sua participação na Festa. Começou-se por ver a situação e possibilidades que se debruçavam sobre este ano e estabeleceu-se um esquema de trabalho que, sem ser evidentemente o único — ou mesmo o melhor — nos pareceu um exemplo a ser seguido.

Foi assim.

Estudar politicamente o stand

Em primeiro lugar, os camaradas discutiram, relativamente ao seu sector profissional e ao trabalho político geral que a célula tem desenvolvido, qual seria a melhor forma de abordarem os temas políticos que foram aprovados para a Festa. No caso concreto, tratava-se de uma célula de uma empresa nacionalizada e concluiu-se que os aspectos dos êxitos da produção da empresa ligados à acção do controlo operário deveriam merecer uma atenção especial, bem como as acções de solidariedade dos seus trabalhadores para com a Reforma Agrária. Viu-se que se asseguraria no stand a presença de todos os temas políticos da Festa, mas que o contributo para aqueles dois aspectos poderia ser muito importante e esclarecedor.

Concretamente, decidiu-se fazer uma exposição de fotografias sobre a entrega de um tractor a uma UCP, a ida ao Alentejo de trabalhadores da empresa para procederem à entrega, etc. e, no que se refere às questões de controlo operário, apresentar alguns números sobre os resultados económicos, da empresa e fazer uma pequena exposição de produtos fabricados, alguns dos quais

são já fruto de racionalizações e modificações introduzidas pela acção dos trabalhadores.

Tendo em conta os aspectos de fundos, os camaradas, depois de verem as possibilidades, decidiram fazer uma venda de pequenas lembranças fabricadas pelos camaradas da fábrica e montarem, numa parte do stand, um balcão de comes e bebes, vendendo nomeadamente queijos, uma vez que alguns dos membros da célula são naturais de uma região onde se produz queijo que têm assim possibilidade de trazer!

"Arrumar" os espaços

Posto isto, passou-se à discussão de como "arrumar" todas estas actividades na área que cabia à célula. Tinha sido atribuída aos camaradas uma área não muito grande, coberta, e imediatamente surgiram dúvidas sobre se aquela área seria suficiente, especialmente para a montagem dos "comes e bebes". Depois de muitas contas, os camaradas chegaram à conclusão que, montando duas mesas grandes fora do stand poderiam dispor de um bom espaço para uma actividade que (já se sabe...) sob o ponto de vista económico é importante! Ficou de se ver se seria necessário obter também um bocadinho de área descoberta e o que é que isso significaria sob o ponto de vista de preços.

No que se refere ao stand, decidiu-se a colocação de um painel relativamente grande com a exposição das fotografias da ida ao Alentejo e da oferta do tractor. Do outro lado dois grandes painéis com gráficos, fotos da empresa, juntamente com uma bancada em que seriam expostas as peças fabricadas. Do outro lado do stand, ficariam os balcões de vendas.

Linhas gerais, estava feito o plano do stand — tratava-se agora de programar o trabalho para a execução, o que se fez noutra reunião. E esta segunda é que, para o que estamos a discutir, nos parece muito importante.

Escolher os materiais e dividir tarefas

Os camaradas sabiam que contavam no Vale do Jamor com um stand com a área que lhes foi atribuída e que, essencialmente, é constituído por uma estrutura de tubo, metálico coberto, com luz, mas sem nada lá dentro. Assim sendo, o trabalho foi distribuído e quatro camaradas ficaram encarregues da feitura dos painéis de exposição: adquirir a madeira, arranjar as fotos, colarem-nas, por em legendas, enfim, pôr tudo em condições de, dois dias antes da Festa, se meter tudo num carro, chegar ao Jamor — e pô-las no sítio! Pôs-se depois a questão das mesas (a bancada para a exposição, as para os "comes e bebes", balcões, etc.) e surgiram várias hipóteses: fazê-las em madeira e levá-las já feitas, fazê-las em cantoneira perfurada e levá-las desmontadas e montá-las rapidamente no próprio local. Houve que fazer contas, o que sairia mais barato e acabou por se encontrar uma solução mista que garantia um mínimo de despesa mas que — e isso era essencial — garantia igualmente que ficaria tudo preparado para chegar e montar!

Viram-se também alguns aspectos de decoração (a tabuleta com a indicação da célula, alguns painos com palavras de ordem para decorar o interior do stand, a forma de arranjar os balcões e bancas) e outros camaradas ficaram encarregues de assegurar que todos esses painos e materiais estariam prontos para serem transportados para o local da Festa.

Finalmente — e isto, camaradas, foi bem um toque que definiu o cuidado como

esta célula está a preparar-se um camarada ficou encarregue de assegurar o transporte de tudo para o Vale do Jamor — e de prever e preparar tudo o que de ferramenta e coisas semelhantes fosse preciso!

Para não falar do grupo que tem de tratar dos queijos e outros víveres para o bar!

Os camaradas acharam ainda que haveria certamente possibilidades de, para além destas tarefas de preparação do stand, darem outras ajudas, pelo que foi tornado acam camarada responsável uma relação dos militantes da célula que durante o mês de Agosto se encontravam em Lisboa e que poderiam colaborar em tarefas gerais de montagem e preparação da Festa!

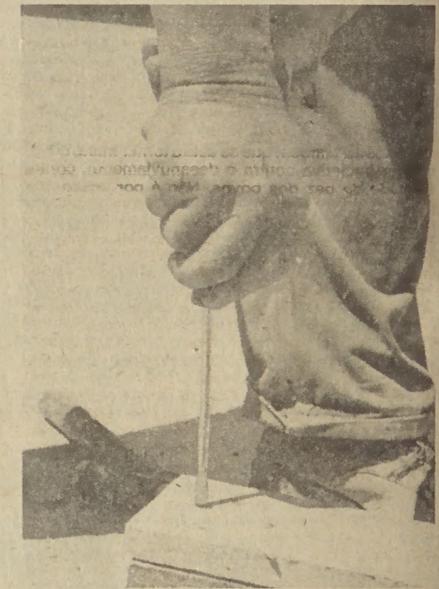
E pronto! O trabalho realizado por esta célula não é, já se vê, único.

E não constitui, também, a única forma de o fazer. Pareceu-nos contudo que corresponde muito bem a preocupações muito importantes e condicionamentos decisivos que se nos colocam — donde aqui fica o exemplo!

Programar muito bem as tarefas, assegurar a montagem e construção do maior número possível de materiais — eis uma necessidade para este ano!

O que — estamos todos de acordo! — não levanta para nós grandes dificuldades: quanto a trabalho, somos o Partido dos trabalhadores, quanto a organização, essa é a nossa grande arma!

Pequena nota!
E isto tudo, camaradas, sem esquecer que vai ser preciso fazer muita coisa no Vale do Jamor! E está para breve o começo!



O QUE É O ACAMPAMENTO DA FESTA DO «AVANTE»?

Têm-nos chegado, dos mais diversos sectores, numerosas interrogações a propósito do Acampamento assinalado no mapa de localização da Festa do "Avante!". A resposta aqui fica.

Trata-se, de facto, de um acampamento em moldes camplistas, destinado a servir, simultaneamente, de apoio e abrigo a camaradas que vão trabalhar na instalação e no funcionamento da Festa, e também, eventualmente, a alguns visitantes que o queiram utilizar para pernolitar. O acampamento será montado nos terrenos da Felra, embora separado dela.

Mas atenção! Não se trata de um acampamento com tendas ou abrigos já montados, mas apenas de terreno devidamente delimitado e com condições de higiene indispensáveis (sanitários e água), onde os camplistas poderão instalar as suas tendas ou caravanas.

A abertura do acampamento está prevista para o dia 27 de Agosto, podendo a inscrição ser prévia ou no acto de entrada.

As condições de utilização do acampamento diferem, consoante se tratem de camaradas dos Grupos de Trabalho e Organização ou de visitantes. No primeiro caso, a utilização é gratuita, sendo apenas obrigatória a apresentação do Cartão do Partido e Cartão Credencial da Organização em que se diga que o portador vai trabalhar na instalação e manutenção dos stands. Quanto aos visitantes pagarão, por dia, 10\$00 por pessoa e outro tanto por tenda ou caravana, sendo obrigatória a apresentação do Cartão do Partido para o responsável do Grupo, que responderá por todos quantos estiverem averbados à sua inscrição e que não sejam membros do Partido.

O acampamento, cuja capacidade se prevê para cerca de 1 200 utentes, ocupará uma área de vinte mil metros quadrados, dos quais dez mil serão para arruamentos, sanitários, secretaria e espaço para convívio. Está ainda prevista a instalação de 40 lavabos (20 por cada sexo) com água e esgotos e 30 sanitários.

A instalação de cada utente ocupará o local que lhe for indicado pela Secretaria do Acampamento, havendo porém possibilidade de escolha. Por questões de ordem estética ou decorativa, a Comissão responsável pela instalação da Festa pode aconselhar, ou impor, mudança de local a qualquer instalação.

E pronto. Já todos sabem o que é o Acampamento. Uma forma muito original de passar férias (um bocadinho...) no Jamor!

As inscrições para o acampamento podem ser feitas no Centro Vitória — sala 207.

EP
ENTRADA
PERMANENTE

Correspondente ao valor de 100\$00

Dá direito a entrar na FESTA durante os três dias, a assistir aos espectáculos e, ainda, a participar na distribuição de brindes nos dias 30 de Julho, 27 de Agosto e 10 de Setembro.

FESTA DO AVANTE!
CENTRO VITÓRIA DO PARTIDO COM. N. S. A. P. O. R. T. U. G. A. S.

N.º 2796

ESTE TALÃO DEVE SER ENTREGUE À ORGANIZAÇÃO CENTRAL DA FESTA IMEDIATAMENTE A SEGUIR À VENDA DA EP

Servirá para a participação na distribuição de brindes nos dias 30 de Julho, 27 de Agosto e 10 de Setembro.

FESTA DO AVANTE!
9, 10 e 11/SETEMBRO/77

FESTA DO AVANTE!
CENTRO VITÓRIA DO PARTIDO COM. N. S. A. P. O. R. T. U. G. A. S.

N.º 2796

No próximo dia 30, no Pavilhão dos Desportos

PRIMEIRO SORTEIO DA EP

A EP já está à venda!

Em todas as organizações do Partido, em todos os Centros de Trabalho, a entrada para a grande festa que se realizará nos dias 9, 10 e 11 de Setembro no Vale do Jamor, pode ser já comprada!

Mas a EP dá também direito a brindes que serão sorteados em três concursos e o primeiro realiza-se já no próximo dia 30 de Julho. O segundo realizar-se-á no dia 27 de Agosto e o terceiro na própria Festa.

Dezenas e dezenas de brindes vão já ser sorteados por todos quantos tiverem já comprado a sua «Entrada Permanente — EP» num espectáculo que se realizará no próximo dia 30 no Pavilhão dos Desportos, em Lisboa.

São os seguintes os brindes deste primeiro sorteio:

- 1.º — 1 mobília completa
- 2.º — 1 tenda de campismo
- 3.º — 1 bicicleta
- 4.º — 1 televisor
- 5.º — 1 rádio c/ relógio
- 6.º — 1 fritadeira eléctrica
- 7.º — 1 berbequim eléctrico Black & Decker
- 8.º — 1 geladeira
- 9.º — 1 saco-cama
- 10.º — 1 cadelra de campo
- 11.º — 1 mesa de campo
- 12.º — 1 biblioteca da Editorial Caminho
- 13.º — 1 biblioteca da Editorial Caminho
- 14.º — 1 biblioteca da Editorial Caminho
- 15.º — 1 assinatura da revista «Poder Local»
- 16.º — 1 assinatura da revista «Poder Local»
- 17.º — 1 assinatura da revista «Poder Local»
- 18.º — 1 assinatura da revista «Poder Local»
- 19.º — 1 assinatura da revista «Poder Local»
- 20.º — 1 assinatura da «Revista Internacional»
- 21.º — 1 assinatura da «Revista Internacional»
- 22.º — 1 assinatura da «Revista Internacional»
- 23.º — 1 assinatura da «Revista Internacional»
- 24.º — 1 assinatura da «Revista Internacional»
- 25.º — 1 assinatura da «Revista Internacional»

Para a campanha de promoção da venda das EP terão lugar Sorteios de Brindes entre os seus possuidores.

Esses Sorteios terão o seguinte Regulamento:

1 — Todos os portadores de EP — Entradas Permanentes terão o direito a participar nos Sorteios dos Brindes, mas para isso é indispensável que os respectivos talões deem entrada nos Serviços Administrativos Centrais da Festa do «Avante!» — Centro Vitória no Gabinete 407 — ou no próprio local onde se realizará o Sorteio até uma hora antes deste ter lugar.

2 — Os dois primeiros Sorteios realizar-se-ão no Pavilhão dos Desportos em 30 de Julho e a 27 de Agosto, próximos. Salvo alteração por motivo de força maior, a anunciar no jornal «Avante» com a maior antecedência possível.

O último Sorteio realizar-se-á já durante a Festa do Avante no dia e hora a constar do Programa.

3 — Todos os talões entrados nos Serviços Administrativos Centrais de acordo com a norma 1, serão colocados num recipiente e convenientemente misturados de modo a que os respectivos números não fiquem visíveis.

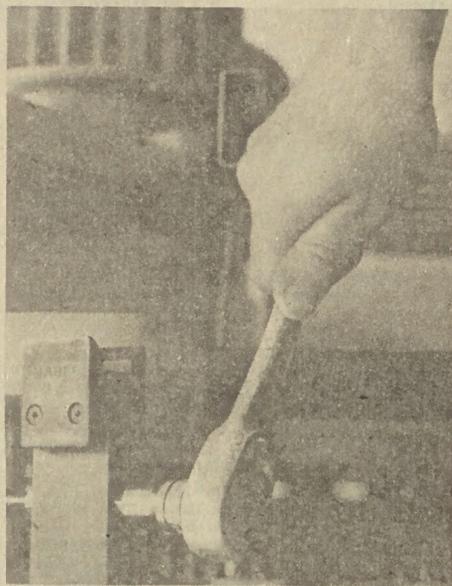
4 — A extracção dos talões será feita à vista do público e por pessoas da assistência que para tal se oferecerem a pedido da organização, até ao limite de dez pessoas.

5 — Os números premiados serão publicados no jornal «Avante».

6 — Os Brindes serão entregues ao portador da EP premiada, que passará recibo e deixará a sua identidade.

7 — O direito de receber os prémios prescreve 90 dias após a realização do Sorteio respectivo.

8 — O facto de ter sido premiada num sorteio não retira à EP respectiva o direito de participar nos restantes sorteios.



VENDA DA EP NA AMADORA

A Comissão de Freguesia da Amadora do PCP promove no próximo sábado uma sessão convívio destinada à venda da EP!

A Festa, que se realizará no Parque Delfim de Guimarães, na Amadora, inicia-se às 17 horas e inclui um programa de Canto Livre e diversas diversões — para o que serão instaladas as respectivas barracas.

Estão igualmente previstos comes e bebes.

A Festa prolonga-se pela noite e, às 21.30, haverá uma intervenção sobre a Festa do «Avante!» e a situação política pelo camarada Ruben de Carvalho, chefe de Redacção do «Avante!»

INTERNACIONAL

A CASA BRANCA CONTRA A PAZ

Os Estados Unidos estão a subir um novo degrau na escalada armamentista. O quarto, na corrida aos armamentos estratégicos. Depois dos mísseis intercontinentais balísticos, dos mísseis balísticos a bordo de submarinos, dos bombardeiros pesados. Hoje, preconiza-se a fabricação intensiva de mísseis de cruzeiro, que podem ser lançados da terra, do ar, do mar, e de debaixo do mar.

No âmbito destas mesmas decisões, insere-se a luz verde para fabrico da "bomba de neutrões", já famosa pela ameaça que constitui, dado o seu terrível poder mortífero, cujos efeitos se prolongam por séculos mil anos após o lançamento.

Foi Carter, pessoalmente, quem dirigiu a campanha pela "bomba de neutrões", referindo o seu "poder dissuasor", que faria "diminuir" os perigos da guerra nuclear. Uma campanha francamente diferente da que orientou quando se tratava, não de propagar as "virtudes", para as relações internacionais, de uma bomba devastadora, mas de conquistar os votos do povo norte-americano, já indiferente a um jogo político em que todos os candidatos defendem os mesmos interesses, alheios aos seus, em que todos os candidatos multiplicam promessas que ficarão, inevitável e pontualmente, por cumprir. Assim, e agora, em nome da paz, advoga-se nova escalada armamentista. Nada de novo na teoria e na prática. É a prática e a teoria da guerra-fria. Por muito mascaradas de interesses humanitários que apareçam. O que importa é que, a despeito de promessas de luta pela paz, a administração Carter aumentou para 10 bilhões de dólares o orçamento militar, quando se havia comprometido a reduzi-lo para 5-7 bilhões. O que importa é que, em cada hora que passa o Pentágono gasta 50 milhões de dólares. Cinquenta milhões de dólares por hora para preparativos de guerra, quando se diz advogar a paz... será em defesa própria?

A actual corrida aos armamentos, assim reacelerada, é simultaneamente perigosa e ilusória. Perigosa, porque põe em cheque os esforços persistentes e tenazes de criação de um novo clima de relações internacionais, em que se torna possível o estabelecimento de relações normais entre Estados com regimes sociais diferentes, e assim se afasta o espantoso de uma nova guerra. Porque nos atrai para a beira do precipício nuclear — uma realidade do dia a dia no período da guerra fria, e que a luta pela coexistência pacífica afastou do nosso quotidiano. Ilusória, porque na corrida aos armamentos, toda a superioridade é uma fantasia. O que era hoje superioridade de uma das partes deixa de o ser amanhã. E cada passo na escalada armamentista, arrasta assim outros novos, num rumo escorregadio e suicida.

As lamentáveis e muito concretas iniciativas de Carter na recriação de um clima de guerra fria (contraoendo-se às muito vagas e abstractas promessas de paz), evidenciam os esforços do imperialismo para recuar num campo que sentem lhe ser desfavorável: o da paz.

Mas mostra também que se está a tornar muito difícil qualquer iniciativa contra o desanuviamento, contra a vontade de paz dos povos. Não é por acaso que a "bomba de neutrões" é falada por todo o mundo como uma ameaça à paz, como um passo deplorável da Casa Branca. Não é por acaso que ao próprio Senado dos Estados Unidos se levantaram protestos contra a nova bomba. Não é por acaso que aí, no Senado que votou tão absurda lei, a voz de um senador se ergueu para afirmar estar-se a dar aos soviéticos a oportunidade de gritar "ao mundo que acabamos de criar a arma última dos capitalistas; a arma que destrói o povo, mas não a propriedade". Não é por acaso que Egon Bahr, secretário-geral do Partido Social Democrático da República Federal Alemã, afirmou ser tal bomba "um símbolo da reversão do pensamento humano", isto não foi dito por comunistas. Mas poderia sê-lo. Acrescentaríamos, simplesmente, tratar-se da reversão do pensamento humano, quando ao serviço do capital, quando manobrado pelo imperialismo.

Trata-se de reacções positivas, a demonstrar quanto é e quanto pode ser ampla a unidade na batalha pela paz. A demonstrar que a Casa Branca pode votar leis monstruosas e suicidas, pode lançar armas contra o processo de desanuviamento, pode assim provocar recuos, originar e intensificar situações perigosas. Mas não pode pôr em causa ou opor-se à dinâmica das relações internacionais, quando esta se fundamenta numa necessidade vital, e reúne uma massa imensa e crescente de vontades, que abarca a determinação e a consciência dos trabalhadores, o realismo político de alguns que Washington gostaria de ter como aliados submissos.

No campo das armas, o único princípio possível é o provado princípio da segurança igual entre Estados com sistemas sociais diferentes. O único caminho, o que tem o desarmamento como perspectiva final. Nenhum novo míssil, nenhuma nova arma poderá iludir esta realidade.

ACORDO LUSO-JUGOSLAVO

Foi recentemente assinado em Lisboa, no Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), um protocolo para a aplicação do acordo de cooperação cultural celebrado em Belgrado, em 1975, entre a Jugoslávia e Portugal. Ao acto estiveram presentes o director-geral adjunto interino dos Negócios Políticos do MNE, e o secretário-geral do organismo para as Relações Internacionais da Sérvia, camarada Milorad Mijovic.

O referido acordo prevê a troca de bolsas de especialização em Universidades para pós-graduados de cursos de língua e literatura, e a cooperação mútua entre instituições e organizações de cultura, música, teatro, cinema, artes plásticas e literatura.

LIVRO NEGRO DO MAP

45 casos de reservas ilegais e arbitrárias. A violência dos senhores ricos. Quem os mole na ordem? Crédito como arma de pressão. Quem paga as dívidas? A quem serve o crédito para o fomento pecuário?

SEMANA DE CINEMA CUBANO

No âmbito das comemorações do 24.º aniversário do ataque ao quartel Moncada (26 de Julho), a Associação de Amizade Portugal-Cuba leva a efeito na sala do Universal, em Lisboa, uma «Semana de Cinema Cubano», que começa amanhã terminando no dia 26. O programa desta iniciativa inclui a apresentação dos seguintes filmes: «Lucia», «História de uma Batalha», «A Nova Escola», «Sobre um Primeiro Combate», «Aventuras de Juan Quin Quin», «Cantata de Chile», «Miriam Makeba» e «Memórias do Subdesenvolvimento». As sessões terão início às 15 e 18, 20 e 21 e 15.



Os recontros são constantes, muitas vezes com trágicas consequências. As classes dominantes instigam ao divisionismo e aos confrontos entre trabalhadores e estudantes

Turquia:

O VALOR RELATIVO DO VOTO POPULAR...

Nas últimas eleições, o povo turco votou no Partido Popular Republicano, chefiado por Bulent Ecevit, com características sociais-democratas. O Partido Popular Republicano obteve 214 dos 450 lugares do Parlamento. Os lugares conseguidos só permitiriam a constituição de um governo minoritário. Mas o voto do povo turco é bem claro: votou à esquerda, contra a coligação de direita que tem governado a Turquia.

Foi inicialmente formado um governo monopartidário, de acordo com os resultados eleitorais. Esse governo apresentou um programa. Estavam previstas numerosas medidas para superar a crise económica: desenvolvimento do comércio externo, alargamento da base energética, auxílio às cooperativas agrícolas, reforma agrária, limitação dos monopólios e da sua acção. Estava igualmente previsto um conjunto importante de medidas de alcance social, tais como a proibição do lock-out, ampliação e reforço dos direitos dos trabalhadores, estabelecimento de assistência médica gratuita, melhoria das condições de vida de artesãos e pequenos comerciantes; redução da idade de voto para 18 anos, etc.

Estalou a indignação mal contida nas hostes da direita. Dirigentes partidários e aparelho propagandístico, nomeadamente a imprensa, lançaram-se na campanha contra o governo e o seu programa. O sr. Mentese, secretário-geral do Partido da Justiça, avançou mesmo com a calúnia costumeira de que o novo governo não «estava ao serviço da nação (leia-se, da direita), mas da esquerda». O programa do governo não foi discutido. A 3 de Julho, foi colocada a questão de confiança no governo. 217 deputados votaram pelo governo de Ecevit, 229 contra. O governo de Ecevit demitiu-se. A formação de um novo gabinete foi confiada a S.

Demirel, dirigente do Partido da Justiça, ex-primeiro-ministro, hoje de novo à testa do poder na Turquia. Uma nova coligação de direita, em tudo semelhante aquela que o povo turco, nas urnas, claramente rejeitou, está a ser constituída. Um novo governo — velho — não ao serviço da esquerda, não ao serviço do povo turco; mas ao serviço da direita, ao serviço da «nação», na linguagem falsa das forças reaccionárias. O exemplo da Turquia é claro. Para as forças da direita, para os partidos que defendem os interesses do capital, o voto popular só vale na medida em que é possível fazê-lo surgir como um apoio de massas a uma política que nada tem a ver com a solução dos problemas mais sentidos pelo povo. Caso contrário corta-se cerce os resultados práticos e legais desse voto.

Hoje, na Turquia, o povo tem, de novo, um governo contra o qual votou. Entretanto, as coisas não se estão a passar com a simplicidade e facilidade com que o Partido da Justiça & C.ª desejariam. A maior confederação sindical da Turquia, que aglomera um milhão de trabalhadores, ameaçou desencadear uma greve geral se o Parlamento aprovar uma coligação governamental da direita, dirigida por Demirel. O voto popular e a posição dos sindicatos revela a vontade do povo turco de melhorar as suas condições de vida, alterar uma situação em que a inflação e a violência fazem parte do quotidiano, abrir definitivamente caminho a uma justa solução do problema de Chipre.

A vontade do povo turco não se fez ainda respeitar. Porque não interessa ao capital nacional e internacional. Porque não interessa aos que votam na manutenção de uma situação de tensão em Chipre. Mas ficou bem claro que, também em Ancara, o poder da direita e do capital treme.

Nova lorque às escuras UMA SÓ SOLUÇÃO: MANDAR A POLÍCIA...

Durante 20 horas, Nova Lorque esteve sem electricidade, devido a um corte de energia provocado por uma avaria na central eléctrica de Con Edixon. Um facto que perturbaria inevitavelmente a vida de qualquer grande cidade, e que se faria sentir com particular incidência no trânsito e nos transportes de uma forma geral.

Mas a perturbação registada em Nova Lorque ultrapassou largamente os efeitos naturais de um corte de energia. A noite total subitamente estabelecida numa das maiores cidades do imperialismo, deixou mais claro, para quem queira ver, os profundos problemas sociais que o sistema capitalista engendra e agudiza no seu próprio processo de desenvolvimento e declínio.

Nova Lorque, e não só, de há muito é justamente conhecida como terra por onde não se pode deambular à noite, e em que convém fazer de cada casa, de cada apartamento, uma pequena fortaleza. Um exemplo concluinte do que significa viver em "liberdade" e "democracia", no mundo do capital. Mas o que aconteceu nalgumas horas de noite total, ultrapassou largamente o rama-rame de insegurança, de assaltos, de atentados. Foi tudo isso, elevado a um nível que não pode deixar de envolver a condenação implícita de um sistema que gera tais problemas.

Hoje está feita uma pequena síntese estatística do que se passou nas vinte horas de corte de energia, em particular no período nocturno. Números claros, mas que não passam de um pobre reflexo da realidade. Quando Nova Lorque acordou da grande escuridão, mais de dez mil polícias patrulhavam ruas pilhadas e incendiadas. No combate aos incêndios — 900, 55 dos quais considerados grandes — ficaram feridos 26 bombeiros. Houve 3481 pessoas detidas, sobretudo por pilhagem. Cerca de 100 polícias ficaram feridas no decorrer de choques com marginais.

Como é possível, que algumas horas de noite total numa grande cidade tenham este efeito?

A imprensa burguesa falou de "levantamento". Apostrofou o crime. Mas, naturalmente, não relacionou criminalidade com sociedade capitalista. E muito menos pilhagem às lojas e armazéns, com fome e desemprego.

E no entanto, é disso mesmo que se trata.

Recentemente, foram publicados esclarecedores dados estatísticos de Estado. E esses dados estatísticos — dados oficiais, que certamente não acentuam, antes atenuam a realidade dos problemas — dizem-nos que no ano de 75 o número de pobres aumentou 10%. Gente que viu descer o seu já baixo nível de vida — pela inflação, pelo desemprego presente. Em 76 esse número também aumentou. E voltará a aumentar. Paralelamente ao processo do desemprego e da inflação. Na mesma medida em que se restringe o número de famílias que auferem os mais elevados rendimentos. Os mesmos que têm o poder nas mãos — e assento no Congresso e no Senado, onde não há um único representante das classes trabalhadoras, e uma percentagem ridícula de mulheres e de negros. Os mesmos que têm dinheiro para se tratar nos médicos e hospitais, o que nos Estados Unidos é um luxo. Ou para mandar os seus filhos estudar, em escolas onde se apertam mais e mais as possibilidades de entrada. Os mesmos que têm o dinheiro — os milhões de dólares — para organização das suas campanhas eleitorais. Os dólares que são a única medida da "liberdade", da "democracia", dos "direitos humanos", do próprio direito à vida — nos EUA.

Para os grandes problemas sociais, que assim surgiram, mais agudos, na escuridão forçada de Nova Lorque, o Estado imperialista só tem uma solução, só sabe dar uma resposta: manda a polícia.

OS TRABALHADORES INGLESSES ESTÃO FARTOS DO «PACTO SOCIAL»

A Grã-Bretanha burguesa, trabalhista, a Grã-Bretanha da «conciliação» de classes e dos interesses «comuns» a todos, confronta-se neste momento com uma situação delicada. A engenhosa arquitectura do «pacto-social», despidido de atractivos com a violação sistemática de todas as promessas que douravam a pilula — tem os seus dias contados.

Contra o pacto se erguem os trabalhadores. O Sindicato Nacional dos Mineiros, que luta por aumentos salariais que vão até 90%, dada a tremenda deterioração do nível de vida nestes tempos de vigência do «pacto-social», e que ameaça de greve a partir de Novembro, caso as suas reivindicações não sejam ouvidas. O Sindicato dos Trabalhadores dos Transportes da Grã-Bretanha, o maior país, com dois milhões de filiados, e que se colocou à cabeça de uma lista crescente de organizações de trabalhadores que se opõem a um terceiro ano de congelamento de salários, e votam pela luta por melhores contratos de trabalho.

A situação do governo de Callaghan é difícil. Por um lado, a ameaça dos mineiros, que com uma greve nacional, em 74, derrubaram o governo conservador — dá ao governo actual a medida das suas fracas possibilidades de sobrevivência. Por outro lado, a posição assumida pelos trabalhadores dos transportes, é particularmente significativa.

A burguesia inglesa sempre se esforçou por recorrer à técnica de dominação da capacidade de luta das massas trabalhadoras, através de uma teoria oportunista de conciliação de interesses de classes e a sua correspondente prática em quadros e estruturas sindicais. E hoje, o grande Sindicato dos Trabalhadores dos Transportes — saltando por cima da vontade expressa de tais quadros dirigentes — pronuncia-se contra essa técnica.

Denis Healey, o chanceler do Tesouro, anda numa

azáfama de reuniões. Com dirigentes da Federação dos Sindicatos (TUC), onde se esforça por renovar apoios contra a posição inequívoca dos trabalhadores. Com dirigentes da Confederação da Indústria Britânica (CIB), que representa o grande patronato organizado do país.



Uma imagem que bem simboliza as contradições de classe da Inglaterra de hoje

Mas os triunfos esboraam-se. O governo de Callaghan, que sempre defendeu os interesses do capital, dizendo defender os interesses nacionais, e até mesmo os dos trabalhadores, fica com as mãos vazias da monstruosa mistificação do «pacto-social», enquanto é fortemente pressionado pelos monopólios nacionais e internacionais para adoptar decisões políticas capazes de impedir a liberalização dos salários. A CIB divulga, há dias, o texto de uma carta enviada ao primeiro-ministro,

em que se exprime «preocupação» perante as votações sindicais e se pede ao governo que se esforce por evitar uma «explosão» salarial. O Partido Liberal, que regateia apoios ao governo em função das restrições salariais, não se pode propriamente considerar um parceiro sólido.

O governo reafirma a sua absurda posição de controlo restritivo sobre aumentos salariais. A velha lenga-lenga da inflação torna-se mais e mais inconsistente. Aumentam preços e lucros. Só os salários não.

Por outro lado lançam-se no ar as costumeiras e vagas promessas de prosperidade. Uma prosperidade providencial. Uma prosperidade que não vem. Um relatório da Comissão Europeia, órgão executivo da CEE, aprovado por representantes dos ministros da Economia e Finanças dos nove países, constata que a taxa de inflação está a subir mais rapidamente este ano, que o crescimento económico será mais lento do que o previsto em Março, que as perspectivas para 78 não são muito melhores. E a Grã-Bretanha é neste momento — no conjunto dos países da CEE — um daqueles em que mais se avolumam os complexos problemas da crise global do capitalismo.

As perspectivas para o povo inglês não são brilhantes. Uma grave crise instalada no país, que não serão trabalhistas nem conservadores a debelar. O governo Callaghan com ameaças de derrocada. Os conservadores numa espreita ávida de poder.

Mas uma coisa é cada vez mais nítida. Os trabalhadores movimentam-se em defesa dos seus interesses. A sua luta tem repercussões práticas na vida política nacional, não permitindo que o capital manobre à sua vontade.

Espanha ACAUTELAR OS INTERESSES DO CAPITAL

Nas vésperas da inauguração solene do Parlamento vive-se em Espanha uma preocupação central: o novo plano económico do governo.

O plano surge, como todos os planos, no mundo capitalista, sob a forma de sistematização de medidas necessárias para «salvar a economia do país». Tenta mesmo apresentar-se como defendendo os interesses dos trabalhadores. Fuentes Quintana, vice-primeiro-ministro para os Assuntos Económicos, declarou: «Nenhum grupo social tem direito a uma situação de preferência que lhe dê vantagens em relação aos outros. Temos de proteger sobretudo os interesses das classes mais modestas e de rendimentos mais reduzidos». Mas as medidas avançadas, de uma política de congelamento salarial e medidas para dificultar o recurso à greve, ainda que ao lado de propostas de um novo sistema tributário, que se diz destinado a onerar os rendimentos mais elevados — nada têm a ver com a defesa dos «interesses das classes mais modestas».

Os projectos de um «pacto social» estão à vista. Como é do interesse do capital, a quem não convém a luta contínua por melhores condições de vida, luta para que hoje se abrem novas possibilidades. O argumento será o de há muito repisado — a necessidade de conter a inflação, que será sem dúvida agravada com a desvalorização da peseta, como as próprias entidades oficiais reconhecem.

Acotece que os trabalhadores não manifestam grande disposição para alinhar em tal pacto, cujos efeitos são bem conhecidos pelas dolorosas experiências noutros países. Dirigentes dos três principais sindicatos espanhóis afirmaram serem contra a imposição de um plano de austeridade ou «pacto social» que limitasse aumentos salariais. Marcelino Camacho,

O programa económico, apresentado como um facto consumado, sem as prometidas consultas à oposição, foi já alvo de críticas por parte do PSOE, o mais votado partido com cunho de esquerda, e o segundo mais votado no conjunto de todos os partidos — que destacou a falta completa de garantias por parte da classe trabalhadora. Característica que de certa forma define o plano governamental.

As reacções ao plano não vieram só da parte dos trabalhadores, não vieram só da parte de forças políticas com representação da esquerda. Mas naturalmente também da parte dos



representantes do capital. E aí as opiniões, ainda que subit e exprimem apoio e simultaneamente pressão no sentido de atenuar quaisquer medidas que possam vagamente lezar interesses do capital. O embaixador espanhol nos Estados Unidos, Rovira, mostrou entusiasmo pelas novas possibilidades de investimentos estrangeiros. E manifestou a esperança de que — sobretudo no sector químico — o capital americano se lançasse ao ataque em território espanhol. Perspectiva nada animadora para as massas trabalhadoras de Espanha que continua a exportar largamente os lucros daqueles que vêm explorar as suas riquezas e a sua força de trabalho. Por outro lado, o capital nacional e internacional orienta já as suas pressões (que encontram bom terreno), para que as novas disposições fiscais não venham a afectar os seus interesses.

Amanhã, dia 22, abre o Parlamento. A Espanha de Suarez lança-se já à conquista da CEE, da NATO, da Europa dos monopólios e das crises. E apressa-se no caminho, diz ter enterrado fundo o fascismo e o passado, canta loas à nova vida, declara-se finalmente democrática. E esforça-se por que o povo espanhol se contente com essa pobre e problemática democracia. Mas os tempos que se avizinhm são duros e difíceis. É a maior inflação que espera os trabalhadores espanhóis. Mas também a luta. Uma luta apesar de tudo mais fácil. E que trará a vitória.

O livro que a RTP se recusou a anunciar

A SAIDA DA CRISE

256 págs. 60\$00



CDL a distribuição DEPARTAMENTO DE VENDA DIRECTA CDL Rua Pedro Nunes — 9 A — Lisboa 1 Desejo receber exemplares do livro para o respectivo pagamento em vlr esc. \$00 em cheque n.º vale do correio n.º sobre banco / estação de correio Nome Morada Localidade

A FEPU toma posição

POR UMA LEI DE FINANÇAS LOCAIS DE ACORDO COM A CONSTITUIÇÃO

1. Foram recentemente entregues na Assembleia da República um projecto de lei do PCP e uma proposta de lei do Governo sobre finanças locais. Nas últimas horas o PSD/PPD entregou igualmente um projecto de lei cujas soluções são, no fundamental, idênticas à proposta de lei do Governo. A Comissão Coordenadora da Comissão Nacional da Frente Eleitoral Povo Unido, tendo analisado o conteúdo da proposta de lei do Governo, da qual o PSD/PPD recolhe as orientações fundamentais do seu projecto, vem alertar a população, os órgãos de soberania, os democratas, os órgãos de poder local para o conteúdo profundamente negativo das propostas do Governo e do PSD/PPD.

Na verdade, a intenção de criar um imposto fundiário que recairia sobre o solo rústico e sobre o solo urbano e que seria lançado e cobrado pelos municípios, obrigaria estes a recorrerem à tributação e consequente agravamento das dificuldades das UCP, das cooperativas agrícolas, dos pequenos e médios agricultores como forma de obterem os recursos financeiros que lhes permitam acorrer às inúmeras carências que afectam as populações do nosso país.

Por outro lado, a previsão do lançamento do imposto fundiário sobre o solo urbano revela a intenção de não executar o Art.º 65.º da Constituição que prevê "a necessária nacionalização ou municipalização do solo urbano". A Comissão Coordenadora encara igualmente com preocupação a previsão de um regime "provisório" nos termos do qual se estabelece a transferência para as autarquias da contribuição predial rústica e urbana, a qual conduz a grandes desigualdades entre as autarquias e a injustiças sociais entre os contribuintes devido à omissão na matriz de numerosos prédios e à extrema desactualização do seu valor.

2. A Comissão Coordenadora considera igualmente com a maior preocupação as intenções reveladas na proposta do Governo de manter a possibilidade de distribuição pelo Governo central, de subsídios às autarquias locais (Art.º 13.º, n.º 2); a possibilidade indiscriminada de fiscalização, por via administrativa, da actividade das autarquias (Art.º 13.º, n.º 1); a criação de um imposto municipal sobre veículos que agrava ainda mais as desigualdades entre as autarquias e permite toda a sorte de manobras políticas; a previsão de uma participação no produto da cobrança local do futuro imposto único sobre o rendimento em percentagem variável para cada autarquia mas sem explicação de quais os mecanismos de fixação de tal percentagem; a criação de um "Fundo de Perequação Financeira" o qual seria uma verba inscrita no Orçamento Geral do Estado, de montante desconhecido, e que não se sabe por quem seria distribuída nem com que critérios; a instituição de uma Comissão de Finanças Locais em que o Governo faria representar os departamentos da Administração Central que entendesse; a manutenção de um sistema muito restritivo de lançamento das derramas.

Estas propostas, apresentadas com violação do prazo estabelecido no Art.º 4.º da Lei n.º 11/76, vindas na sequência de orientações antidemocráticas e restritivas da participação dos órgãos de poder local, inserem-se numa política hostil ao diálogo e que põe em causa as conquistas fundamentais da Revolução Portuguesa, que a Constituição da República considera irreversíveis.

Mas trata-se simultaneamente de uma proposta que a ser aprovada envolveria elevados custos, na medida em que obrigaria à criação, em cada município, de uma máquina fiscal extremamente onerosa e cuja eficácia seria duvidosa e acarretaria para as autarquias o odioso da tributação de unidades colectivas, de cooperativas e de pequenos agricultores, cujos interesses estão expressamente defendidos na Constituição.

3. A Comissão Coordenadora da Comissão Nacional da Frente Eleitoral Povo Unido tem-se pronunciado repetidamente pela aprovação de uma profunda reforma das finanças locais, cujos traços fundamentais estão previstos na Constituição: justa repartição dos recursos públicos entre o Estado e as autarquias, correcção de desigualdades entre as autarquias nas receitas provenientes dos impostos directos.

A abolição completa dos subsídios e comparticipações, a fixação pelas próprias autarquias do montante das taxas pelos serviços por elas prestados, a concentração de todas as verbas para as autarquias numa só dotação do Orçamento Geral do Estado com a consequente simplificação e racionalização do sistema, a ampla participação das autarquias nas decisões sobre o montante dos seus próprios recursos, o conhecimento antecipado destes, de forma a permitir o planeamento das suas actividades e a participação popular nas decisões dos órgãos de poder local são alguns dos aspectos que deveriam orientar o novo regime de finanças locais. Um tal regime, guiado pelo objectivo de pôr termo ao labirinto financeiro cuidadosamente montado para que as autarquias desconheçam as suas possíveis fontes de receita e de acabar com a possibilidade de distribuição arbitrária de verbas pelas populações à margem da participação popular e de um plano previamente participado e aprovado, é do interesse da democracia e representaria um importante passo na realização da Constituição da República e do sistema democrático de administração local que esta consagra.

A aprovação de um tal regime é a única forma de assegurar a autonomia financeira das autarquias, acabando com a sua dependência em relação ao Governo e constituindo uma condição do exercício da própria autonomia administrativa. Na verdade, se as possibilidades de actuação das autarquias dependerem dos favores e desfavores, das protecções e perseguições do Governo central, viver-se-á necessariamente no reino do caciquismo imoral e antidemocrático.

A moralização e democratização do aparelho de Estado e da vida local exigem uma lei de finanças locais que acabe de uma vez por todas com "subsídios" e "comparticipações" (tão ao gosto do regime fascista) e assegure às autarquias as receitas determinadas por lei sem intervenções arbitrárias e discriminatórias das autoridades centrais.

4. A Comissão Coordenadora recordando o papel dos activistas e das organizações locais da FEPU na luta pela saída da lei de finanças locais, em estreita unidade com todos os eleitos que pretendem igualmente garantir a efectivação prática das normas constitucionais; lembrando que foi um dos partidos que a Integra, o PCP, que apresentou em primeiro lugar na Assembleia um projecto de finanças locais e exigiu a sua pronta discussão, não pode deixar de denunciar a proposta de lei do Governo e o projecto de lei do PSD/PPD como estando inseridos na presente ofensiva contra as conquistas de Abril.

Tendo em conta que entre os objectivos da criação da Frente Eleitoral Povo Unido se insere a luta por uma política, a nível nacional e local, conforme com a Constituição, a Comissão Coordenadora considera com a maior preocupação esta ofensiva, a qual, no seu desenvolvimento, criaria sérias dificuldades à realização de um autêntico poder local que estimule a iniciativa e a criatividade das populações na luta pela resolução dos problemas locais.

13 de Julho de 1977

A Comissão Coordenadora da Comissão Nacional da Frente Eleitoral Povo Unido

CONTRATO ESCANDALOSO COM FIRMA ALEMÃ APROVADO PELA CML

Em recente reunião da Câmara Municipal de Lisboa foi aprovada na generalidade, por maioria, uma proposta apresentada pela firma alemã Tras-Engineering Consult, a fim de se proceder à elaboração de um contrato em que esta firma, durante um período de dois anos, ficaria como consultora do município da capital no que se refere à Central de Comando de Tráfego (CCT).

Este facto, aparentemente normal para o cidadão mal informado, é contudo sumamente estranho se nos debruçarmos um pouco sobre a história da referida Central da enigmática firma Tras.

Em 1975, dada a inexistência total de técnicos na Câmara de Lisboa, este adjudicou a uma firma estrangeira (a Tras) um contrato de manutenção e operação do sistema de controlo de tráfego da capital (CCT). Do contrato fazia parte a obrigatoriedade de treino de pessoal da Câmara, de modo a que no fim do mesmo (Abril de 1977), a CML possuísse técnicos capazes de operar o sistema. Nesse sentido, foram treinados quatro técnicos que, desde o termo do contrato se têm encarregado da Central de Comando de Tráfego.

Resta ainda acrescentar que o referido contrato com a Tras,

para ser renovado, teria de ser negociado até Novembro de 1976, o que não se verificou dado as informações prestadas pelos técnicos, serviços e demais elementos adstritos àquele sector à então Comissão Administrativa da CML o considerar desnecessário.

Inesperadamente, sem que tenha havido qualquer concurso público e sem que os técnicos que operam a CCT tenham sido sequer informados, surge a proposta de um novo contrato.

Este novo contrato, que parece partir do princípio de que a situação é a mesma que existia em Abril de 1975, quando não havia pessoal minimamente habilitado (o que não acontece), custa em valores globais 14 mil contos por um período de dois anos (o anterior era de seis mil), dos quais cerca de 2/3 (9 mil contos) serão pagos em marcos!

O contrato estipula ainda que será a dita Tras que curiosamente é composta exclusivamente por um alemão e dois "acessores-desconhecidos" a definir os perfis profissionais do pessoal a ser treinado, ignorando em absoluto os técnicos já existentes, a que não faz uma única referência.

Para se ficar com uma ideia

ainda mais clara do que de obscuro envolve toda esta questão, assinala-se que, para além da FEPU que votou contra, os três juristas vereadores da Câmara consideraram este contrato uma tal aberração que Atalide Ferreira, independente eleito pelo PS votou contra; Cana Verde, do CDS, saiu da sala na altura da votação e Luandino Vieira do PSD absteve-se. A tal ponto consideraram que seria grave dar o seu aval profissional a esta calamidade jurídica!

Entretanto, os quatro técnicos portugueses da CCT enviaram já à CML uma carta em que manifestaram a sua estranheza face a esta situação, tanto mais que consideram ter já dado suficientes provas da sua capacidade e que pensam estar minimamente habilitados para proceder não só à normal operação do sistema, como também à implantação de novos cruzamentos, percursos de coordenação, elaboração de diagramas de sinais, etc.

Na mesma carta, os técnicos, que se afirmam conscientes das insuficiências do seu treino e preparação e de que o seu trabalho exige um permanente esforço de actualização de conhecimentos, contactos com novas técnicas de controlo de tráfego, consideram que tal deverá ser conseguido através de visitas, cursos e estágios de especialidade em instituições ou organismos que os ministrem, não sendo um contrato como o presente que permitirá tais objectivos, tanto mais que em entrevista concedida ao "País" o referido alemão da firma Tras afirmou considerar o treino do pessoal da CML terminado.

Os técnicos da Central de Comando de Tráfego terminam a sua carta lamentando não terem sequer sido ouvidos e protestando contra o que parece ser um atestado de ignorância e incompetência, para que nos termos do contrato são remetidos.

Constou, entretanto, que os vereadores do PS na Câmara Municipal de Lisboa votaram obedecendo à disciplina partidária. O que não abrange Atalide Ferreira, que é independente.

Uma pergunta nos surge. Que interesse tem o Governo PS em que a Tras continue em Portugal? Ou que poder tem a Tras sobre o Governo PS para o forçar a aprovar um contrato que não só é ruinoso como também é uma verdadeira aberração jurídica?

IGNORÂNCIA OU MÁ FÉ?

Como é do conhecimento geral, aquando da derrota na Assembleia da República da proposta de lei governamental sobre competências das autarquias locais, o deputado e dirigente do PS, Jaime Gama, perdeu a cabeça e fez diversas afirmações que tomam hoje ainda mais difícil ao governo explicar ao Povo português o seu esquema de alianças com os partidos da direita.

O jornal "A Luta", porém, gostou das asneiras do senhor Jaime Gama e tem vindo a insistir no assunto, afirmando no emendamento que os projectos de lei apresentados pelo nosso Partido e pelo PSD atribuem "amplos poderes de polícia às autarquias locais", o que colocaria "a GNR, a Polícia e mesmo as Forças Armadas" sob a sua autoridade.

Aquele jornal, cuja ignorância sobre o nosso projecto de lei é tão manifesta que mais valia lê-lo atentamente primeiro

AUTARQUIAS EXIGEM LEGISLAÇÃO

Enquanto na Assembleia da República prossegue a discussão dos projectos de lei apresentados pelo PCP e pelo PSD sobre atribuições e competências das autarquias locais, através da respectiva comissão, continuam a chegar àquele órgão de

FEPU DE LISBOA FAZ BALANÇO

As Comissões Eleitorais Unitárias (CEUs) de Lisboa reuniram-se na passada segunda-feira na Voz do Operário, por iniciativa da FEPU, para balanço da actividade dos eleitos pela Frente no concelho durante os primeiros seis meses decorridos desde as eleições para as autarquias locais e para coordenação de trabalho futuro.

Pela criação da Câmara de Lisboa, a nível da FEPU, falaram Anselmo Aníbal, Mário Casquilho e Silva Graça, que historiam as dificuldades que têm encontrado face a toda uma política de alianças da direita, que tem permitido várias decisões camarárias contrárias aos verdadeiros interesses da cidade. Foram igualmente sublinhadas as posições da FEPU face aos grandes problemas surgidos, tais como a luta dos cantoneiros, horários do comércio, contrato de assistência da sinalização do trânsito da cidade, etc.

Foi salientado como a falta de legislação para as autarquias tem facilitado a prática de presidencialismo e o reforço das posições dos chefes de serviço, que na prática estão hoje a actuar com mais autoridade que antes do 25 de Abril.

António Gonçalves falou, por seu turno, das dificuldades com que a FEPU se debate na Assembleia Municipal, e que foram desde a aprovação do regimento até à apreciação das Contas e Actividade da Câmara, tendo denunciado a política, até agora seguida por elementos de outros partidos, de tentar diminuir a importância deste órgão

A «CARTA» DA DREITA É UM «TRUNFO» VICIADO

Enquanto uma carta desmentada por Gónelha, para ser enviada a uma lista de social-democracia de direita, saltitava de ministério em ministério para nada que não fosse a noticiinha no "Diário de Notícias", os trabalhadores sindicalizados elegiam, nas últimas três semanas direcções unitárias da sua confiança para cerca de vinte Sindicatos filiados e não filiados na CGTP/Intersindical Nacional.

Alguns dos sustentáculos mais firmes da antiga "Carta Aberta", incluindo a Hotelaria da Madeira e os Rodoviários de Setúbal, para mencionar apenas dois dos casos mais recentes, repudiaram claramente através do voto as piruetas de legitimidade e as manobras de divisão dos subscritores dessa carta, que dantes era aberta e hoje se resume a perder sem vergonha o pouco que lhe restava de abertura ganha

autárquico, que não está a ter um papel verdadeiramente interventivo na actividade executiva da Câmara.

Silva Graça interviu em seguida para lançar vários aspectos relacionados com os esforços desenvolvidos para a urgente aprovação da legislação sobre autarquias e seu financiamento, bem como a coisa via que o PS tem seguido também neste campo e que levou inclusive à rejeição da sua proposta sobre competências das autarquias na Assembleia da República.

Já no período de discussão, foi aprovada uma proposta de ligação e trabalho entre as várias freguesias e zonas, reuniões periódicas com a população, comissões de moradores, clubes, associações e os eleitos da FEPU nas freguesias, e entre estas e os eleitos da Câmara e Assembleia Municipal.

Com esta deliberação espera-se uma maior ligação entre os eleitos dos órgãos de poder local do concelho, sem que isso substitua, evidentemente, as reuniões dos vereadores e membros da Assembleia com as populações, importante forma de auscultação directa dos grandes problemas da cidade.

No final da sessão foram aprovadas por aclamação duas moções: a primeira, de repúdio contra o projecto de lei Barreto e pela defesa da Reforma Agrária; a segunda, sobre a necessidade urgente de uma revisão das finanças locais, que consagre a autonomia local.

Em algumas eleições e referendos cozinhou em família.

Hoje, a carta leva inclusivamente o zelo do "Diário de Notícias" a tal ponto que o obriga a inserir "notícias" que o não são.

Ào gastar tinta, como na edição de 19, com uma reunião em que "por falta de tempo, nenhum assunto de especial relevo tinha sido abordado" entre "sindicalistas" e Gónelha, o matutino "pluralista" e oficioso por conta do Governo limita-se a fazer publicidade gratuita ao ministro do Trabalho e ao seu movimento da carta aberta.

Encontro Carlucci-Medina Carreira UMA RESPOSTA QUE INTERESSA AO PAÍS

«Que se passou entre Carlucci e o ministro Medina Carreira no Hotel de Santa Luzia?» — esta pergunta, cuja resposta interessa ao País, é feita pela Comissão Distrital do PCP de Viana do Castelo, perante um encontro que «não foi previamente anunciado e se rodeou do maior sigilo, a ele não se tendo referido a grande imprensa diária, nem os restantes órgãos da comunicação social,

a "pluralista" TV Incluída».

Pelos aspectos de que se rodeou, esse encontro de 6 do corrente deveria ser cabalmente esclarecido, sobretudo numa altura em que o ministro das Finanças ainda não se dignou responder ao País acerca das condições da negociação de um empréstimo de 30 milhões de contos! O embaixador

americano, certamente não se deslocou a Viana do Castelo para combinar com o sr. Medina Carreira uma partida de ténis.

Assim sendo, esse encontro suscita justas apreensões agravadas pelo facto, apontado também pela Comissão Distrital, de nunca dever ser «prática de um governo, por intermédio de um seu elemento, actuar como que clandestinamente».

Ainda a contratação colectiva O QUE O GOVERNO DIZ E O QUE O GOVERNO FAZ

Desbloquear as negociações colectivas em curso, acabar com o decreto dos 15 por cento, com os despedimentos, com a entrega de empresas a patrões sabotadores e com o aumento escandaloso do custo de vida são algumas das reivindicações mais urgentes dos trabalhadores organizados, que novamente se manifestaram através das Comissões Negociadoras dos Contratos Colectivos Verticais. Num reunião recente, estas CNSs reafirmaram, com o recurso a exemplos infelizmente bem concretos, que, "apesar da apregoada intenção do Governo de resolver os graves problemas que afectam o País e as classes trabalhadoras, a prática continua a mostrar que existe um abismo entre aquilo que o Governo

diz e o que faz».

As afirmações demagógicas para salvar o Executivo do descrédito e a sua "Carta Aberta" do descalabro total são diariamente desmentidas pelo que se passa, entre outros, nos sectores dos têxteis, químicos, cerâmicas, madeiras, material eléctrico, hotelaria, moagens, metalurgia, transportes rodoviários e indústria vidreira.

Afirmam as CNSs desses sectores: "A nível da contratação colectiva, o impasse continua, o boicote e a sabotagem do patronato persistem e os Ministérios do Trabalho e da Tutela continuam a sua prática descarada de defesa dos interesses do patronato e de desprezo pelos interesses dos trabalhadores".

O Governo assume graves responsabilidades perante situações de injustiça que se eternizam, perante a recusa de conversações com o Movimento Sindical, empurrando os trabalhadores para formas de luta de que as posições do Executivo são as únicas responsáveis.

Contudo, os trabalhadores não ultrapassam, nem exigem mais do que os direitos que a Constituição lhes garante. O mesmo deveria fazer o Governo perante a Lei Fundamental do País, cumprindo-a e fazendo-a cumprir, designadamente, quando o patronato prolonga ou boicota as negociações dos contratos colectivos, enquanto prossegue e se acentua o aumento escandaloso do custo de vida.

Auto-Vitória COOPERATIVA AMEAÇADA DE EXTINÇÃO

Sem prévia notificação dos trabalhadores, foi encerrada no último dia 15 a Auto-Vitória, uma cooperativa de Coimbra.

A sentença do Tribunal que ordenou o encerramento foi executada antes de conhecido o resultado do recurso

interposto pelos trabalhadores e apesar de a propriedade da empresa nunca ter sido posta em causa.

Tabopan: DELEGADOS SINDICAIS DENUNCIAM REPRRESSÃO

Ap tomarem conhecimento da visita que o Presidente da República ia fazer às instalações da empresa "Tabopan", de Amarante, oito sindicatos representativos dos trabalhadores da firma enviaram um telegrama ao general Ramalho Eanes alertando-o «para os graves problemas laborais criados pela entidade patronal» que, além de já ter suscitado arbitrariamente duas vezes um delegado sindical, despediu um dirigente e uma delegada sindical. Por outro lado, elaborou uma lista de 300 trabalhadores a despedir, entre os quais se encontram todos os activistas, delegados e dirigentes sindicais da empresa.

Durante o almoço realizado na empresa, na presença do Presidente da República, um delegado sindical da construção civil, Amadeu Alves Ribeiro, falando em nome dos delegados e dirigentes sindicais da "Tabopan" saudou o general Ramalho Eanes, a quem denunciou depois a demagogia e repressão patronal.

Temos pena, disse, que V.Ex.* não venha cá mais vezes almoçar, pois assim os trabalhadores não teriam de andar todos os dias de marmitta na mão a comer comida fria na borda da estrada, ou entre pilhas de madeiras.

Por outro lado, se V.Ex.* viesse cá almoçar mais vezes, talvez os nossos camaradas Francisco Monteiro e Antonieta Mota, delegados sindicais do Sindicato dos Marceneiros, já tivessem sido reintegrados, conforme a vontade da maioria dos trabalhadores do seu sector e que foram despedidos, fundamentalmente, por se destacarem na luta pelos direitos dos trabalhadores desta empresa.

Depois de ter denunciado a existência de «listas negras» na "Tabopan", o não pagamento dos descontos dos trabalhadores para a Previdência, o não pagamento dos retroactivos, aquele delegado sindical frisou: Alguém diz que aqui somos todos uma família.

Se o somos, dado o conjunto dos problemas que nos afectam, nós somos os parentes pobres.

Finalizar a sua breve saudação, Amadeu Ribeiro manifestou ao general Ramalho Eanes a vontade que anima os trabalhadores da empresa a trabalhar para ultrapassar a crise que o nosso país atravessa.

URGE PÔR COBRO À VOLÊNCIA FASCISTA!

Violando ostensivamente disposições consagradas na Constituição e infringindo a legislação vigente, elementos reaccionários têm tentado liquidar a liberdade de expressão, de informação e de reunião em diversas regiões do país, sem que da parte das autoridades tenham tido resposta adequada.

Na última semana, por exemplo, com poucas horas de diferença, dois bandos de arruaceiros actuaram impunemente em Arcos de Valdevez e em Miranda. Na primeira vila boicotaram uma reunião de moradores e agrediram dois defensores enquanto na segunda agrediram o enviado especial de «o diário» que acompanhava a viagem presidencial ao nordeste. Ainda em Miranda acabaram por agredir mais dois jornalistas e ameaçaram um terceiro camarada. Estes actos provocaram, naturalmente, a indignação de todos os trabalhadores de Informação democratas.

Como é do conhecimento público, os arruaceiros não só não foram punidos como contaram ainda com a complacência de autoridades. O que provocou, evidentemente, protestos da população e enojo da direcção do Sindicato dos Jornalistas, que exigem a punição dos provocadores.

Impondo a entrega das chaves ao patrão, não dá qualquer garantia sobre o prosseguimento da laboração da empresa.

Uma sentença do Tribunal, impondo a entrega das chaves ao patrão, não dá qualquer garantia sobre o prosseguimento da laboração da empresa.

Na exposição apontavam-se diversos atentados à legalidade democrática, cujos autores, bem conhecidos, continuam impunes. Citamos alguns: assalto à sede do MDP/CDE; atentados bofetados contra os automóveis dos antifascistas Agostinho Macedo e João Lopes; agressão ao velho democrata dr. Adolfo Leal Mariz, que conta 60 anos; expulsão dos trabalhadores da Cooperativa "Coopgent"; incêndio e destruição do edifício onde estava instalada aquela Cooperativa, o que provocou duas mortes; assalto e destruição do Centro de Trabalho do PCP; intimidações e ameaças a leitores e vendedor de «o diário»; provocações; ameaças com armas de fogo; divulgação de comunicados reaccionários insultuosos e antifaixistas, incluindo o próprio governador civil de Bragança; etc.

E os subscritores da exposição a que nos referimos interrogam: para quando a institucionalização das liberdades democráticas em todo o território nacional?

rendido em lucros de divisão. Onde rende, isso sim, é no adiamento perigoso dos reais problemas a resolver através das conversações entre o Governo e os legítimos representantes dos trabalhadores sindicalizados.

Quem ganha, entretanto, são os mentores da recuperação do grande capital, são os beneficiários das cedências do Governo a uma política antinacional, de que o "projecto Barreto" é um dos exemplos mais perigosos e evidentes.

O "pluralismo" sindical foi condenado inequivocamente pelos trabalhadores. Ao dar-lhe guarida, fomentando-o, o Governo e o seu partido afastam-se cada vez mais dos reais interesses das classes trabalhadoras e da solução dos problemas que as afligem.

Em troca, um Governo que ainda se diz dos trabalhadores faz da Constituição e da democracia um projecto de direita sem que, por isso, pareça cobrar os lucros que projecto numa empresa que outros estão prontos a arrebatar-lhe, com a legitimidade que lhes advém de serem, sem máscara, inimigos dos trabalhadores.

CAMPANHA DOS 50 MIL CONTOS

Numa nota de entrega de fundos da Campanha Nacional dos 50 Mil Contos, em Santarém, relativa a um "porta-a-porta", não se registou o nome da localidade onde se promoveu aquela iniciativa.

Aqui fica: foi na freguesia de Vale de Cavalos, e rendeu 12.244\$50.

à venda o N.º 2

REGIÕES CONCELHOS FREGUESIAS

PODER LOCAL

Preço 20\$00

